

Brazil

Cariri and Seridó Sustainable Development Project (PROCASE-Paraiba)

Supervision Report

Main report and appendices

Mission Dates: 25/03/2019 - 05/04/2019

Document Date: 07/05/2019

Project No. 1100001487

Report No. 5035-BR

Latin America and the Caribbean
Programme Management Department

Abbreviations and Acronyms

AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas
AT – Assistência Técnica
Capribom - Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro
CEGIP - Comitê Executivo de Gestão dos Investimentos Produtivos
CGE - Controladoria Geral do Estado da Paraíba
Coopescaf - Cooperativa de Pescadores e Agricultores Familiares de Camalaú e Região
COOPTERA – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária da Paraíba
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMPAER – Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária
ESPEP - Escola de Serviço Público da Paraíba
FAPESQ - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
IFR - Relatório Financeiro Interino
M&A – Monitoramento e Avaliação
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PAD - Programa Água Doce
PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas
PC – Prestação de contas
PDEs - Planos de Desenvolvimento do Empreendimento
PE – Plano Emergencial
POA – Plano Operativo Anual
PP - Projetos Produtivos
PROCASE - Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú
PSI - Programa Semear Internacional
SAFs - Sistemas Agroflorestais
SEAFDS - Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECAP - Procedimento de Análise Social, Ambiental e Climático
SEDAP - Secretaria da Agricultura e da Pesca
SEMDH - Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAG - Secretaria do Planejamento
UGP – Unidade de Gestão do Projeto
URGPs – Unidade Regional de Gestão do Projeto

A. Project Overview

Region:	Latin America and the Caribbean	Project at Risk Status:	Not at risk
Country:	Brazil	Environmental and Social Category:	B
Project Name:	Cariri and Seridó Sustainable Development Project (PROCASE-Paraíba)	Climate Risk Classification:	not available yet
Project Id:	1100001487	Executing Institution:	not available yet
Project Type:	Rural Development	Implementing Institutions:	not available yet
CPM:	Claus Reiner		
Project Director:	not available yet		
Project Area:	not available yet		

Approval Date	17/12/2009	Last audit receipt	04/07/2018
Signing Date	17/10/2012	Date of Last SIS Mission	05/04/2019
Entry into Force Date	17/10/2012	Number of SIS Missions	18
Available for Disbursement Date	17/10/2012	Number of extensions	1
First Disbursement Date	17/01/2013	Effectiveness lag	34 months
MTR Date	10/12/2016		
Original Completion Date	31/12/2018		
Current Completion Date	31/12/2019		
Financial Closure	not available yet		

Project total financing

IFAD Financing breakdown	IFAD	\$25,000,463
Domestic Financing breakdown	National Government	\$3,400,000
	Beneficiaries	\$9,192,655
	Local Government	\$12,101,432
Co-financing breakdown,		
Project total financing		\$49,694,550

Current Mission

Mission Dates: 25/03/2019 - 05/04/2019

Days in the field: 12

Mission composition: Claus Reiner (Diretor País), Leonardo Bichara Rocha (Oficial de Programas do FIDA no Brasil), Emmanuel Bayle (Coordenador Técnico da Missão e Especialista em Desenvolvimento Rural), Diovanne Filho (Especialista em Comunicação, Programa Semear Internacional-PSI), Danilo Pisani (Especialista em Gestão Financeira), Lucianna Matte (Especialista em Aquisições e Contratações), Donivaldo Martins (Especialista em Recursos Hídricos), Pablo Sidersky (Especialista em Assistência Técnica e Investimentos Diretos), Rodrigo Dias (Especialista em Planejamento, Monitoramento e Avaliação), Pedro Meloni (Especialista em Projetos Produtivos) e Conceição Dantas (Especialista em Focalização – Gênero, Juventude, Raça e Etnia).

Field sites visited: a missão visitou 19 municípios da área de cobertura do Procace: Barra de Santa Rosa, Camalaú, Cubati, Desterro, Gurjão, Juazeirinho, Junco do Seridó, Monteiro, Nova Palmeira, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Remígio, Santa Luzia, Santo André, São Vicente do Seridó, Sossego, Sumé e Tenório, compreendendo 25 comunidades com projetos produtivos (PP), investimentos diretos e planos emergenciais, 4 prefeituras com barragens e 3 grupos com dessalinizadores.

B. Overall Assessment

Key SIS Indicator #1	Ø	Rating	Key SIS Indicator #2	Ø	Rating
Likelihood of Achieving the Development Objective		5	Assessment of the Overall Implementation Performance		4

Effectiveness and Developmental Focus	5	Project Management	4
Effectiveness	4	Quality of Project Management	4
Targeting and Outreach	5	Knowledge Management	4
Gender equality & women's participation	5	Value for Money	4
Agricultural Productivity	4	Coherence between AWPB and Implementation	3
Nutrition	5	Performance of M&E System	4
Adaptation to Climate Change	5	Requirements of Social, Environmental and Climate Assessment Procedures (SECAP)	5

Sustainability and Scaling-up	4	Financial Management and Execution	4
Institutions and Policy Engagement	5	Acceptable Disbursement Rate	3
Partnership-building	5	Quality of Financial Management	4
Human and Social Capital and Empowerment	4	Quality and Timeliness of Audit	5
Quality of Beneficiary Participation	4	Counterparts Funds	4
Responsiveness of Service Providers	5	Compliance with Loan Covenants	5
Environment and Natural Resource Management	5	Procurement	5
Exit Strategy	3		
Potential for Scaling-up	4		

Relevance	4
------------------	----------

C. Mission Objectives and Key Conclusions

Background and Main Objective of the Mission

A missão de Supervisão do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (Procace), realizada entre os dias 25 de março e 5 de abril no Estado da Paraíba, teve como objetivo a definição de acordos com o governo, visando ao seu fechamento em 2019 e encerramento em 30 de junho de 2020.

Durante a supervisão, a missão visitou 19 municípios da área de cobertura do Procace: Barra de Santa Rosa, Camalaú, Cubati, Desterro, Gurjão, Juazeirinho, Junco do Seridó, Monteiro, Nova Palmeira, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Remígio, Santa Luzia, Santo André, São Vicente do Seridó, Sossego, Sumé e Tenório, compreendendo 25 comunidades com projetos produtivos (PP), investimentos diretos e planos emergenciais, 4 prefeituras com barragens e 3 grupos com dessalinizadores. Houve reuniões com o Secretário da Agricultura e da Pesca (SEDAP), Secretário da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS), Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), Secretário do Planejamento (SEPLAG) além de várias outras reuniões técnicas.

Key Mission Agreements and Conclusions

De forma global, a missão registra que a **avaliação global do desempenho do Procace é satisfatória**. Sem embargo, tendo em conta que o Procace tem sua conclusão para dezembro de 2019 e encerramento em junho de 2020, após um ano de extensão no período de implementação, a missão identificou pontos de fragilidades que **requerem ações de caráter urgente**:

1. Apesar dos 95 PPs estarem com 100% dos recursos desembolsados, e com 95% das licitações concluídas, apenas 37% já concluíram a execução física das metas e 63% ainda possuem alguma meta para ser executada. Em termos financeiros, dos R\$ 13,5 milhões repassados, 62% foi executado, restando ainda 38%, demonstrando que **existe um volume de trabalho significativo a ser realizado em campo até o final do Projeto**
2. Dos 41 PPs que envolvem obras civis para construção ou reforma de diferentes tipos de infraestruturas, até o momento só 21 obras foram concluídas. Destaca-se que 12 PPs são relacionados com unidades de beneficiamento de alimentos (leite de cabra, mel, polpa de frutas, doces e bolos), das quais apenas 5 tiveram as obras concluídas. Portanto, **há um grande desafio pela frente**, uma vez que faltam menos de 8 meses para a finalização das ações em campo;
3. Esta situação se torna ainda mais grave quando se considera que para poder funcionar e comercializar seus produtos é necessário que as organizações obtenham os devidos registros e licenças junto aos órgãos responsáveis (federal, estadual ou municipal). **O projeto tem iniciado as tratativas para resolução, porém, a missão não identificou ações materializadas do Projeto para sanar esta questão no curto espaço de tempo**; Vale indicar que há empreendimentos que estão impedidos de participar de editais do PNAE e PAA devido a ausência de certificação e licenças;
4. Para que todos os 95 PPs sejam concluídos de tempo e forma satisfatória, foi acordado que os contratos das entidades de AT que venceriam no mês de agosto **sejam prorrogados, com data de conclusão até no máximo dia 15 de novembro de 2019**;
5. Preparar uma proposta de **estratégia de saída do Projeto**;
6. o FIDA iniciará a recuperação do adiantamento à Conta Designada a partir do segundo semestre após o pedido 16, retendo a partir do pedido nº17 parte do valor solicitado a cada desembolso;
7. Embora tenha havido um excelente desempenho de desembolso/execução nos últimos 12 meses, permanece a necessidade de que o Governo continue a concentrar todos os esforços para liquidar os contratos, empenhos e ter licitações concluídas a fim de realizar o pagamento de todo o saldo de recursos até dezembro de 2019;
8. Para o ano de 2018 o projeto já fez o processo de licitação e está em fase de assinatura para contratar a empresa de auditoria que realizará os seus trabalhos em abril de 2019 a fim de cumprir o prazo determinado para apresentação do relatório de Auditoria ao FIDA, em inglês ou espanhol, em 30 de junho de 2018.

A missão reconhece que as ações desempenhadas pelo Procace em 2018 demonstraram avanços significativos em relação à implementação em campo e com resultados expressivos, principalmente nas ações com os Planos Emergenciais e Ambientais, demonstrando uma importante fortaleza do Projeto.

Há uma expectativa que todos os PP sejam concluídos até dezembro de 2019. No entanto, não está definida ainda a estrutura logística de comercialização dos produtos gerados por estas famílias. Este ponto surge como uma fraqueza do Projeto e que, deverá garantir o atendimento à comercialização dos derivados animais e vegetais.

D. Overview and Project Progress

O Procace continua tendo avanços significativos na sua implementação. No momento, 80% dos recursos disponíveis foram desembolsados, e aproximadamente 100% dos recursos totais do Projeto já estão comprometidos com convênios e contratos firmados. Atualmente, o Projeto alcança um total de 21.007 famílias, superando a meta de desenho de beneficiar 18.500 famílias.

Entre as principais fortalezas, destacam-se:

1. **Repasse de 100% dos recursos FIDA/Procace** para os 95 PPs, totalizando R\$ 13,5 milhões;
2. As capacitações técnicas realizadas pelas 5 entidades de assessoria técnica contratadas permitem colocar **profissionais de bom nível à disposição do público beneficiário**;
3. **Total de 539 poços perfurados e 222 barragens subterrâneas construídas**, beneficiando as famílias do plano emergencial e do edital de 2016;
4. Na questão ambiental, destaca-se a **implantação de 31 Sistemas Agroflorestais (SAFs)**, de forma que o uso da água seja otimizado, e os princípios agroecológicos no uso e conservação do solo sejam valorizados, além permitir uma fonte de renda para as famílias; e a implantação de **painéis para a geração de energia solar** em unidades de beneficiamento;
5. O Procace realizou adaptações no contexto do acesso à água, através do financiamento com fundos da contrapartida para a construção de 3 barragens, que permitiram **aumentar o abastecimento da população local e o desenvolvimento da irrigação, beneficiando 10.022 famílias**;
6. Realização pelo M&A do **1º estudo sobre os resultados sociais, ambientais e econômicos** do Projeto;
7. Os projetos produtivos, as atividades de fortalecimento de capacidades e de focalização permitiram a participação de **mulheres e jovens de forma muito satisfatória**

Outros dados, estão presentes no Apêndice 02 do presente documento.

E. Project implementation

a. Development Effectiveness

Effectiveness and Developmental Focus

Effectiveness

Rating: 4

Previous rating: 5

Justification of rating

A extensão de prazo permitiu que o Projeto ultrapassasse a meta de 18.500 famílias (realizado 21.007, ou 114%). A expectativa é que, até o final de 2019, este valor alcance 24.000 famílias. Os principais resultados (1o. nível) são: no C1, 4.500 pessoas beneficiadas por oficinas, encontros e intercâmbios (realizado 5.549–123%); no C2, 90 Projetos Produtivos apoiados (realizado 90, ou 100%), 766 comunidades beneficiadas com ações de disponibilidade hídrica e campo de forragens (realizado 704, ou 91%), 6.760 famílias atendidas com Plano Emergencial (realizado 4.616, ou 68%); e no C3, 480 unidades agroflorestais instaladas (realizado 493, ou 102%). Sem embargo, o Projeto ainda não apresenta dados significativos de resultados de 2do nível, o que resulta na dificuldade de mostrar a efetividade das atividades. Por isso a nota cai para 4.

Log-Frame Analysis & Main Issues of Effectiveness

No desenho do projeto, não foram incluídos indicadores fortes de resultados de 2do nível, que possam indicar as mudanças que resultam das atividades diretas do projeto. Na revisão de meio termo, acordaram-se mudanças nas atividades para permitir ao Projeto de responder à emergência hídrica, com novos resultados (1o. nível) definidos com metas, que são monitorados e reportados corretamente. Precisa-se definir os indicadores e metas para os resultados de 2do nível, e medir os avanços respeitativos.

		META	META (2018)	RESULTADO (2018)	ACUMULADO (2018)	META (2019)	RESULTADO (2019)	ACUMULADO (2019)
C1	4.500 pessoas beneficiadas por oficinas, encontros, intercâmbios e outras atividades do componente.	4500	2700	2500	4549	2312	1000	5549
C2	90 Projetos Produtivos apoiados	90	0	0	90	0	0	90
C2	766 comunidades beneficiadas com ações de disponibilidade hídrica e campo de forragens	766	335	148	579	162	0	579
C2	6.760 famílias atendidas com Plano Emergencial	6760	3000	1050	3616	2000	1000	4 616
C3	480 unidades agroflorestais implantados	480	615	251	393	241	100	493
C4	15.200 famílias assistidas por instituições de extensão rural	15200	4 482	1 154	8 147	2 471	1 400	9 547
C5	Pelo menos 40% da equipe do projeto são mulheres	28				28	31	31

Development Focus

Targeting and Outreach

Rating: 5

Previous rating: 5

Justification of rating

Até o último ano de atuação, o projeto vem atendendo cinco territórios do semiárido da Paraíba, em 56 municípios com baixo índice de desenvolvimento humano. O Manual de Implementação do Projeto estabelece critérios específicos de seleção para permitir atender as mulheres, jovens e quilombolas como públicos prioritários das ações., no entanto, ainda segue o desafio de atendimento aos quilombolas. São 21.007 famílias atendidas incluindo a contrapartida. Destas, 10.622 são homens, 10.394 mulheres, 1032 jovens e 213 quilombolas. Nestes dados estão incluídos os números do componente produtivo, expansão das capacidades e ambiental, bem como as contrapartidas do governo da Paraíba. Pela quantidade de famílias atendidas é visível o crescimento quantitativo da ação do PROCASE.

Main issues

De acordo com os números apresentados, o desenvolvimento das ações do PROCASE tem demonstrado uma preocupação com a focalização de acordo com o Manual de execução de projetos. Nos investimentos produtivos, o PROCASE conta com 95 projetos conveniados com processos de aquisições concluídos, atendendo 2.391 famílias, sendo 1.225 homens e 1.166 mulheres, 351 jovens e 80 quilombolas. Entre os projetos produtivos, 22 PPs são específicos de mulheres, correspondendo em torno de 20% do total e 6 PPs específicos de quilombolas com melhoramento da infraestrutura e custeio.

No componente I, desde a última missão, 5683 pessoas foram atendidas pelo desenvolvimento de capacidades. Destas, 2.505 mulheres, 386 jovens e 310 quilombolas. Esses números são significativos considerando os números de 2018. O processo de contratação das ATs impulsionou as capacitações do PROCASE possibilitando o atendimento das pessoas pelos PPs e demais públicos atendidos pelas ações emergenciais. As ações desenvolvidas pelas ATERs usam critérios de priorização que tem potencializado a participação das mulheres, jovens e quilombolas e qualificado sua atuação nos projetos produtivos. Nas visitas de campo, foi possível perceber que o PROCASE, através da assistência técnica, tem contribuído com o desenvolvimento das capacidades do público beneficiário, conforme orienta o Manual de Implementação dos Projetos. Estas ações têm ampliado a capacidade do PROCASE de desenvolver atividades capazes de construir a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. O uso de técnicas baseadas na agroecologia e convivência com o semiárido teve um papel fundamental na construção destas ações.

Por outro lado, os processos organizativos acompanhados pelas ATs também têm propiciado um maior nível de gestão democrática, tanto nas associações como nos projetos produtivos, no entanto ainda persiste, em alguns casos, em especial nos PP mistos (mulheres e homens), a reprodução da hierarquia de poder entre homens e mulheres. O PROCASE tem incidindo na construção de estratégia para potencializar as tomadas de decisões das mulheres e jovens na comunidade, nas associações e no interior das famílias. A estratégia de formação de grupos de mulheres e de jovens nas comunidades tem apresentado resultados e pode ainda ser potencializada para dar sustentabilidade aos resultados obtidos.

O nível de pertencimento e controle social das famílias beneficiárias também é um elemento que acompanhou o desenvolvimento das ações. Nas visitas de campo, foi comum ouvir dos beneficiários e beneficiárias falas que legitimam essa afirmação: "esse projeto é nosso, nós precisamos cuidar desse maquinário", ou "o poço da comunidade".

Ao mesmo tempo, a metodologia de implementação, priorizando as formas coletivas e as discussões em conselhos, garante, em grande medida, a gestão social dos bens adquiridos. O que ainda se coloca como desafio é o controle social das máquinas mecanizadas doadas aos municípios.

Gender equality & women's participation

Rating: 5

Previous rating: 4

Justification of rating

Os números apresentados entre 2018/2019, demonstram um crescimento de mulheres e jovens atendidos pelo PROCASE: (i) no componente de expansão das capacidades, de 5.689 de pessoas capacitadas, 2.505 são mulheres, sendo 386 mulheres jovens e 239 mulheres quilombolas. (ii) no componente produtivo, foram concluídos 22 projetos específicos para as mulheres, com um montante de 3,2 milhões de reais e com os recursos 100% executados. Nas tomadas de decisão da comunidade, também é perceptível no fortalecimento das mulheres, de 78% das pessoas beneficiadas afirmou que a vida das mulheres mudou considerando a tomada de decisão na comunidade. Os intercâmbios e articulação política com a sociedade civil foram as boas práticas apresentadas para fortalecer os números apresentados.

Main issues

Os resultados do PROCASE quanto a ampliação do papel das mulheres nas tomadas de decisões na comunidade é visível a partir dos dados apresentados e das visitas de campo. Existe uma preocupação com o bem-estar das mulheres no que se refere as relações de gênero, o trabalho produtivo e a participação política e social. No entanto ainda persiste a necessidade de ampliar os números na esfera produtiva e sobremaneira, incidir na esfera do trabalho reprodutivo, para redução das horas de trabalho gasto no trabalho doméstico e do cuidado.

Entre 2018/2019, houve um crescimento de mulheres e jovens atendidos pelo PROCASE: No componente de expansão das capacidades, de 5.689 de pessoas capacitadas, 2.505 são mulheres, sendo 386 mulheres jovens e 239 mulheres quilombolas. O componente produtivo, a proporção de atendidas é menor, no entanto, foram concluídos 22 projetos específicos para as mulheres, com um montante de 3,2 milhões de reais e com os recursos 100% executados. O fortalecimento das mulheres também é perceptível nas tomadas de decisão, um percentual de 78% das pessoas beneficiadas afirmou que a vida das mulheres mudou considerando a tomada de decisão na comunidade.

Os processos de formações demonstraram que as mulheres e jovens aproveitaram as oportunidades ofertadas, os pontos de destaques foram o intercâmbio e a articulação com processos organizativos já existentes como a Marcha das Mulheres contra a violência e pela agroecologia.

A partir dos dados apresentado pela equipe do M&A, foi possível analisar que os números de atendimento demonstrados a cima tiveram um resultado mais relevante nos processos organizativos e tomadas de decisão na comunidade. Em todos os territórios as mulheres avaliaram que o PROCASE contribuiu para alterar as relações de poder nas associações comunitárias e construir uma gestão democrática. O percentual de 78% das pessoas beneficiadas afirmou que a vida das mulheres mudou considerando a tomada de decisão na comunidade. Essa mudança também é perceptível nas visitas de campo, as mulheres ocupando postos como presidentes e tesoureira nas suas associações.

No entanto, quando analisamos os dados do componente produtivo, as mudanças ainda estão em processo mais lentos. Os PP compostos por homens e mulheres tem sempre um protagonismo masculino e uma necessidade de construção de uma gestão mais democrática dos recursos e das tomadas de decisão no interior da produção e comercialização. Os números do M&A demonstram que, na opinião das mulheres, sua vida pouco mudou no aspecto da produção e comercialização.

O fato é que nas esferas produtivas e organizativas houve mudanças com a ação do PROCASE. A única espera que permaneceu inalterada é a esfera reprodutiva. O percentual de 84% dos beneficiários afirmou que não houve mudança no tempo dedicado ao trabalho doméstico e do cuidado.

É importante citar a iniciativa do projeto aderindo à campanha da divisão justa do trabalho doméstico, uma campanha construída pela sociedade civil e que visa o debate sobre o trabalho doméstico e do cuidado na esfera familiar.

Como necessidades para o período final do projeto: sistematizar três experiências exitosas em que as mulheres são protagonistas para socializar com os demais grupos; incidir nos processos de gestão democráticas, em especial nas unidades de beneficiamentos. Necessidade de implementação do plano de trabalho construído em parceria com o SEMEAR Internacional para fortalecer o plano de continuidade das ações do PROCASE, em especial fortalecer o Gt de focalização e monitorar a criação de grupos de mulheres nas comunidades beneficiadas como forma de continuidade da ação

Agricultural Productivity	Rating: 4	Previous rating: 4
---------------------------	-----------	--------------------

Justification of rating

Apesar do atraso na implementação do Projeto e das condições climáticas desfavoráveis nos últimos anos, o aumento da produção já pode ser identificado em vários casos nas comunidades atendidas pelo Procace. O levantamento e registro dessas informações estão em fase inicial, portanto ainda não são suficientes para mensurar os resultados em toda área de cobertura do Projeto. Além dos projetos produtivos o Procace vem investindo no desenvolvimento de novas ações que permitem aos beneficiários se preparem para enfrentar em melhores condições os períodos de estiagem. Tais ações intensificam o acesso a água para produção e contribuem para produção e estocagem de alimentos para as famílias e criações.

Main issues

Os 95 PP para apoiar os beneficiários das associações e cooperativas já receberam 100% dos recursos previstos, entretanto em aproximadamente 60 deles ainda falta concluir alguma atividade. Os casos mais atrasados ocorrem nos projetos que envolvem algum tipo de obra civil para construção ou reforma de infraestruturas existentes. Os problemas mais graves com essas obras estão em 12 pequenas unidades de beneficiamento de alimentos, dos quais apenas 5 tiveram as obras concluídas. Esta situação se torna ainda mais grave, quando se considera que para poder funcionar e comercializar seus produtos é necessário que as organizações obtenham os devidos registros e licenças junto aos

órgãos responsáveis (federal, estadual ou municipal), além da necessidade de terem embalagens e rótulos em conformidade com a legislação vigente. Os procedimentos não são simples e na maioria das vezes são de solução demorada. Após uma análise conjunta da situação e dos riscos potenciais o FIDA e o Procace acordaram sobre a urgência de:

1. Elaborar um diagnóstico identificando em qual órgão cada unidade de beneficiamento deve ser regularizada, apresentar o check list com os procedimentos necessários e o prazo para execução – Prazo: até 22/04/19;
2. Envolver as entidades de AT que acompanham estes PP, para que possam auxiliar as organizações na preparação dos documentos necessários – Prazo: conforme desdobramento do item anterior;
3. Organizar uma força tarefa dentro da UGP para garantir a articulação necessária com os órgãos envolvidos e a coordenação necessária com os beneficiários;
4. Para viabilizar eventuais ajustes solicitados pelos órgãos responsáveis, a associação deverá solicitar ao Procace a utilização das eventuais sobras e rendimentos da aplicação do recurso.

Apesar dos problemas mencionados, durante as visitas de campo foi possível constatar avanços nas ações do Projeto que possibilitaram registrar alguns aumentos da produção agrícola e consequentemente na renda. Existem situações em que a produtividade aumentou somente com a intervenção dos serviços de AT. São exemplos disso a redução da mortalidade dos caprinos e ovinos, a partir da adoção de práticas de manejo adequadas pelos agricultores, a produção e armazenamento de forragens, o uso racional da irrigação, entre outros casos que estão acontecendo através de ações especiais do Projeto. Estas informações são refletidas através de um relatório elaborado a partir de uma extensa pesquisa de campo realizada pelo Projeto, em parceria com as empresas de assessoria técnica junto aos beneficiários apoiados por 90 projetos produtivos.

Como uma parte considerável dos investimentos nas comunidades serão concluídos em 2019, seja através da conclusão da implementação dos projetos produtivos ou de outras ações do Projeto, pode-se esperar avanços mais concretos na produção agrícola a partir dos próximos anos.

O apoio, mesmo que superficial nos temas de gestão e acesso ao mercado, fornecido pelas empresas de assessoria técnica serão importantes para melhorar os resultados com a comercialização da produção agrícola e não-agrícola dos beneficiários.

Nutrition

Rating: 5

Justification of rating

Através dos componentes produtivos e ambientais, o PROCASE tem desenvolvido suas ações baseadas na agroecologia e na convivência com o semiárido, com isso tem fortalecido a segurança alimentar e nutricional das pessoas beneficiárias.

A criação de pequenos animais, como ovinoculturas e caprinocultura e quintais produtivos faz com que as pessoas beneficiárias promovam sua segurança alimentar. Por outro lado, as agro florestas construídas pelas SAFs, a produção de viveiros de mudas e, especialmente, a distribuição de sementes crioulas são responsáveis pela soberania alimentar nas áreas apoiadas.

Main issues

Partindo do conceito e prática da convivência com o semiárido, o PROCASE investiu na produção de alimentos saudáveis para o consumo da família. A convivência com o semiárido tornou-se a garantia de melhor qualidade dos alimentos e da segurança e soberania alimentar das famílias agricultoras. 56% das pessoas beneficiadas, quando perguntadas pelo M&A, dizem que aprendeu mais a produzir convivendo com o semiárido nas ações desenvolvidas pelo PROCASE.

O PROCASE apoiou a produção agroecológica e este apoio foi capaz de impulsionar novos significados na cultura alimentar e nutricional. No projeto, a agroecologia teve um papel fundamental na produção dos quintais e agro florestas, sobretudo considerando-se a os princípios da promoção da segurança alimentar e nutricional. De acordo com os dados do M&A, 20% dos beneficiários aprendeu a melhorar a produção de alimentos e 27,8% instruiu-se sobre o uso de defensivos naturais. Os dados demonstram que a estratégia de utilizar a agroecologia como ferramenta no apoio à produção de alimentos saudáveis obteve resultados em parte dos beneficiários e beneficiárias.

Consideradas patrimônios genético e cultural da nossa sociedade, as sementes crioulas distribuídas pelo projeto também desempenharam um papel fundamental na garantia da soberania alimentar. Junto às ações citadas, os quintais produtivos, as SAFs e os viveiros de mudas possibilitam uma produção de alimentos acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo.

Todas as ações demonstram a preocupação do projeto com o pilar principal, promotor do direito da população beneficiada a alimentos nutritivos e culturalmente adequados. É com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional das pessoas beneficiárias que o projeto busca com que todos(as) possam ter acesso regular e constante a

uma alimentação de qualidade, que respeite a cultural local e que seja sustentável do ponto de vista ambiental, cultural, econômica e socialmente.

O cultivo, seleção e preservação das sementes e das plantas nos quintais conservam espécies frutíferas resistentes ao clima, como cajaraneira, imbuzeiro, goiabeira, cajueiro e muitos outros. A criação de pequenos animais, como galinha, bode e ovelhas, amplia a capacidade de alimentação familiar e permite uma alimentação enriquecida de proteínas. Seja na garantia de alimentos saudáveis para a família através de quintais produtivo, seja na preservação da saúde, através das plantas nativas e medicinais, na criação de pequenos animais ou até mesmo da captação de água de chuva, as ações do PROCASE têm demonstrado que é possível conviver com o Semiárido e ter segurança alimentar e nutricional.

Adaptation to Climate Change

Rating: 5

Previous rating: 4

Justification of rating

O Projeto vem contribuindo de forma significativa para a adaptação às mudanças climáticas, tanto na implantação de infraestruturas que ajudam a superar a escassez hídrica, como na divulgação de técnicas que contribuem para superar esse problema. Três das 4 barragens projetadas foram concluídas (Riacho Fundo, Cacimbinha e Coronel Jueca), já acumularam água e estão servindo à população; a quarta está sendo redesenhada. Foram construídas 222 barragens subterrâneas, perfurados 539 poços tubulares que apresentaram boa vazão, instalados 418 kits de irrigação e concluídas as obras civis de 8 dessalinizadores, 2 dos quais estão operando. Prevê-se até o junho de 2019 a conclusão destas infraestruturas, com exceção à barragem de Porcos, que não estará concluída.

Main issues

Os maiores problemas estão relacionados à agilidade no processo de pagamento das obras instaladas e à gestão dos equipamentos, principalmente os dessalinizadores. Também os kits de irrigação necessitarão de uma assistência contínua.

b. Sustainability and Scaling up

Institutions and Policy Engagement

Rating: 5

Justification of rating

O PROCASE tem se engajado com sucesso na cooperação política de algumas agências governamentais, no âmbito Federal e Estadual, que são: EMPAER, SENAR, SEIRHMA, Programa Água Doce, Secretaria de Segurança Alimentar e Solidária e da Mulher e Diversidade Humana, Agência Estadual de Vigilância Sanitária e Defesa Agropecuária; do MAPA do Governo Federal, além de prefeituras do estado. O EMPAER (governo estadual) é realmente responsável por fornecer serviços de assistência técnica a um grande número de beneficiários do projeto, enquanto o SEIRHMA (governo estadual) está co-implementando várias atividades do projeto no componente 2.

Partnership-building

Rating: 5

Previous rating: 5

Justification of rating

No final de 2017 materializou-se, finalmente, um avanço importante nas parcerias, pela contratação de quatro entidades para atender as 90 comunidades com PPs. Este esforço ampliou-se em 2018 com mais dois contratos assinados, para acompanhamento de mais 700 comunidades do Plano Emergencial. Cabe registrar aqui que estas parcerias de AT permanecerão até o final do Projeto. Por outro lado, o PROCASE tem estabelecido, recentemente, parcerias importantes com várias secretarias do Governo assim como com diversas prefeituras. No último ano manteve-se este trabalho das parcerias. A parceira com o projeto COOPERAR só pode ser concretamente prevista para o médio e longo prazo, uma vez que o projeto acaba de ser assinado pelo governo do estado.

Main issues

Sobre o trabalho das entidades de Assessoria Técnica Em 2016 houve uma primeira parceria de tipo contratual com uma entidade de AT, para ajudar a implantar estruturas do Plano Emergencial inicial. Esta parceria durou pouco, mas serviu para demonstrar a importância que tem uma AT plenamente comprometida com as ações do Projeto. Em 2017 foi realizada a contratação de quatro entidades para o atendimento das 90 comunidades com PPs a serem implementados. Já em 2018, foi ampliada a cobertura de acompanhamento dos beneficiários com nova contratação, desta vez de duas entidades, para atender mais 700 comunidades. Embora, no sentido estrito, esta relação do PROCASE com as entidades prestadoras de AT seja uma contratação de serviços, é possível considera-la como um primeiro nível de

parceria, que tem se desenvolvido de forma bem positiva, finalmente, a partir do mês de agosto de 2017. Um dos acordos da presente missão foi de prolongar o máximo possível estas parcerias, que irão até os meses de outubro – novembro de 2019.

Outras parcerias. Nos Territórios de sua atuação, o PROCASE tem estabelecido parcerias de diversos tipos. O Projeto tem contado com a colaboração do Orçamento Democrático (que é uma secretaria executiva da Secretaria de Estado de Planejamento), e também com os Colegiados Territoriais e com diversos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Estas colaborações têm sido úteis na identificação e a escolha dos grupos, comunidades e assentamentos com os quais o Projeto passou a trabalhar.

O PROCASE tem sido bem sucedido no estabelecimento de parcerias na esfera governamental estadual. Neste âmbito cabe destacar a intensa colaboração estabelecida Secretaria de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (SIRHMACT), que tem sido instrumental para a implantação de infraestruturas hídricas (inicialmente barragens, e agora também poços tubulares com cata-vento, etc.), elemento tão importante para uma iniciativa de desenvolvimento rural no Semiárido. Os resultados concretos desta parceria (construção de barragens, dessalinizadores, etc.) foram citados em diversos Memorandos de supervisão (inclusive no presente Memo). Também estão sendo importantes as relações estabelecidas com Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) e da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL), a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA). Também foram importantes os elos tecidos com o órgão estadual de pesquisa agropecuária (que hoje é parte da EMPAER) e com o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), que têm fornecido raquetes de palma e outros materiais. O INSA também tem sido instrumental para a capacitação de técnicos e agricultores/as.

Foi observada, na presente missão, a necessidade do PROCASE estabelecer novas parcerias. Em particular, destaca-se a importância de estabelecer imediatamente relações institucionais com a equipe estadual do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e também com os órgãos estaduais como a Agência Estadual de Vigilância Sanitária e a Defesa Agropecuária estadual. Esta aproximação será importante para que os processos de regularização das unidades de beneficiamento de produtos agropecuários financiados pelo PROCASE.

O Projeto facilitou, através das entidades de AT, o acesso de diversos grupos beneficiários aos mercados, mas ele não estabeleceu parcerias diretas com entidades empresariais do setor privado.

Para finalizar, é importante salientar que muitas das parcerias aqui mencionadas são peças importantes na composição de uma 'estratégia de saída' do PROCASE. Neste domínio, adquire a maior importância o estabelecimento de uma relação institucional com o COOPERAR (novo projeto do Banco Mundial na Paraíba).

Human and Social Capital and Empowerment

Rating: 4

Previous rating: 4

Justification of rating

O PROCASE está implementando duas modalidades de ação junto aos beneficiários, com duas metodologias diferentes. Na modalidade dos Projetos Produtivos, a metodologia de definição e implementação dos investimentos, somado a um acompanhamento das equipes de AT, propiciou um fortalecimento do capital humano e social nestas 90 comunidades. Em contrapartida, nas mais de 700 comunidades sendo atendidas na modalidade 'Plano Emergencial', não se observou, em 2018, praticamente nenhum processo de fortalecimento da organização local nas comunidades atendidas; no domínio do desenvolvimento das capacidades individuais também se detectava pouco progresso. Em 2019 houve alguns avanços, com a chegada da AT nas comunidades do Plano Emergencial. Espera-se que estes se confirmem nos meses a seguir.

Main issues

O trabalho de fortalecimento do Capital Humano e Social da população rural é, desde o início, um objetivo importante do PROCASE. Neste sentido, o principal instrumento pedagógico que foi utilizado pelo Projeto é o processo de identificação, elaboração e implementação dos Projetos Produtivos. Além deste processo, existem outras atividades de desenvolvimento de capacidades, muitas vezes diretamente relacionadas com os PPs. No caso do PROCASE, não foi possível utilizar este procedimento de maneira a aproveitar plenamente seu potencial. No entanto, cabe destacar que, em que pesem as diversas dificuldades encontradas, o PROCASE conseguiu trabalhar com esta metodologia dos PPs em 90 comunidades e que, finalmente, estas comunidades estão com o acompanhamento de uma AT. Nestes casos, está havendo o desenvolvimento de capacidades e um fortalecimento do Capital Humano e Social.

A partir do final do ano 2015, por diversos motivos o PROCASE foi levado a abandonar este formato de ação (dos PPs), para adotar um formato que foi apelidado de Plano Emergencial. Neste outro formato, os investimentos são definidos (de uma forma bem *top-down*) pelo Projeto (UGP) e não pela comunidade e, além disso, os beneficiários não têm responsabilidades no processo de aquisição e só participam na instalação dos investimentos como mão de obra. Nesta modalidade, não há lugar para a organização local. Por outro lado, a identificação e mobilização destas comunidades, feita pelas equipes do Projeto, foi feita de forma atropelada, tendo como consequência uma mobilização deficiente. Além

disso, durante o período 2016 a 2018, o acompanhamento destas comunidades foi muito insuficiente. Foi somente em abril de 2018 que foram contratadas duas entidades / equipes de AT que, aos poucos, passaram a acompanhar estes grupos, buscando recompor as condições de fazer um trabalho tanto no âmbito técnico quanto naquele do fortalecimento do capital humano e social. Pelo que a missão pode observar nas visitas, a presença desta AT está ajudando, em muitos lugares, a mitigar os problemas que aqui foram levantados.

Algumas das decisões mais recentes, tomadas pelo PROCASE no âmbito do formato de operação dos investimentos, também foram no sentido de desestimar o papel do processo de realização destes investimentos no fortalecimento do capital humano e social. O exemplo mais marcante deste formato de investimento pouco propenso à construção destes capitais é aquele das 'patrulhas mecanizadas', nas quais as máquinas compradas pelo Projeto são entregues para serem operadas e geridas pelas prefeituras.

Por outro lado, o Componente 1 foi aumentando o seu trabalho de capacitação do público beneficiário (desenvolvimento de capital humano), em grande parte graças à crescente presença em campo das equipes de AT. Nesta dimensão, só não avançou o trabalho de formação de jovens rurais.

Cabe dizer aqui que as mudanças de rota efetuadas pelo PROCASE – que têm uma relação direta com a situação aqui descrita – tiveram as suas causas. Destaque-se também que elas foram realizadas com conhecimento e anuência do FIDA. A principal causa desta situação foi o atraso na implementação do Projeto, que foi se acumulando durante os quatro primeiros anos. A este atraso somou-se a grave seca que assolou toda a região semiárida nordestina. Esta situação fez com que o modelo 'Plano Emergencial', com a definição dos investimentos e realização centralizada das compras, fosse acionado para poder acelerar a implementação e, ao mesmo tempo, ser mais eficaz na mitigação dos danos causados pela seca. De fato, estas mudanças surtiram certo efeito positivo na implementação (e no desembolso, etc.). Mas, como constata-se aqui, também tiveram um 'custo' naquilo que se refere ao desenvolvimento de capacidades e ao 'empoderamento'.

Quality of Beneficiary Participation	Rating: 4	Previous rating: 4
--------------------------------------	-----------	--------------------

Justification of rating

Ao iniciar, o PROCASE buscou utilizar uma metodologia de intervenção a mais participativa possível. No caso das comunidades atendidas no formato 'Projetos Produtivos', a metodologia empregada pelo PROCASE garante uma boa qualidade da participação dos beneficiários na escolha dos investimentos, na implantação destes PPs e, espera-se, na sua operação. No entanto, o PROCASE também passou a trabalhar junto ao público beneficiário com uma segunda modalidade (Plano Emergencial) que, na busca de uma maior celeridade, tem sacrificado o aspecto participativo. Nestes casos, a qualidade da participação dos beneficiários é muito menor. Somente com a chegada da AT é que houve uma melhora na qualidade da participação na maioria destes grupos/comunidades.

Main issues

No PROCASE houve, desde o início, uma preocupação com uma metodologia participativa nos processos decisórios da ação e no acesso a informação por parte dos beneficiários. Na ação do Componente I, as atividades desenvolvidas buscaram envolver, prioritariamente, o público de mulheres, jovens e quilombolas, com a preocupação de transformá-los em protagonistas dos processos nos quais estão inseridos. A metodologia adotada nos contratos de AT prevê um processo participativo em todas as etapas de sua execução. No componente II, existem dois exemplos importantes de mecanismos de participação dos beneficiários a serem valorizados: (i) o processo de construção dos projetos produtivos PPs, que teve um protagonismo dos beneficiários na elaboração da proposta a ser conveniada; (ii) os processos de licitação, realizados com acompanhamento da diretoria da associação e por uma equipe local de licitações composta pelas beneficiárias e beneficiados.

Gostaríamos ainda de destacar que a metodologia utilizada nas aquisições tem tido uma significativa contribuição para o protagonismo do público prioritário neste processo, com a incorporação de mulheres, jovens e quilombolas nas comissões de licitações, e com participação nas capacitações, etc.. Isso tem propiciado maiores oportunidades a esses grupos de tornarem-se lideranças nos processos de aquisição e, consequentemente, na comunidade. Ao mesmo tempo, essa metodologia tem fortalecido os procedimentos licitatórios do PROCASE. Em contrapartida, este instrumento metodológico que qualifica a participação dos beneficiários não é uma ferramenta que acelera os processos de implantação dos investimentos. Outro elemento de método que favorece e qualifica a participação ocorre no processo de monitoramento e avaliação do PROCASE, quando inclui encontros com beneficiários e coleta de dados com uma constante atualização.

Por outro lado, o PROCASE foi levado a abandonar o formato de ação dos PPs, para adotar um formato de ação que tem o nome de Plano Emergencial. Neste outro formato, os investimentos são definidos pelo Projeto (UGP) e não pela comunidade e, além disso, os beneficiários não têm responsabilidades no processo de aquisição e só participam na instalação dos investimentos como mão de obra. Neste formato, não há lugar para a organização local. Quando este tipo de intervenção iniciou, o acompanhamento destas comunidades foi muito insuficiente.

A partir de abril de 2018 entrou em campo uma AT para acompanhar estes grupos. Pelo que a missão pode observar nas visitas, a presença desta AT está ajudando, em muitos lugares, a mitigar os problemas que aqui foram levantados. O fato dos investimentos de tipo Plano Emergencial terem um peso relativo bastante grande na ação do PROCASE, faz com que seja difícil afirmar que a qualidade da participação dos beneficiários do PROCASE é uniformemente alta. Por outro lado, a chegada das equipes de AT que estão acompanhando os grupos/comunidades da modalidade 'Plano Emergencial', tem feito com que a situação atual seja melhor que aquela encontrada durante a supervisão anterior, em março de 2018.

Finalmente gostaríamos de fazer uma observação. No que foi dito acima, fala-se muito do fortalecimento do capital social. Mas qualidade de participação não é a mesma coisa que fortalecimento do capital humano e social... Seria possível imaginar a existência de uma boa participação, mesmo um projeto não tendo uma preocupação com este capital social. Mas isto só poderia acontecer se já existisse uma organização forte, e gente motivada e capacitada, nas comunidades trabalhadas. Como isto não acontece no âmbito do PROCASE, temos que a falta de construção destes capitais leva a uma participação frágil. Torna-se necessário impulsionar a participação dos jovens.

Responsiveness of Service Providers	Rating: 5	Previous rating: 5
--	------------------	---------------------------

Justification of rating

O PROCASE continua trabalhando com vários tipos de provedores de serviços. Destacaremos aqui as entidades que prestam serviços de Assessoria Técnica, o IICA, e outras fornecedoras de serviços (perfuração de poços, etc.) e de bens (máquinas, etc.).

No que diz respeito às entidades de AT, atualmente tem a 'força máxima' em campo, por meio de 6 contratos. Foi observado em campo que estas entidades estão realizando um bom serviço nos temas agrícolas, mas, em certos casos, precisam melhorar a parte de apoio às prestações de contas dos convênios. O IICA apoia alguns tipos de contratações, mas tem uma sistemática que não traz a agilidade necessária ao Projeto. Naquilo que se refere aos provedores de outros serviços e bens, atualmente não existem problemas que mereçam registro neste relatório.

Main issues

Naquilo que se refere à prestação dos serviços de AT, existem duas modalidades de atendimento. A primeira se refere a comunidades que têm um Plano Produtivo (PP), que tem um formato específico de AT. Na segunda modalidade, do tipo Plano Emergencial, a AT tem que lidar com a instalação e o uso produtivo de fontes hídricas.

No que se refere à qualidade do trabalho da AT na primeira modalidade (4 contratos), existe um consenso sobre a o fato de que a presença da AT nas comunidades tem sido fundamental para o avanço dos trabalhos. De fato, estas equipes foram fundamentais no apoio às associações para realizar aquisições e na implantação de equipamentos, infraestruturas, etc. Também estão realizando diversas atividades de capacitação, incluindo cursos, oficinas e viagens de intercâmbio. Por outro lado, há pontos que poderiam ser melhorados. O que é mais preocupante se refere ao apoio que estas equipes deverão fornecer às comunidades nas prestações de contas dos convênios. As possíveis lacunas neste item serão sanadas com o apoio das equipes da UGP e URGP's que tratam deste assunto.

Em 2018 o PROCASE retomou um trabalho semelhante ao do Plano Emergencial com as denominadas Novas Ações, junto a aproximadamente 770 grupos/comunidades. Nesta modalidade os investimentos do PROCASE são feitos por compra centralizada na UGP (e não pelas comunidades). Nestes casos, a tarefa da AT será de somente garantir que os investimentos (poços, kits de irrigação, campos de palma) sejam bem feitos e, uma vez instalados, possam funcionar corretamente. Cabe a estas ATs a realização da assistência conforme o recebimento desses bens e serviços pelas comunidades. Durante esta supervisão, a missão pôde constatar que duas entidades de AT têm atuado de forma positiva nas prestações de contas. Outras precisam melhorar sua atuação, o que está sendo tratado pela Coordenação de prestação de contas junto a essas equipes.

Houve, no passado, problemas com alguns fornecedores de bens e serviços, como por exemplo, a empresa contratada para construir barragens subterrâneas que não fez um bom trabalho, tendo gerado conflitos com a UGP. Estes problemas foram superados e a UGP tem gerido os demais contratos para se ter a qualidade necessária nos serviços prestados ao PROCASE, fruto das licitações recentes ou em curso, de forma a atender plenamente as necessidades dos beneficiários.

O IICA atua como agência executora de parte das contratações do PROCASE por meio de um PCT, contratando os consultores que atuam tanto na UGP, quanto nas URGP's, bem como pequenos serviços. Em geral tem uma boa atuação sob a coordenação da UGP, porém necessita de alguns ajustes relacionados à gestão dos contratos e a agilidade nos processos.

Environment and Natural Resource Management	Rating: 5	Previous rating: 4
--	------------------	---------------------------

Justification of rating

O Procace é o primeiro projeto do Brasil em que mais de 30 SAF foram instalados, implementados de forma sinérgica com as barragens subterrâneas e com os poços tubulares. Desta forma, viabilizaram a implantação de campos de forragem, aliviando a pressão sobre a degradação dos recursos naturais para consumo animal. As barragens convencionais foram avaliadas e foram apresentados planos para recuperação do entorno. Estas pequenas barragens poderão funcionar para mitigar a variabilidade na segurança da água e compensar as secas e inundações. A instalação dos poços segue toda a legislação estadual e ao final estarão todos devidamente licenciados, utilizando fontes renováveis de energia. Todos os PP receberam licença ambiental por meio de parcerias com a agência estadual de meio ambiente.

Main issues

As atividades agrícolas, principalmente a pecuária, praticadas ao longo de décadas têm levado à degradação da vegetação, compactação dos solos e processos erosivos. Isto têm sido enfrentado pelo Projeto com a introdução de práticas de cultivo e criação inovadoras, porém a sua adoção é lenta, exigindo atuação permanente de assistência técnica.

Os dessalinizadores produzem um rejeito que necessita ser cuidadosamente reservado e manuseado. Tratando-se de um concentrado de sais, a depender da concentração de sais do poço de onde se está captando a água para dessalinização, poderá ser servido aos animais e também aplicado em plantações para suprir a demanda de água. Esses teores deverão ser quantificados em cada sistema para orientar os produtores com relação à sua utilização.

Exit Strategy	Rating: 3	Previous rating: 3
----------------------	------------------	---------------------------

Justification of rating

O legado do Projeto vai ser muito relevante em termo de fortalecimento das capacidades e da capacidade produtiva das unidades familiares beneficiadas. Todavia, considerando que a maioria dos investimentos e atividades estão sendo realizados, torna-se urgente definir uma estratégia de saída. Temas como o fortalecimento das atividades produtivas, a gestão das associações e cooperativas e o acesso ao mercado deverão ser consolidados e vão requerer por parte do estado uma atenção particular. A elaboração dessa estratégia e as ações que serão realizadas até o final de 2019 devem fortalecer parcerias com órgãos públicos, prefeituras, organizações da sociedade civil e programas em execução. Sinergias que devem ser construídas com o COOPERAR (Banco Mundial).

Potential for Scaling-up	Rating: 4	Previous rating: 4
---------------------------------	------------------	---------------------------

Justification of rating

A estratégia de implementação e os investimentos realizados estão ajustados às características das áreas de atuação do Projeto. Os resultados obtidos a partir do investimento realizado, associado aos serviços de assessoria técnica apresentam potencial para serem replicados tanto no Estado da Paraíba como em outros estados do Nordeste. Isso vale para as diversas frentes de investimentos, seja no produtivo, acesso a água, novas ações, como também para as atividades de fortalecimento de capacidades, trabalho com mulheres e jovens. A gestão de conhecimento e divulgação das ações realizadas pelo Procace são outros fatores de mudança de escala. As atividades realizadas com o Programa Semear Internacional atuam neste sentido também.

c. Project Management

Quality of Project Management	Rating: 4	Previous rating: 4
--------------------------------------	------------------	---------------------------

Justification of rating

A gestão global do Projeto é satisfatória e o envolvimento da equipe e seu comprometimento permitam lograr bons avanços na implementação. A missão identificou a necessidade de ficar atento frente a alguns gargalos que estão aparecendo e que poderão constituir atrasos a curto prazo. A definição de um planejamento adequado para concluir todos os investimentos em campo assim como as prestações de conta é uma ação prioritária. Ajustes na organização geral da equipe devem ser realizados. O fortalecimento de parcerias e ações com órgãos do governo e o projeto

Cooperar devem ser um foco da gestão geral, na perspectiva da estratégia de saída.

Knowledge Management	Rating: 4	Previous rating: 3
-----------------------------	------------------	---------------------------

Justification of rating

As missões anteriores, especialmente a missão de supervisão de 2018, apontaram uma série de estratégias para o fortalecimento da Gestão de Conhecimento: (a) melhorar o acesso dos beneficiários às informações; (b) desenvolver o aprendizado institucional; (c) gerir uma comunicação para o público externo a ação. Na missão de supervisão 2019, percebe-se que existiu um esforço do Monitoramento e Avaliação em alcance dos objetivos com a produção de conteúdos elaborados pelos dados avaliação de impacto, fato que fortalece a gestão de conhecimento do PROCASE. No entanto, os entraves da difusão e divulgação, já diagnosticados na missão de supervisão de 2018, se ampliaram com a ausência de uma profissional de comunicação no projeto.

Main issues

Ao longo de sua execução, o PROCASE construiu um volume de conhecimento. Conseguiu validar conceitos como convivência com o semiárido, agroecologia e promoção da igualdade de gênero. Neste processo experimentou gestão e metodologia participativa e promoveu mudança na vida das pessoas demonstrado através da avaliação de impacto.

A Missão de supervisão 2019, reitera os avanços já visualizados da missão anterior do M&E do PROCASE, como: 1) Ampliação dos instrumentos de monitoramento; 2) Atualização cadastral dos beneficiários com Banco de dados dos PPs e plano emergencial; 3) Atualização do marco lógico do PROCASE; 4) organização do banco de dados das contrapartidas; 5) Monitoramento das ações internas; 6) Relatório gerencial de monitoramento dos convênios. Além disso, no ano de 2018, o M&A realizou a avaliação de impacto do PROCASE, estando em fase de consolidação dos dados. Os primeiros números apresentados já demonstram que o conhecimento gerado vai contribuir para alcançar os objetivos de gestão da informação e comunicação contidos no desenho do projeto e ao mesmo tempo, validado nas missões anteriores.

Com a contribuição do M&A, das ATs e demais capacitações dos componentes 1, 2 e 3 é possível visualizar o alcance de resultados nas três estratégias mencionadas nas missões anteriores: (a) os beneficiários conseguiram acessar as informações técnicas, econômicas e institucionais, visando o aperfeiçoamento da capacidade produtiva, organizacional e inserção ao mercado, com uma atenção ao público prioritário do projeto (Mulheres, jovens e quilombolas); (b) O PROCASE, conseguiu desenvolver o aprendizado institucional capaz de aperfeiçoar o desenho de políticas e instrumentos de desenvolvimento e, neste último período, tem concentrado esforços para ampliar esse aprendizado nas diversas áreas de atuação, em especial com os grupos prioritários. (c) E por último, e não menos importante, o projeto tem uma estratégia de gerir uma comunicação para o público externo em ações como: sociedade civil organizada, gestores públicos, imprensa, entre outros. Para tanto, tem conseguido uma articulação com a secretaria de comunicação do governo da Paraíba.

No setor de difusão, persistem lacunas já mencionados nas missões anteriores que para serem superadas será necessário: (i) A Fanpage do PROCASE ser alimentada diariamente, bem como, construir meta de alcance de suas publicações com patrocínio de postagem e ampliação dos seguidores da página; (ii) a página do PROCASE ainda carece de maior frequência de atualização com informações advindas do campo com periodicidade semanal de cada território e incluir informações e documentos relevantes; (iii) O banco de imagens com fotos foi criado, no entanto, ainda necessita de fotos de alta resolução. Essas lacunas foram aprofundadas com a ausência de uma profissional de comunicação para executar as ações do setor.

Com o processo de finalização do projeto, o desafio apresentado pela a missão de supervisão 2019 é fortalecer a gestão dos conhecimentos com qualificação dos resultados da avaliação de impacto. Para tanto, foi acordado nesta missão: sistematizar boas práticas em cada expertise do projeto em parceria com o programa Semear Internacional. As ATs irão selecionar conteúdos e resultados para serem sistematizados; incorporar o legado do PROCASE como parte da estratégia de comunicação do governo da PB e, para isto, fortalecer a articulação com a secretaria estadual de comunicação.

Value for Money	Rating: 4	Previous rating: 4
------------------------	------------------	---------------------------

Justification of rating

A valoração dos custos de cada contrato foi considerada adequada por atender a preços de mercado com entregas que estão proporcionando o atendimento dos resultados esperados, o que indica que têm sido realizadas dentro de padrões adequados de qualidade e preço.

Main issues

O Projeto passou por grande atraso na implementação por questões de gestão, fato corrigido nos últimos dois anos, mas

O Projeto passou por grande atraso na implementação por questões de gestão, fato corrigido nos últimos dois anos, mas que ocasionou orçamentos defasados das aquisições que seriam realizadas no âmbito dos Projetos Produtivos e como consequência, as licitações iniciais geraram a necessidade da área jurídica realizar apostilamentos e aditivos dos convênios com os beneficiários, para ajustar os valores e se conseguir contratar e executar as atividades planejadas.

Os investimentos em pequenas unidades de beneficiamento de alimentos têm potencializado os resultados agregando valor da produção primária de frutas e leite e as equipes do PROCASE estão dedicadas em apoiar esses beneficiários para que consigam dar entrada e obter as licenças necessárias para a comercialização dos produtos, o que irá valorizar ainda mais os recursos investidos. Os beneficiários estão envolvidos na implementação e receberão Assistência Técnica até próximo a conclusão do Projeto, de forma a possibilitar que os resultados dos investimentos se tornem mais eficazes e sustentáveis.

Nos últimos dois anos a UGP do PROCASE licitou serviços e aquisições de grandes vultos que ocasionaram o desembolso dos recursos previstos e o atendimento das necessidades dos beneficiários dentro de padrões adequados de qualidade e preço. As licitações realizadas no âmbito da UGP atenderam preços de mercado e o Projeto tem conseguido gerir os contratos de forma a zelar pelas prestações adequadas dos serviços e uso dos bens, cujas entregas tem sido satisfatórias e têm gerado bons resultados aos beneficiários.

A ovinocaprinocultura é a atividade produtiva que possui maior quantidade de Projetos Produtivos conveniados com os beneficiários, que são investimentos de pequena monta, focados principalmente no reforço da produção de forragens para garantir alimentação para os animais durante os períodos de estiagem e essa atividade têm-se mostrado com adequado custo/benefício, tanto do investimento produtivo, quanto da prestação de serviços das entidades de Assistência Técnica, que vêm orientando os beneficiários adequadamente para realizar os investimentos, capacitando-os para conduzirem suas atividades de maneira sustentável após a saída do Projeto.

Coherence between AWPB and Implementation	Rating: 3	Previous rating: 3
--	------------------	---------------------------

Justification of rating

O POA 2018 tem sido executado de maneira alinhada com o planejamento do plano. O POA 2019 foi entregue dentro do prazo acordado e revisado pelo FIDA. Em 2018, a execução financeira do POA alcançou 58%, dos R\$ 54,1 milhões do planejado

AWPB Inputs and Outputs Review and Implementation Progress

Em 2018, a execução financeira do POA alcançou 58%, dos R\$ 54,1 milhões do planejado. Nos avanços físicos do marco lógico, o Projeto superou a meta de 18.500 famílias, alcançando 21.007 famílias. Em relação ao Componente 1, 5.549 famílias foram beneficiadas por oficinas, encontros, intercâmbios e outras atividades (123% da meta), sendo 1.000 em 2019; no caso do Componente 2, as ações com o Plano Emergencial alcançaram 4.616 famílias (68% da meta), sendo 1.000 famílias em 2019. As ações com o serviço de mecanização agrícola beneficiaram 1.017 famílias (51% da meta), sendo 775 em 2019. As Instituições de extensão rural (AT) beneficiam 9.547 famílias, incluindo contrapartida (63% da meta). Estima-se que as 3 barragens concluídas beneficiam 10.022 famílias. O POA 2019 ainda está com baixa execução (2%).

Performance of M&E System	Rating: 4	Previous rating: 4
--------------------------------------	------------------	---------------------------

Justification of rating

O projeto tem instrumentos e processos válidos para coletar informações sobre os indicadores de 1º nível do Marco Lógico, e armazena-os em ambiente de banco de dados. Atualmente, há estudo em andamento que serão capazes de apresentar resultados dos investimentos realizados pelos PPs, além do início do estudo para a avaliação de impacto.

M&E System Review

A missão avalia de forma positiva as ações realizadas em 2018 pelo M&A. No período, houve a participação do projeto no curso oferecido pelo FIDA (PRiME), realizado no México, no mês de novembro de 2018. Em relação às ações do Projeto, foram realizados 5 encontros territoriais de M&A com o público beneficiário de PPs e equipes dos escritórios regionais, e houve também, a execução da 1ª avaliação dos resultados, eventos estes voltados à análise das intervenções das ações em campo.

O projeto entra no seu último ano de execução com grandes desafios para a equipe de M&A. Após recuperar o passivo em relação ao monitoramento dos beneficiários, onde o cadastramento não era fidedigno a realidade, o M&A atualmente se depara com dois atividades: realizar avaliações de resultados de outras ações, além dos projetos produtivos (a avaliação dos PPs foi realizada em dezembro de 2018, e está em processo de produção de relatórios); e realizar a avaliação de impacto em 2019/2020.

No caso da avaliação de resultados, foi apresentada à missão a versão preliminar da avaliação de resultados sociais, ambientais e econômicos em relação às famílias beneficiadas por PPs. Foram avaliados os 90 PPs com comunidades, através da aplicação de questionários, parte de forma coletiva e parte individual.

Além desta avaliação de resultado, foi acordado que outras serão realizadas, como exemplo das famílias que implementaram os SAFs, das ações com grupos de mulheres, jovens e comunidades quilombolas, com as unidades de beneficiamento, entre outras.

Em relação à avaliação de Impacto, a missão destaca a necessidade de realizar o estudo no decorrer de 2019 e finalizar em 2020.

Alguns Pontos de destaque:

Dados dos beneficiários: O projeto recebeu do projeto FIDA Pró-Semiárido (Bahia), um sistema para cadastramento e armazenamento de informações de todos os beneficiários. Neste banco de dados (BD), além das informações básicas de cadastro (como nome, idade, gênero, endereço etc). Há também informações sobre o tipo de benefício recebido (PP, poços, campo de palma, uso da patrulha agrícola etc), além das informações dos beneficiários das ações contabilizadas como contrapartidas (AT da Emater e das três barragens). Este BD está em fase final de conclusão, sendo constantemente atualizado através da inclusão de novos beneficiários.

Uso do sistema DATA.FIDA do PSI: Consiste num sistema de gestão para a consolidação de informações para todos projetos FIDA no Brasil. Portanto, cabe ao Procace realizar tratativas com o PSI para que o banco de dados do Projeto seja importado no DATA.FIDA de forma automática.

Relatórios: Os relatórios técnicos de progresso são produzidos de forma conjunta com a equipe dos componentes, e enviados ao FIDA no prazo determinado. Como estes documentos são preparados por toda equipe, torna-se um importante instrumento para planejamento e tomada de decisão: para análise do alcance do projeto e planejamento de futuras ações.

Lições aprendidas e gestão do conhecimento: A equipe de M&A, em conjunto com os demais componentes, estão debruçados em realizar sistematizações de boas práticas. Com a contratação do novo profissional de comunicação, serão realizadas publicações nesse sentido.

Requirements of Social, Environmental and Climate Assessment Procedures (SECAP)

Rating: 5

Previous rating: 4

Justification of rating

Durante concepção do Projeto não foram identificados requisitos da SECAP. No entanto, quando da apresentação da proposta para a construção de barragens de terra, isto aconteceu e as Licenças Ambientais foram providenciadas. Os Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificiais (PACUERA), e os Planos de Controle Ambiental (PCA), que permitam realizar as medidas mitigatórias necessárias para a proteção ambiental da paisagem do entorno foram elaborados. Estes documentos correspondem semelhantemente aos documentos técnicos ESIA e ESMP estabelecidos pelo Managing Risks to Create Opportunities do FIDA. A recuperação na área do entorno das barragens foi substituída pelos 31SAFs já implantados.

SECAP Review

O PROCASE tem se enquadrado de forma muito positiva ao SECAP, em especial às Orientações nº 7 (Água - uso agrícola e doméstico) e 8 (Pequenas represas). A estratégia do Projeto na atuação em uma das regiões consideradas mais vulneráveis em relação às mudanças climáticas no Brasil que é o semiárido e o desenvolvimento das atividades tem mostrado resultados positivos com a implantação de infraestruturas que propiciam impactos ambientais positivos, ajudando a retardar na área do Projeto principalmente a degradação dos solos.

Acumulação de água de chuva, aproveitamento de águas subterrâneas, utilização de tecnologias para irrigação que otimizam o uso da água, associados a práticas de reflorestação e recuperação de áreas degradadas direcionam-se para: *“... o uso eficiente da água na agricultura para reduzir a pobreza e a fome torna-se uma questão crucial, que pode ser resolvida com a implantação de sistemas. e investimentos que permitam que os recursos hídricos sejam gerenciados de maneira equitativa”.*

d. Financial Management & Execution

Disbursement by financier

Type	Name	Current Amount	Disbursed Amount	Actual Rate
Domestic Financing breakdown	National Government	\$3,400,000	\$0	0.0%
	Beneficiaries	\$9,192,655	\$511,000	5.6%
	Local Government	\$12,101,432	\$12,163,560	100.5%

Acceptable Disbursement Rate

Rating: 3

Previous rating: 2

Justification of rating

O valor do empréstimo de SDR 16.064.876 devido à variação do SDR equivale atualmente cerca de USD 22,7 milhões, USD 2,3 milhões a menos do que o valor originalmente estimado de USD 25 milhões. O valor desembolsado de recursos FIDA foi de USD 17,8 milhões, equivalentes a 78% do valor disponível no financiamento do FIDA (71% do valor original programado), realizado em 14 parcelas. Nos últimos 12 meses foram realizados 7 Pedidos de Saques no valor total de USD 9 milhões. O saldo a desembolsar de USD 4,9 milhões é previsto para este ano de 2019. O Projeto apresentou o Pedido nº 15 no valor de USD 1,2 milhões, o que elevará o desembolso a 83% e o saldo a USD 3,7 milhões.

Main issues

Recuperação do adiantamento FIDA: Devido à necessidade de liquidez no primeiro semestre de 2019, a Missão informou que o FIDA iniciará a recuperação do adiantamento à Conta Designada a partir do segundo semestre após o pedido 16, retendo a partir do pedido nº17 parte do valor solicitado a cada desembolso seguindo o plano de recuperação abaixo:

Tabela - Plano de Recuperação do Adiantamento à Conta Designada

Pedido de Saque	Data	Pedido/justificação (USD)	Recuperação (USD)	Desembolsos (USD)	A recuperar (USD)
		Valor adiantado			3.000.000
16	Jun/19	1.160.000	-	1.160.000	3.000.000
17	jul/19	1.343.011	500.000	843.011	2.500.000
18	set/19	1.895.341	1.000.000	895.341	1.500.000
19	out/19	1.876.811	1.000.000	876.811	500.000
20	dez/19	500.000	500.000	-	-

Fonte: FIDA e UGP

Execução Financeira total (FIDA + GOV): Em referência aos recursos diretos previstos, a execução financeira global do PROCASE de fundos FIDA e Governo é de USD 27,6 milhões, 80% do valor total disponível e 74% do originalmente previsto em USD, sendo USD 15,5 milhões de fundos FIDA e USD 12,1 milhões de contrapartida do governo. Embora tenha havido um excelente desempenho de desembolso/execução nos últimos 12 meses, permanece a necessidade de que o Governo continue a concentrar todos os esforços para liquidar os contratos, empenhos e ter licitações concluídas a fim de realizar o pagamento de todo o saldo de recursos até dezembro de 2019. Dos recursos FIDA, ainda faltam executar USD 7,4 milhões, contudo o PROCASE possui contratos firmados com saldos a repassar no valor de aproximadamente USD 3,4 milhões das ações prioritárias de 2018 implementadas via SEIRHMA, USD 2,1 milhões em contratos com de empresas privadas e pública de ATER e USD 680 mil para sua prorrogação; além de USD 1,2 milhão com capacitações, gestão e PCT/IICA para atividades de estudos, auditoria e consultorias.

Agreed Action	Responsibility	Agreed Date
Financial Management & Execution		
Orçamento Disponibilizar todo orçamento fonte FIDA.	UGP	05/2019

Fiduciary Aspects

Quality of Financial Management

Rating: 4

Previous rating: 3

Justification of rating

Os arranjos de FM avaliados indicam como moderadamente satisfatórios para cumprir os compromissos fiduciários. Com base nas Diretrizes do FIDA, o risco fiduciário foi classificado como médio para o Projeto, pois a missão encontrou as seguintes dificuldades: i) atraso na implementação e realização de despesas com um saldo de 25% a executar nos últimos 9 meses do projeto ii) Sistema Contábil do Projeto necessitando alimentação, levando o Projeto a elaborar relatórios em Excel; e, iii) orçamento 2019 insuficiente da Fonte FIDA. Embora o risco fiduciário seja médio, o Governo e UGP vem demonstrando um forte empenho para a recuperação do atraso da implementação e reuniu condições satisfatórias para que todos os recursos financeiros sejam pagos ou empenhados neste último ano do Projeto.

Main issues

Organização e equipe: A equipe financeira está adequada. Há profissionais dedicados em prestação de contas, orçamento, contabilidade e em TI que desempenham satisfatoriamente suas funções.

Orçamento/POA: O POA 2018 da ordem de R\$ 54,1 milhões teve a execução de 58% (R\$ 31,3 milhões). O POA para 2019 é da ordem de R\$ 34 milhões (aproximadamente USD 9 milhões), sendo R\$ 5 milhões em contrapartida financeira, R\$ 4,7 milhões de contrapartida não financeira e R\$ 24,3 milhões de fonte FIDA, tendo sido executado apenas R\$ 630 mil (2%). O orçamento do estado disponível para 2019 diretamente ao PROCASE é de apenas R\$ 14,5 milhões (R\$ 11,2M/FIDA; R\$ 3,3M/GovPB) e indica ser insuficiente para atender o POA, com um déficit de R\$ 13,2 milhões da fonte FIDA e R\$ 1,7 milhão de contrapartida financeira, que está sendo providenciado pela UGP e cujo aumento foi comprometido pelo Secretário de Planejamento. O POA 2019 será revisado até 31/05/2019] para inclusão da contrapartida não financeira no componente 5 e as contrapartidas dos beneficiários previstas para 2019. Foi acordado que a UGP enviará ao FIDA até 30 de junho de 2019 um POA 2020 com as atividades de encerramento do Projeto onde deverão constar apenas despesas previstas até 30 de abril de 2020, tais como elaboração de relatórios, finalização da prestação de contas do projeto, arquivamento, auditoria e o respectivo pessoal para realização destas atividades de encerramento.

Sistema Contábil e Relatórios: O Sistema auxiliar necessita ainda de atualização dos dados de 2013 e 2014 para permitir relatórios completos e fiáveis, por categorias e componentes do projeto. A contabilidade do projeto está sendo demonstrada com informações elaboradas em Excel, revisados por um segundo profissional antes de enviá-los ao FIDA. A missão reitera a necessidade de estes serem extraídos diretamente do Sistema Contábil do Projeto, inclusive os novos relatórios financeiros (Anexos 2, 3 e 4 das Diretrizes d). O Relatório Financeiro Interino (IFR) foi apresentado à Missão. O sistema frequentemente apresenta erros e falhas ao tentar gerar os demonstrativos financeiros, o que força à contabilidade do PROCASE a manter o controle contábil paralelo em planilhas eletrônicas para confrontar com os demonstrativos gerados através do sistema, atrasando a apresentação dos demonstrativos financeiros ao FIDA. Além disso, o projeto ainda é dependente do suporte técnico externo em cooperação com outro estado, o que dificulta os ajustes necessários. Foi acordada a conclusão da atualização até 30/04/2019.

Arranjos de Gestão e Fluxos de Fundos: Os fluxos, rotinas e procedimentos permanecem satisfatórios. Para o reconhecimento de contrapartida do público beneficiário e de acesso a outras políticas públicas a Missão reitera que a UGP articule o setor financeiro com o de M&A e componente 2 para que estabeleçam rotinas de fluxos de coleta, prestação de contas (Relatório de AT) para a contabilização sistemática destas informações.

Gestão PCT IICA: O PCT que possui vigência até 30/04/2020 com as seguintes informações: Valor contratado R\$ 15.400.000; Valor Repassado: R\$ 11.880.000; Valor a repassar: R\$ 3.960.000; Gasto/Comprovado: R\$ 10.884.040,33; Saldo financeiro disponível no IICA a executar: R\$ 995.959,67.

Agreed Action	Responsibility	Agreed Date
Financial Management & Execution		
Orçamento Disponibilizar todo orçamento fonte FIDA.	UGP	04/2018
Gestão Financeira Atuação dos técnicos em gestão da UGP para apoio em prestação de contas.	UGP	05/2018
Sistema de Gestão Contábil Disponibilidade do sistema com todas as informações financeiras do Projeto.	UGP	05/2018
Contabilidade Geral Aporte da contrapartida necessária e da contabilização da contrapartida dos beneficiários direta ou econômica nos Convênios, econômica no Plano Emergencial e de acesso a outras fontes (PRONAF e outras).	UGP	06/2018
Sistema de Gestão Contábil Disponibilidade do sistema com todas as informações financeiras do Projeto.	UGP	04/2019
Contabilidade Geral Aporte da contrapartida necessária e da contabilização da contrapartida dos beneficiários direta ou econômica nos Convênios, econômica no Plano Emergencial e de acesso a outras fontes (PRONAF e outras).	UGP	04/2019

Quality and Timeliness of Audit

Rating: 5

Previous rating: 4

Justification of rating

A auditoria referente às contas de 2017 foi entregue no tempo e teve opinião sem ressalvas quanto ao uso da conta designada e admissibilidade das despesas apresentadas, ressalvando: i) as demonstrações contábeis para as quais solicitou ajustes já providenciados pela UGP e que serão objeto de acompanhamento da auditoria de 2018; e ii) o cumprimento com exceção das cláusulas contratuais de caráter administrativo-contábil- financeiro no que se refere a disponibilização de um sistema gerencial adequado. Emitiu também uma opinião insatisfatória sobre os controles internos devido especialmente por não ter sido finalizada a implementação do sistema de gerenciamento de informações financeiras e administrativas (elaboração dos SOE's e das Demonstrações Financeiras do Projeto).

Main issues

A missão reiterou as recomendações da auditoria para a solução das impropriedades e que suas soluções sejam providenciadas e implementadas o mais breve, que são relacionadas principalmente a solução da implementação final do Sistema de Informações Gerenciais (MIS). Para o ano de 2018 o projeto já fez o processo de licitação e está em fase de assinatura para contratar a empresa de auditoria que realizará os seus trabalhos em abril de 2019 a fim de cumprir o prazo determinado para apresentação do relatório de Auditoria ao FIDA, em inglês ou espanhol, em 30 de junho de 2018.

<i>Agreed Action</i>	<i>Responsibility</i>	<i>Agreed Date</i>
Financial Management & Execution		
Processo de Auditoria Contratação (30/04/2019) Conclusão dos trabalhos (10/06/2019) Envio do Relatório de Auditoria ao FIDA (30/06/2019)	UGP	06/2019

Counterparts Funds

Rating: 4

Previous rating: 4

Justification of rating

Do valor pactuado, USD 12,1 milhões foram executados até o presente momento entre contrapartida financeira e não financeira. Este montante corresponde a 100% dos recursos. Do POA 2018 foram executados 88% do planejado em contrapartida. Em 2019 foram executados apenas 2% devido ao início do ano, porém a liquidez necessária é para o segundo trimestre do ano. O projeto possui em caixa este ano cerca de USD 200 mil.

Main issues

Mesmo com 100% dos recursos aportados é necessário ainda aportes de cerca de USD 1,5 milhão no componente 2 e 5 até o encerramento das contas do Projeto em 2020, a serem aplicados para ações prioritárias via SEIRHMA e para gestão e ações via PCT/IICA, pois os recursos FIDA estão comprometidos.

Até o momento foram contabilizados como contrapartida do público beneficiário USD 511 mil dos USD 9,2 milhões previstos, e ainda sem comprovação, foram acessados recursos ao PRONAF ou outras fontes pactuadas de USD 3,4 milhões. A Missão acordou com a UGP dinamizar a obtenção destas contrapartidas dos grupos beneficiados oriundas de informações por meio da AT de forma periódica e a consequente contabilização nos Demonstrativos e Relatórios Financeiros do Projeto até 30/06/2019.

<i>Agreed Action</i>	<i>Responsibility</i>	<i>Agreed Date</i>
Financial Management & Execution		
Contrapartida Apresentação de Declaração de Gastos de contrapartida beneficiário de outros programas	UGP	06/2019

Compliance with Loan Covenants

Rating: 5

Previous rating: 4

Justification of rating

Em geral, as cláusulas contratuais do Acordo de Empréstimo estão sendo cumpridas nos prazos acordados.

Main issues

Foi disponibilizado o software contábil para a gestão financeira auxiliar, mas ainda não atende aos quesitos já acordados nas missões anteriores, necessários para simplificar a gestão das informações financeiras. Porém, durante a missão ficou acordada a implementação do relatório financeiro IFR e do DOARP, que é utilizado para prestação de contas. Há disponibilidade em quantidade e oportunidade da contrapartida e orçamento no total previsto.

O Plano Operativo Anual, Plano de Aquisições e os Relatórios de Progresso foram entregues nas datas contratuais previstas.

A contratação de Auditoria Independente está na fase de registro da licitação junto à CGE, para depois haver a publicação da homologação do certame e registro do contrato. A equipe do Projeto informou que o relatório preliminar está previsto para o dia 30 de maio de 2019. A missão registra que o relatório final aprovado deverá ser entregue ao FIDA até meados de junho/2019.

Procurement

Justification of rating

O arranjo de licitações e contratações agilizou a execução nos últimos dois anos. Contou com reforço nas equipes por meio de força tarefa proporcionada pelo governo do estado e com o apoio provisório da SEIRHMA (antiga SEIRHMACT) na realização de certames importantes para atendimento dos beneficiários. O projeto conta com equipe de licitações e jurídica experiente na atuação dos certames e das contratações. Por meio de sistema estadual a Controladoria do Estado (CGE) analisa todos os certames realizados pela UGP/PROCASE. Esse sistema contempla todos os métodos internacionais previsto no Acordo de Empréstimo. O controle efetuado pelo estado proporciona o atendimento adequado dos princípios de licitações e da administração pública, zelando pelo bom uso dos recursos.

Procurement Review

O Projeto licitou em torno de 95% do que estava previsto no âmbito da UGP e dos beneficiários, faltando atualmente apenas a renovação de serviços operacionais do ano em curso. Dentre os pacotes de aquisições realizadas pela UGP, a missão reforçou a recomendação da missão anterior relativa ao acompanhamento da gestão do uso das Patrulhas Agrícolas Mecanizadas e dos Dessalinizadores, de forma a utilizar mecanismos que garantam o uso isonômico pelos beneficiários e com a devida instrução para operacionalização segura desses equipamentos. A missão revisou todos os processos de licitações que foram realizados no âmbito do Termo de Cooperação entre SEIRHMA e SEAFDS e constatou que os certames estavam em conformidade com os princípios de licitações. O valor inicial previsto para esses contratos era de **R\$22.147.294,32** e hoje está no total de **R\$24.540.126,34**, com **10,80%** de aumento devido a ajustes de mal dimensionamento ou subdimensionamento nas especificações técnicas. Do total previsto já foram pagos **R\$12.551.769,89** e esses contratos estão ainda em execução com vigência entre **maio e junho/2019**, com exceção dos dessalinizadores cujas entregas irão até meados de agosto/2019. A missão identificou adequada gestão contratual, mas recomenda especial atenção para que seja tudo finalizado sem necessidade de novos aditivos, a considerar a conclusão do projeto em dezembro/2019. A missão analisou uma amostra dos processos de licitações realizados pelos beneficiários e constatou que estavam em conformidade. Em virtude da proximidade da conclusão do PROCASE, **ficou acordado** que o uso dos rendimentos das aplicações financeiras dos convênios e das sobras de licitações realizadas serão, na maioria dos convênios, devolvidos ao Projeto. As licitações relativas ao uso desses recursos que estiverem em curso e não forem causar atrasos na prestação de contas, poderão ser concluídas. Casos excepcionais serão analisados pela equipe financeira afim de verificar se a proposição é de suma importância para o bom andamento do projeto do beneficiário e se o prazo que demandará será suficiente para realizar a respectiva prestação de contas. Os recursos devolvidos deverão ser priorizados para aditar os contratos das organizações de Assistência Técnica e/ou outras aquisições que possam ser feitas pela própria UGP em atendimento a prioridades dos beneficiários. Considerando que a maior parte das licitações previstas nos convênios dos beneficiários foram realizadas, a missão **acordou** uma força tarefa entre a equipe da UGP, das regionais e das Assistências Técnicas para se concluir as prestações de contas. Considerando que (i) os convênios firmados em 2014 terminam em junho/2019, (ii) os convênios firmados em 2016 terminam em maio/2019 e (iii) os que foram firmados em 2017 terminam entre agosto, setembro, outubro e dezembro/2019, a missão **acordou** que aditamentos de convênios só devem ocorrer em casos extremamente necessários para não prejudicar os beneficiários. Quanto aos convênios que vencem em outubro e dezembro, o projeto deverá verificar o estágio dessas licitações e decidir sua conclusão para que as associações não fiquem inadimplentes. A missão **acordou** que os contratos das prestadoras de Assistência Técnica EMPAER, COOPTERA, IDS e SENAR, objetos do Edital n.º 01/2016 deverão ser aditados até **15/11/2019**, de forma a dar continuidade à assistência aos beneficiários e apoio nas prestações de contas dos convênios. Esses aditivos deverão ser submetidos à análise de não objeção do FIDA. Os contratos objetos do Edital 01/2017, com as prestadoras EMPAER e PATAC manterão a vigência que está em análise neste momento na CGE, de **19/10/2019 e 24/10/2019** respectivamente e são somente de prazo.

F. Agreed Actions

Agreed Action	Responsibility	Agreed Date
Financial Management & Execution		
Orçamento Disponibilizar todo orçamento fonte FIDA.	UGP	04/2018
Gestão Financeira Atuação dos técnicos em gestão da UGP para apoio em prestação de contas.	UGP	05/2018
Sistema de Gestão Contábil Disponibilidade do sistema com todas as informações financeiras do Projeto.	UGP	05/2018
Contabilidade Geral Aporte da contrapartida necessária e da contabilização da contrapartida dos beneficiários direta ou econômica nos Convênios, econômica no Plano Emergencial e de acesso a outras fontes (PRONAF e outras).	UGP	06/2018
Sistema de Gestão Contábil Disponibilidade do sistema com todas as informações financeiras do Projeto.	UGP	04/2019
Contabilidade Geral Aporte da contrapartida necessária e da contabilização da contrapartida dos beneficiários direta ou econômica nos Convênios, econômica no Plano Emergencial e de acesso a outras fontes (PRONAF e outras).	UGP	04/2019
Orçamento Disponibilizar todo orçamento fonte FIDA.	UGP	05/2019
Contrapartida Apresentação de Declaração de Gastos de contrapartida beneficiário de outros programas	UGP	06/2019
Processo de Auditoria Contratação (30/04/2019) Conclusão dos trabalhos (10/06/2019) Envio do Relatório de Auditoria ao FIDA (30/06/2019)	UGP	06/2019

Cariri and Seridó Sustainable Development Project (PROCASE-Paraiba)

Logical Framework

Results Hierarchy	Indicators							Means of verification			Assumptions
	Name	Baseline	Mid-Term	End Target	Annual Result (2019)	Cumulative Result (2019)	Cumulative Result % (2019)	Source	Frequency	Responsibility	
Outreach	1.b Estimated corresponding total number of households members							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Household members	0		74 000	48 360	84 028	113.6				
	1.a Corresponding number of households reached							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Households	0		18 500	12 090	21 007	113.6				
	1 Persons receiving services promoted or supported by the project							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Males	0		9 250	3 612	10 613	114.7				
	Females	0		9 250	8 478	10 394	112.4				
	Total number of persons receiving services	0		18 500	12 090	21 007	113.6				
	Groups that receive services promoted or supported by the project							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Groups	0		766	100	704	91.9				
	Communities that receive services promoted or supported by the project							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Communities	0		766	100	704	91.9				
Goal Development of rural economy of the semi-arid region of Paraiba and a poverty reduction of the poor rural families	Households with improvements in household assets ownership index (00.00.01.01)							Project Baseline Survey; · Mid-term and final results and impact evaluation; · National statistical data (IBGE)	End of Project	RIA	
	Increase in household assets ownership index	0		20	0	0	0				

Results Hierarchy	Indicators							Means of verification			Assumptions
	Name	Baseline	Mid-Term	End Target	Annual Result (2019)	Cumulative Result (2019)	Cumulative Result % (2019)	Source	Frequency	Responsibility	
	Reduction in the prevalence of child malnutrition, by gender (h/a, w/a, w/h) (00.00.02)							Project Baseline Survey; · Mid-term and final results and impact evaluation; · National statistical data (IBGE)	End of Project	RIA	
	Reduction of child malnutrition	0		10	0	0	0				
Objective Project beneficiaries in Paraíba's semi-arid region sustainably improved their farm and off-farm income, productive assets, organizational capacities and environmental practices	Beneficiary households increased farm and off-farm income by 20% (75%) (00.00.04)							Local business register; Project Baseline Survey; Mid-term and final evaluation; Project's Management Information System; Co-executing agencies' reports; Systematizations of experiences; Specific studies on local economic activities; Participative beneficiaries' evaluations; National statistical data (IBGE); Labour information system	Annual	Project M&E Unit	Land access and tenancy facilitated by GOB; Social infrastructure continue to be provided by the GOB; Targeted markets absorb incremental production; Policies to strengthen public extension services maintained.
	Households	0		13 875	0	0	0				

Results Hierarchy	Indicators							Means of verification			Assumptions
	Name	Baseline	Mid-Term	End Target	Annual Result (2019)	Cumulative Result (2019)	Cumulative Result % (2019)	Source	Frequency	Responsibility	
	Annual volumes and sales of marketed products supported by the project (00.00.05)							Local business register; Project Baseline Survey; Mid-term and final evaluation; Project's Management Information System; Co-executing agencies' reports; Systematizations of experiences; Specific studies on local economic activities; Participative beneficiaries' evaluations; National statistical data (IBGE); Labour information system	Annual	Project M&E Unit	
	Increase of annual volumes and sales	0		10							
	Increase in net revenues of the small agricultural and non-agricultural businesses supported by the project (00.00.06)							Local business register; Project Baseline Survey; Mid-term and final evaluation; Project's Management Information System; Co-executing agencies' reports; Systematizations of experiences; Specific studies on local economic activities; Participative beneficiaries' evaluations; National statistical data (IBGE); Labour information system	Annual	Project M&E Unit	
	Increase of net revenues	0		20							

Results Hierarchy	Indicators							Means of verification			Assumptions
	Name	Baseline	Mid-Term	End Target	Annual Result (2019)	Cumulative Result (2019)	Cumulative Result % (2019)	Source	Frequency	Responsibility	
	Small agricultural and non-agricultural businesses supported by the project are operational and profitable after three years (00.00.08)							Local business register; Project Baseline Survey; Mid-term and final evaluation; Project's Management Information System; Co-executing agencies' reports; Systematizations of experiences; Specific studies on local economic activities; Participative beneficiaries' evaluations; National statistical data (IBGE); Labour information system	Annual	Project M&E Unit	
	Small businesses	0		80							
	The institutions of rural extensions are capable of reaching 15,200 families (00.00.10)							Local business register; Project Baseline Survey; Mid-term and final evaluation; Project's Management Information System; Co-executing agencies' reports; Systematizations of experiences; Specific studies on local economic activities; Participative beneficiaries' evaluations; National statistical data (IBGE); Labour information system	Annual	Project M&E Unit	
Families	0		15 200								

Results Hierarchy	Indicators							Means of verification		Assumptions	
	Name	Baseline	Mid-Term	End Target	Annual Result (2019)	Cumulative Result (2019)	Cumulative Result % (2019)	Source	Frequency		Responsibility
	New Jobs created from economic activities supported by the Project (00.00.11)							Local business register; Project Baseline Survey; Mid-term and final evaluation; Project's Management Information System; Co-executing agencies' reports; Systematizations of experiences; Specific studies on local economic activities; Participative beneficiaries' evaluations; National statistical data (IBGE); Labour information system	Annual	Project M&E Unit	
	Jobs	0		4 300							
	Benefited producers' organizations participate in territorial forums and councils (00.00.12)							Local business register; Project Baseline Survey; Mid-term and final evaluation; Project's Management Information System; Co-executing agencies' reports; Systematizations of experiences; Specific studies on local economic activities; Participative beneficiaries' evaluations; National statistical data (IBGE); Labour information system	Annual	Project M&E Unit	
	Producers' Organizations	0		92							

Results Hierarchy	Indicators							Means of verification			Assumptions
	Name	Baseline	Mid-Term	End Target	Annual Result (2019)	Cumulative Result (2019)	Cumulative Result % (2019)	Source	Frequency	Responsibility	
Objective Hectares of Caatinga under good NRM practices	Land under improved management practices							(00.00.09) Local business register; Project Baseline Survey; Mid-term and final evaluation; Project's Management Information System; Co-executing agencies' reports; Systematizations of experiences; Specific studies on local economic activities; Participative beneficiaries' evaluations; National statistical data (IBGE); Labour information system	Annual	Project M&E Unit	Land access and tenancy facilitated by GOB; Social infrastructure continue to be provided by the GOB; Targeted markets absorb incremental production; Policies to strengthen public extension services maintained.
	Hectares of land	0		225	0	245	108.9				
Outcome C1. Project beneficiaries and their organizations receive continuous and specialized technical assistance.	People trained through capacity building events, including workshops and exchange visits (01.01.04)							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit	
	Households			4 500	1 000	5 549	123.3				
Outcome C2. Productive Development and Access to Markets. Small producers access to technical assistance and financial resources to improve agricultural and no-agricultural production	Productive projects supported (02.01.03)							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit	
	Productive projects			90	0	90	100				

Results Hierarchy	Indicators							Means of verification		Assumptions
	Name	Baseline	Mid-Term	End Target	Annual Result (2019)	Cumulative Result (2019)	Cumulative Result % (2019)	Source	Frequency	Responsibility
	Communities benefitted with water access and forage plans (02.01.04)							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit
	Communities			766	0	579	75.6			
	Families benefitted with emergency drought plans (02.01.01.03)							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit
	Households			6 760	1 000	4 616	68.3			
Outcome C3. Natural resources management and mitigation of desertification. Sustainable management of natural resources promoted, including techniques and knowledge to mitigate desertification process	Agroforestry systems installed							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit
	Agroforestry systems			480	100	493	102.7			
Outcome C4. Institutional Strengthening. Rural institutions supported to strengthen their capacities regarding provision of technical assistance and implementation of rural development policies in the semi-arid region	Families assisted by rural extension institutions							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit
	Households			15 200	1 400	9 547	62.8			

Results Hierarchy	Indicators							Means of verification		Assumptions	
	Name	Baseline	Mid-Term	End Target	Annual Result (2019)	Cumulative Result (2019)	Cumulative Result % (2019)	Source	Frequency		Responsibility
Outcome C5. Project management, monitoring and evaluation. Effective project management unit established and operational	Satisfactory M&E system for both physical and financial supervision							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit	
	Satisfactory M&E system			7	1	7	100				
	At least 40% of the project team staff are women							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit	
	Females			28	31	31	110.7				
Output C1. Project beneficiaries and their organizations receive continuous and specialized technical assistance	Young rural people (50% women) receive scholarships (US\$ 400) to participate in technical and business trainings (01.01.01)							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit	SECTA establishes the necessary partnerships to implement the programme; programmes of technical assistance respond to the needs of the market.
	Young	0		1 200	100	431	35.9				
	Young people (at least 25%) are trained to develop Business Plans (01.01.01)							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit	
	Young	0		1 200	100	431	35.9				

Results Hierarchy	Indicators							Means of verification			Assumptions
	Name	Baseline	Mid-Term	End Target	Annual Result (2019)	Cumulative Result (2019)	Cumulative Result % (2019)	Source	Frequency	Responsibility	
	Women Young rural people receive incentives (US\$ 400) to develop business plans (01.01.01)							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit	
	Young	0		600	50	215	35.8				
Output C2. Productive Development and Access to Markets. Small producers supported to increase their production and productivity, improve the quality of their products and their commercialization capabilities	Farmers, miners and artisans (organized in associations and cooperatives) are benefited by technical assistance and training to strengthen their organizations (02.01.01)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	SECTA establishes the necessary partnerships to implement the programme; programmes of technical assistance respond to the needs of the market.
	Producers	0		14 000	0	6 100	43.6				
	Associations and Cooperatives develop two cooperatives to provide marketing services and technical assistance to their members (02.01.02)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Cooperatives	0		2	0	0	0				
	People trained in community management topics							M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Total persons trained in other			14 000	1 000	5 549	39.6				
Output C2. Productive Development and Access to Markets. Small producers access to technical assistance and financial resources to improve agricultural and no-agricultural production	Local Development Agents supervised by technical assistants							M&E System	Annual	Project M&E Unit	SECTA establishes the necessary partnerships to implement the programme; programmes of technical assistance respond to the needs of the market.
	ADL	0		200	0	0	0				
	Artisans receive technical assistance and financial resources to develop their businesses (02.02.06)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Women	0		446	0	432	96.9				
	Rain-Water Storage facilities built or restored (02.02.07)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Facilities	0		860	102	720	83.7				
	Farm and off-farm businesses supported with better access to markets (02.02.05)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Businesses	0		36	0	34	94.4				

Results Hierarchy	Indicators							Means of verification			Assumptions		
	Name	Baseline	Mid-Term	End Target	Annual Result (2019)	Cumulative Result (2019)	Cumulative Result % (2019)	Source	Frequency	Responsibility			
	Small producers trained in production practices and/or technologies (02.02.01)							M&E System	Annual	Project M&E Unit			
	Producers	0		14 000	1 000	6 807	48.6						
	Females			40									
	Females - Head of Household			20									
	1.1.4 Persons trained in production practices and/or technologies							M&E System	Annual	Project M&E Unit			
	Women trained in crop			5 600									
	Total persons trained in crop			14 000	1 000	5 549	39.6						
	Families Benefited by the construction of dams for human supply and production. (02.02.09)							M&E System	Annual	Project M&E Unit			
	Males			3 500	4 517	4 517	129.1						
	Females			3 500	5 505	5 505	157.3						
	Total			7 000	10 022	10 022	143.2						
	Output C3. Natural resources management and mitigation of desertification. Sustainable management of natural resources promoted, including techniques and knowledge to mitigate desertification process	Producers trained and financed to establish 450 ILPF systems (03.01.01)							M&E System	Annual		Project M&E Unit	Government keeps policies of participation and legislation.
		Producers	0		450	100	493	109.6					
Public servants and agents of local development (80%) are trained in techniques and natural resources management (03.01.03)							M&E System	Annual	Project M&E Unit				
Men		0		60	0	60				100			
Women		0		60	0	60				100			

Results Hierarchy	Indicators							Means of verification			Assumptions
	Name	Baseline	Mid-Term	End Target	Annual Result (2019)	Cumulative Result (2019)	Cumulative Result % (2019)	Source	Frequency	Responsibility	
Output C4. Institutional Strengthening. Rural institutions supported to strengthen their capacities regarding provision of technical assistance and implementation of rural development policies in the semi-arid region	Families receive technical assistance from institutions (04.01.02)							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit	Government keeps policies of participation and legislation.
	Families	0		15 200	1 400	9 547	62.8				
	Development experiences systematized (04.01.03)							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit	
	Experiences	0		5	0	2	40				
	Workshops organized (04.01.04)							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit	
	Workshops	0		6	0	2	33.3				
	Small producers representatives are trained in issues of rural development (04.01.05)							Mid-term and final evaluation; Project's MIS; Co-executing agencies' reports; Systematization of cases; Documents produced; Participative beneficiaries' evaluations	Annual	Project M&E Unit	
	Representatives	0		50	0	50	100				

Results Hierarchy	Indicators							Means of verification		Assumptions	
	Name	Baseline	Mid-Term	End Target	Annual Result (2019)	Cumulative Result (2019)	Cumulative Result % (2019)	Source	Frequency		Responsibility
Output C5. Project management, monitoring and evaluation. Effective project management unit established and operational	Regional Desks created and working (URGPs) (05.01.01)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	Government keeps policies of participation and legislation.
	Regional Desks	0		3	0	5	166.7				
	Interventions and activities are effectively executed as planned in AWPB (05.01.03)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Interventions and Activities	0		70	2	2	2.9				
	Project officers are women (05.01.04)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Women officers	0		40	0	44	110				
	Management Information System and M&E System working (05.01.06)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	System	0		1	0	1	100				

Brazil

Cariri and Seridó Sustainable Development Project (PROCASE-Paraiba)

Supervision Report

Appendix 1: Financial: actual financial performance; by financier by component and disbursements by category

Mission Dates: 25/03/2019 - 05/04/2019
Document Date: 07/05/2019
Project No. 1100001487
Report No. 5035-BR

Apêndice 1: Aspectos financeiros: execução financeira efetiva, por financiador e componente, e desembolsos por categoria

Tabela 1A:		Execução Financeira por financiador (USD)			19/03/2019
Financiador	Aprovado (USD equiv)	Ajustado* (USD equiv)	Desembolsado ** (USD)	% des Aprovado	% des Ajustado
FIDA	25.000.000	22.726.186	17.822.783	71%	78%
Governo da Paraíba	12.101.000	12.101.000	12.163.560	101%	101%
Total do Contrato	37.101.000	34.827.186	29.986.343	81%	86%
Beneficiários	9.190.000	9.190.000	511.000	6%	6%
Outras fontes	3.400.000	3.400.000	-	0%	0%
Total do Projeto	49.691.000	47.417.186	30.497.343	61%	64%
Fonte: UGP		*Variação do SDR			

Tabela 1B: Execução Financeira por financiador e componente (USD) ORIGINAL

19/03/2019

Componente	FIDA			Governo da Paraíba			SUBTOTAL		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
1. Desenvolvimento humano e capital social	1.017.260,00	131.205,99	12,9%	1.615.970,00	860.674,74	53,3%	2.633.230,00	991.880,73	37,7%
2. Desenvolvimento Produtivo e inserção no mercado;	19.939.500,00	13.705.711,47	68,7%	7.355.470,00	9.433.996,46	128,3%	27.294.970,00	23.139.707,93	84,8%
3. Manejo Sustentável dos Recursos Naturais	1.548.610,00	294.330,32	19,0%	1.498.900,00	368.773,27	24,6%	3.047.510,00	663.103,58	21,8%
4. Desenvolvimento Institucional	779.160,00	-	0,0%	239.330,00	-	0,0%	1.018.490,00	-	0,0%
5. Gerenciamento do Projeto	1.715.470,00	1.341.177,17	78,2%	1.391.330,00	1.500.115,77	107,8%	3.106.800,00	2.841.292,94	91,5%
Total	25.000.000,00	15.472.424,95	61,9%	12.101.000,00	12.163.560,23	100,5%	37.101.000,00	27.635.985,18	74,5%

Fonte: UGP/PROCASE

Tabela 1B: Execução Financeira por financiador e componente (USD) -Ajustado

19/03/2019

Componente	FIDA			Governo da Paraíba			Total (até 28/02/2019)		
	Previsto*	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
1. Desenvolvimento humano e capital social	676.141,04	131.205,99	19,4%	650.000,00	860.674,74	132,4%	1.326.141,04	991.880,73	74,8%
2. Desenvolvimento Produtivo e inserção no mercado;	19.206.325,31	13.705.711,47	71,4%	7.500.000,00	9.433.996,46	125,8%	26.706.325,31	23.139.707,93	86,6%
3. Manejo Sustentável dos Recursos Naturais	1.656.055,60	294.330,32	17,8%	330.000,00	368.773,27	111,7%	1.986.055,60	663.103,58	33,4%
4. Desenvolvimento Institucional	132.288,47	-	0,0%	65.000,00	-	0,0%	197.288,47	-	0,0%
5. Gerenciamento do Projeto	1.055.375,82	1.341.177,17	127,1%	3.556.000,00	1.500.115,77	42,2%	4.611.375,82	2.841.292,94	61,6%
Total	22.726.186,24	15.472.424,95	68,1%	12.101.000,00	12.163.560,23	100,5%	34.827.186,24	27.635.985,18	79,4%

Fonte: UGP/PROCASE

* atualizado devido à variação do SDR

Tabela 1C: Desembolsos por Categorias (SDR)				SDR, em		19/03/2019			
Descrição da Categoria		Alocação Original	Alocação Atual	%	Desembolsado	PR Pendente	%	Saldo	%
I	Equipamentos e Veículos	540.000	110.000	100,00%	102.160	-	92,87%	7.840	7,13%
II	Treinamento - Cursos e Oficinas	1.300.000	500.000	100,00%	208.780		41,76%	291.220	58,24%
IIIa	Convênios e Contratos para Serviços Técnicos	950.000	400.000	100,00%	418.026		104,51%	(18.026)	-4,51%
IV a	Fundos de Investimentos Produtivos	8.100.000	9.664.876	100,00%	6.794.696		70,30%	2.870.180	29,70%
IV b	Fundos de Investimentos Ambientais	500.000	1.070.000	100,00%	36.963		3,45%	1.033.037	96,55%
V a	Custos Recorrentes/Salários UGP, ADLs, Extencionistas	2.380.000	3.600.000	100,00%	2.525.533		70,15%	1.074.467	29,85%
V b	Custos Recorrentes/Custos Operacionais	720.000	720.000	100,00%	504.087		70,01%	215.913	29,99%
VI	Não alocado	1.574.876		100,00%					
DI	Depósito Inicial		-		1.942.428		-	(1.942.428)	
Total		16.064.876	16.064.876	100,00%	12.532.674	-	78,01%	3.532.202	21,99%
Atual - SDR = 1,3882									

Atual - SDR = 1,3882

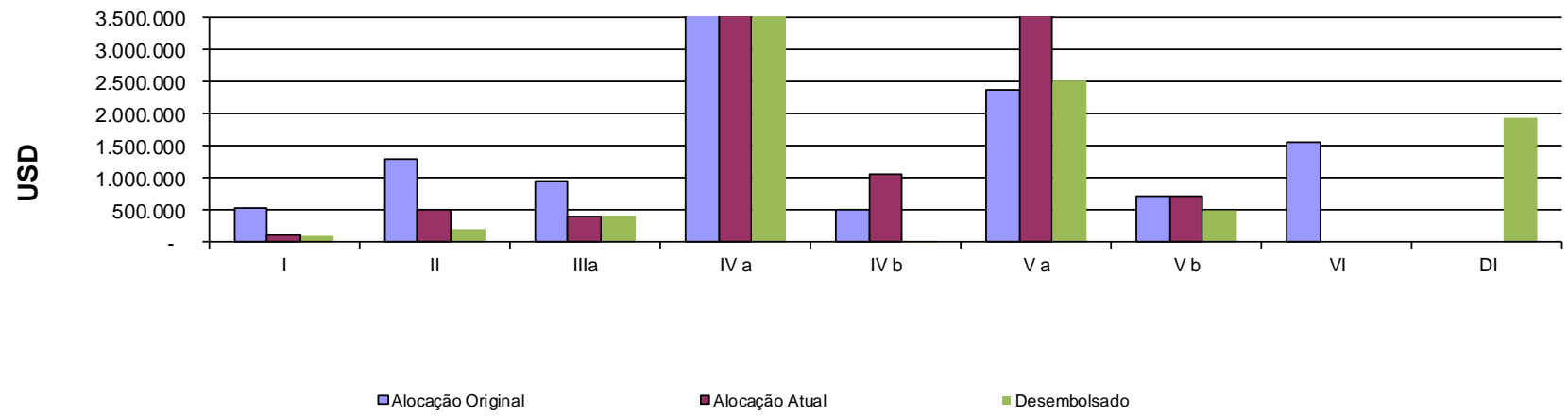
Tabela 1C': Desembolsos por Categorias (USD)				USD, em		19/03/2019	
Descrição da Categoria	Alocação Atual	Alocação Ajustada*	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des Atual	% Des Ajuste
I Equipamentos e Veículos	171.182	155.613	143.416		12.197	84%	92%
II Treinamento - Cursos e Oficinas	778.100	707.330	290.261		417.069	37%	41%
III Convênios e Contratos para Serviços Técnicos	622.480	565.864	575.044		(9.180)	92%	102%
IV a Fundos de Investimentos Produtivos	15.040.320	13.672.365	9.510.918		4.161.447	63%	70%
IV b Fundos de Investimentos Ambientais	1.665.134	1.513.686	51.691		1.461.995	3%	3%
V a Custos Recorrentes/Salários UGP, ADLs, Extencionistas	5.602.320	5.092.775	3.549.232		1.543.543	63%	70%
V b Custos Recorrentes/Custos Operacionais	1.120.464	1.018.555	702.222		316.333	63%	69%
VI Não alocado	-	-	-		-		
Depósito Inicial			3.000.000		(3.000.000)		
Total	25.000.000	22.726.186	17.822.783,24	-	4.903.403	71%	78%

Original- SDR = 1,5562

Atual - SDR = 1,3882

* Variação cambial

Gráfico 1: Desembolsos, comapração das alocações original, atual e desembolsos efetivos



Brazil

Cariri and Seridó Sustainable Development Project (PROCASE-Paraiba) Supervision Report

Appendix 2: Physical progress measured against AWP&B

Mission Dates: 25/03/2019 - 05/04/2019
Document Date: 07/05/2019
Project No. 1100001487
Report No. 5035-BR

Latin America and the Caribbean
Programme Management Department

APPENDIX 2: PHYSICAL PROGRESS MEASURED AGAINST AWP&B

PROCASE: Principais indicadores do projeto em 5 de abril de 2019









Indicador	Meta	Alcance Até 05/04/2019	
Famílias diretamente beneficiadas pelos serviços do projeto	18.500	21.007	114%
Projetos Produtivos (PPs) financiados	90	90	100%
- Famílias beneficiadas pelos PPs financiados	4.000	2.012	50%
Famílias atendidas por AT	15.200	9.547	63%
Famílias atendidas com Plano Emergencial ¹	6.760	4.616	68%
Famílias atendidas com serviços de mecanização agrícola ¹	2.000	1.017	51%
Famílias atendidas com dessalinizadores ¹	1.800	400	22%
Famílias beneficiadas pelas Unidades de energia solar ¹	400	379	95%
Famílias beneficiadas pelas barragens para abastecimento humano e produção ¹	7.250	10.022	138%
Desembolso de fundos do projeto (USD '000), dos quais:	46. 300	30.411	65%
- FIDA	25.000	17.800	71%
- Governo do estado da Paraíba	12.100	12.100	100%
- Beneficiários (convênios produtivos)	9.200	511	6%
- Outras fontes (incluindo acesso dos beneficiários ao Pronaf)	3.400	900	26%

¹ Indicadores e ações adicionados na Revisão de Meio termino de dezembro de 2016.





AVANÇO DE INDICADORES RESPEITO DO POA(2019)







DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO







ESTADO: PARAIBA
PROJETO: Projeto Paraíba(PROCASE) - Projeto de desenvolvimento Rural Sustentável no Cariri e Seridó
MÊS DE AVANÇO: Março









Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2019	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2019	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
META Desenvolvida a economia rural da região semi-árida do Paraíba e reduzidos os níveis de pobreza das famílias rurais pobres	00.00.01	18 500 famílias diretamente beneficiadas pelos serviços do projeto		Família	Mensal	9.590	12.090	126,07	18.500	21.007	113,55	• Pesquisa de base do projeto • Resultados de meio termo e finais e avaliação de impacto • Dados estatísticos nacionais (IBGE)	
	00.00.01.01	Família com mulheres beneficiadas		Mulher	Mensal	5.484	8.478	154,60	7.400	10.394	140,46		
	00.00.01.02	Famílias com jovens beneficiados		Família	Mensal	85	317	372,94	800	1.032	129,00		
	00.00.01.03	Famílias Quilombolas		Família	Mensal	121	134	110,74	200	213	106,50		
	00.00.01.04	20% das famílias com melhorias no índice de propriedade de ativos produtivos		Família	Anual	3.700	0	0,00	3.700	0	0,00		
	00.00.02	10% redução da prevalência de malnutrição infantil, por gênero (h/a, w/a, w/h)*		Porcentagem	Anual	10	0	0,00	10	0	0,00		
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO Os beneficiários do projeto na região semi-árida da Paraíba tem melhorado de forma sustentável, a	00.00.03	18.500 famílias diretamente beneficiadas pelos serviços do projeto		Família	Mensal	9.590	12.090	126,07	18.500	21.007	113,55	• Cadastro local de negócios • Pesquisa de base do projeto • Avaliação de meio termo e final • Sistema de	• Secas • Acesso a terra e parcerias facilitadas pelo GOB • Infra-estruturas básicas e
	00.00.04	75% das famílias beneficiárias tem acrescido a renda		Família	Semestral	13.875	0	0,00	13.875	0	0,00		




Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2019	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2019	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
renda agrícola e não-agrícola, ativos produtivos, capacidades organizacionais e práticas ambientais		agrícola e não-agrícola de 20%										informações gerenciais (MIS) • Relatórios das agências co-executoras • Sistematização da experiências e dos estudos de caso • Estudos específicos sobre as atividades econômicas locais • Avaliação participativa • Dados estadísticos nacionais (IBGE) • Sistema de Informações sobre Trabalho • Documentos produzidos sobre a política e a estratégia	sociais continuam a ser proporcionadas pelo GOB • Mercados individualizados estável e preparados para absorver incrementos de produção • Mantidas as presentes políticas de fortalecimento dos serviços públicos de extensão • Problemas para o acesso a terra
	00.00.05	10% aumento anual nos volumes e valores dos produtos comercializados suportados pelo projeto		Porcentagem	Semestral	20	0	0,00	20	0	0,00		
	00.00.06	Pelo menos 20% de aumento na renda líquida dos pequenos negócios agrícola e não-agrícola suportados pelo projeto		Porcentagem	Semestral	20	0	0,00	20	0	0,00		
	00.00.07	80% dos negócios agrícolas e não agrícolas		Projeto	Anual	72	0	0,00	72	0	0,00		
	00.00.08	80% do negócios funcionam de maneira rendosa depois de três anos		Projeto	Anual	72	0	0,00	72	0	0,00		
	00.00.09	225 hectares de caatinga sob boas praticas de gestão de recursos naturais		Hectare	Semestral	314,00	0,00	0,00	225,00	245,50	109,11		
	00.00.10	Instituições de extensão rural podem assistir 15 200 famílias rurais pobres			Mensal	2.471	1.400	56,66	15.200	9.547	62,81		
	00.00.11	4300 trabalhos criados pelas atividades econômicas suportadas pelo projeto			Mensal	1.000	0	0,00	4.300	0	0,00		
	00.00.12	Pelo menos 80% das organizações de produtores apoiadas pelo projeto participam das reuniões e de instâncias colegiadas municipais e ou regionais.			Mensal	27	3	11,11	72	48	66,67		





Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2019	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2019	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
Componente 1. Desenvolvimento do capital humano e social Componente 1. Desenvolvimento do capital humano e social: Jovens, homens e mulheres beneficiados por a expansão do acesso a treinamento e à educação profissional para o desenvolvimento de negócios agrícolas e não agrícolas e a melhor inserção nos mercados laborais	01.01.01	1 200 jovens (50% de moças) beneficiados pelos incentivos para o desenvolvimento de planos de negócios (USD 400 cada).		Jovens	Mensal	269	100	37,17	1.200	431	35,92	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de meio termo e final • Sistema de informações gerenciais (MIS) • Relatórios das agências co-executoras • Avaliação participativa 	<ul style="list-style-type: none"> • SECTMA não estabelece a parcerias necessária para implementar o programa • Programas de formação técnica não respondem às necessidades do mercado do trabalho
	01.01.01.01	1200 jovens capacitados, sendo 600 jovens em planos de negócios, e 600 jovens em equidade de gênero raça, geração, gestão democrática e práticas sustentáveis para o desenvolvimento rural. Sendo que 50% devem ser mulheres.		Jovens	Mensal	0	0	0,00	1.200	771	64,25		
	01.01.01.02	3700 Jovens (50% moças) com capacitação em temas de Desenvolvimento Rural Sustentável (Agroecologia, Manejo de Caatinga, Irrigação localizada, Proteção de APP's, Manejo Fitozoosanitário, Manejo reprodutivo, Banco de forragens, Gestão de Viveiros etc.)		Jovens	Mensal	2.000	0	0,00	3.700	322	8,70		
	01.01.02	Concessão de 300 bolsas para jovens multiplicadores com atuação nas comunidades com projetos conveniados com o PROCASE		Jovens	Mensal	225	0	0,00	300	0	0,00		
	01.01.03	80% de jovens que desenvolvem planos de negócios podem ascender a			Mensal	140	0	0,00	280	0	0,00		

Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2019	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2019	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
		financiamentos para implementar os projetos											
	01.01.04	4.500 pessoas beneficiadas por oficinas, encontros, intercâmbios e outras atividades do componente		Pessoa	Mensal	2.312	1.000	43,25	4.500	5.549	123,31		
	01.01.04.01	3.000 pessoas não beneficiadas por PP		Pessoa	Mensal	2.312	0	0,00	3.000	317	10,57		
Componente 2.1. Desenvolvimento Produtivo e Inserção Competitiva nos Mercados: Resultado 2.1. Os produtores rurais pobres apoiados para aumentar sua produção e produtividade, melhorar a qualidade dos seus produtos e desenvolver a capacidade de comercialização.	02.01.01	11 600 agricultores, 1 400 pequenos mineiros e 1 000 artesãos, organizados em pelo menos 54 associações e cooperativas, beneficiados pela assistência técnica e formação para o fortalecimento organizacional		Produtor	Mensal	5.520	0	0,00	11.600	6.100	52,59		
	02.01.01.01	4.000 famílias dos 90 Projetos Produtivos (PP)		Família	Mensal	0	11	0,00	4.000	2.012	50,30		
	02.01.01.02	40 famílias com melhoria de renda e incentivadas a buscar novas tecnologias a partir das UA		Família	Mensal	10	0	0,00	40	19	47,50		
	02.01.01.03	6.760 famílias atendidas com Plano Emergencial + Plano de Assentamentos		Família	Mensal	2.000	1.000	50,00	6.760	4.616	68,28		
	02.01.01.04	2000 famílias atendidas com serviços de mecanização agrícola		Família	Mensal	1.758	775	44,08	2.000	1.017	50,85		






Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2019	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2019	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
	02.01.01.05	1800 famílias atendidas com dessalinizadores		Família	Mensal	1.800	400	22,22	1.800	400	22,22		
	02.01.01.06	1500 famílias atendidas com fitas gotejadoras, para irrigação por gotejamento (Rio São Francisco)		Família	Mensal	1.500	0	0,00	1.500	0	0,00		
	02.01.02	Associações e cooperativas de produtores desenvolvem pelo menos 2 cooperativas para proporcionar serviços de marketing e de assistência técnica aos membros			Mensal	1	0	0,00	2	0	0,00		
	02.01.03	90 Projetos Produtivos apoiados		Projeto	Mensal	0	0	0,00	90	90	100,00		
	02.01.03.01	05 Unidades de Aprendizagem (UA) implantados		Unidade	Mensal	0	0	0,00	5	5	100,00		
	02.01.04	766 comunidades beneficiadas com ações de disponibilidade hídrica e campo de forragens		Comunidade	Mensal	162	100	61,73	766	704	91,91		
Componente 2.2. Desenvolvimento Produtivo e Inserção Competitiva nos Mercados - Resultado 2.2. Os pequenos produtores tem acesso à assistência técnica e recursos financeiros para melhorar a produção	02.02.01	14 000 pequenos produtores (40% de mulheres e 20% de mulheres chefes de família) formadas em técnicas de produção agrícola e não agrícola (desagregados por produção e gênero)		Produtor	Mensal	3.500	1.000	28,57	14.000	6.807	48,62		
	02.02.02	766 comunidades atendidas com Assessoria Técnica.		Comunidade	Mensal	162	0	0,00	766	579	75,59		

Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2019	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2019	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
agrícola e não agrícola	02.02.03	25,8 USD milhões do Fundo de Investimento produtivo são alocados por 11 200 pequenos(as) produtores(as) para os planos de investimentos produtivos.		Dólares	Mensal	0,00	0,00	0,00	25.800.000,00	23.139.707,93	84,8		
	02.02.04	11 200 pequenos produtores recebem USD 3.25 milhões para financiar crédito a curto prazo (incluso PRONAF)		Produtor	Mensal	1.500	0	0,00	11.200	1.500	13,39		
	02.02.04.01	USD 3.25 milhões de crédito de curto prazo (incluso PRONAF)		Dólares	Mensal	2.250.000,00	0,00	0,00	3.250.000,00	900.000,00	27,69		
	02.02.05	36 negócios agrícolas e não agrícolas apoiados para melhor acesso a mercados			Mensal	2	0	0,00	36	34	94,44		
	02.02.06	Pelo menos 446 artesãos recebem assistência técnica e recursos financeiros para desenvolver negócios, sendo 50% de mulheres		Artesão	Mensal	20	0	0,00	446	432	96,86		
	02.02.06.01	200 rendeiras atendidas com AT e recursos financeiros			Mensal	20	0	0,00	200	166	83,00		
	02.02.07	860 sistemas de acesso a água		Sistema	Mensal	168	102	60,71	860	720	83,72		
	02.02.07.01	04 grandes barragens para abastecimento humano			Mensal	3	2	66,67	4	3	75,00		
	02.02.07.02	576 Poços Tubular profundo instalados		Poços	Mensal	165	100	60,61	576	511	88,72		

Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2019	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2019	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
	02.02.07.03	280 Barragens Subterrâneas			Mensal	0	0	0,00	280	206	73,57		
	02.02.08	Distribuição de 1.000 caprinos e ovinos (reprodutores e matrizes) para melhoria do padrão genético dos animais.			Mensal	0	0	0,00	1.000	3.936	393,60		
	02.02.09	Famílias Beneficiadas pelas 4 grandes barragens para abastecimento humano e produção		Família	Mensal	7.000	10.022	143,17	7.000	10.022	143,17		
Componente 3. Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e Combate à Desertificação - Promovida a Gestão sustentável dos recursos naturais, incluso técnicas e conhecimentos para apoiar a luta contra a desertificação	03.01.01	480 sistema ILPF implantados, na modalidade campos de palma consorciados, SAFs, quintais produtivos, sistema de acoponia, entre outros, resultando na capacitação de 480 produtores(as).		Sistema	Mensal	241	100	41,49	480	493	102,71		
	03.01.02	Criar um projeto piloto para cadeia produtiva da Viveiricultura.		Projeto	Mensal	1	0	0,00	1	0	0,00		
	03.01.02.01	43 jovens se integram no fortalecimento da cadeia produtiva da restauração florestal e vivericultura		Jovens	Mensal	0	0	0,00	43	43	100,00		
	03.01.02.02	400 famílias beneficiadas pela implantação de Unidade de produção de energia solar para cooperativas e associações que trabalham com beneficiamento de leite, pescado,		Família	Mensal	0	107	0,00	400	379	94,75		

Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2019	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2019	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
		artesanato, fruticultura e avicultura.											
	03.01.03	Pelo menos 80% dos Técnicos (as) das Instituições contratadas para AT e agentes de desenvolvimento local formados com técnicas de gestão de recursos naturais (50% de mulheres)			Mensal	0	0	0,00	120	120	100,00		
	03.01.03.01	Pelo menos 50% Mulheres		Mulher	Mensal	0	0	0,00	60	60	100,00		
	03.01.04	Mais de 10.000 crianças (de famílias rurais na área do projeto) seriam beneficiadas pelos programas de "educação do meio ambiente" e 150 professores seriam treinados para este fim		Pessoa	Mensal	995	0	0,00	10.150	55	0,54		
	03.01.04.01	10.000 crianças beneficiadas pelo programa educação do meio ambiente através de conferências, simpósios, ações ambientais pontuais.		Pessoa	Mensal	950	0	0,00	10.000	50	0,50		
	03.01.04.02	150 professoras/es da educação básica capacitadas/os em temas ambientais associados as questões produtivas e de convivências com o semiárido.		Docente	Mensal	45	0	0,00	150	5	3,33		
	03.01.05	Regularização ambiental (CAR/PRA, Licenciamento,		Projeto	Mensal	89	3	3,37	90	4	4,44		

Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2019	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2019	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
		Outorgas) de 90 projetos											
Componente 4. Desenvolvimento Institucional - Instituições rurais preparadas para melhorar as capacidades de formular, desenvolver e executar políticas e projetos de desenvolvimento rural na região semiárida	04.01.01	A equipe das agências parceiras do projeto, os representantes municipais e as organizações dos produtores assistem a 27 reuniões de trabalho e treinamento sobre questões relacionadas às metodologias de desenvolvimento local e territorial, governança local e participação social.		Reunião	Mensal	6	0	0,00	27	31	114,81	<ul style="list-style-type: none"> · Avaliação de meio termo e final · Sistema de informações gerenciais (MIS) · Relatórios técnico das agências parceiras · Sistematização das experiências e dos estudos de caso · Documentos produzidos sobre a política e a estratégia · Avaliação participativa 	<ul style="list-style-type: none"> · Mantido o governo local, as políticas participativas e a legislação
	04.01.02	Instituições de extensão rural podem assistir as 15.200 famílias beneficiárias		Família	Mensal	2.471	1.400	56,66	15.200	9.547	62,81		
	04.01.03	Sistematizadas 5 experiências de sucesso de desenvolvimento			Mensal	5	0	0,00	5	2	40,00		
	04.01.04	Organizados 6 workshop			Mensal	1	0	0,00	6	2	33,33		
	04.01.05	Pelo menos 50 representantes dos pequenos produtores treinados sobre temas de desenvolvimento rural. (50% Mulheres)		Pessoa	Mensal	20	0	0,00	50	50	100,00		
	04.01.05.01	50% de mulheres, pequenas produtoras treinadas sobre temas de desenvolvimento rural		Mulher	Mensal	10	0	0,00	25	25	100,00		
Componente 5. Gestão do Projeto e Sistema de	05.01.01	5 escritórios regionais criados e instalados (URGP's)		Escritório	Anual	0	0	0,00	5	5	100,00		

Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2019	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2019	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
Monitoramento e Avaliação - Estabelecida uma eficaz Unidade de Gestão do projeto	05.01.02	Satisfatória gestão da supervisão técnica e financeira do projeto		Visita	Anual	1	1	100,00	7	7	100,00		
	05.01.03	Realização de pelo menos 70% das atividades/intervenções planejadas no Plano Anual de trabalho e Orçamento		Porcentagem	Anual	100	0	0,00	100	89	89,00		
	05.01.04	Pelo menos 40% da equipe do projeto são mulheres		Pessoa	Semestral	0	31	0,00	28	31	110,71		
	05.01.05	As missões do FIDA avaliam de forma de positiva o sistema de M&A do projeto		Porcentagem	Anual	100	0	0,00	100	100	100,00		
	05.01.05.01	Encontros territoriais de monitoramento e avaliação para identificação de avanços e entraves na execução do projeto			Mensal	5	0	0,00	5	6	120,00		
	05.01.06	Sistema de informações gerenciais (MIS) e sistema M&A		Avaliação	Anual	10	2	20,00	70	12	17,14		

Brazil

Cariri and Seridó Sustainable Development Project (PROCASE-Paraiba) Supervision Report

Appendix 3: Compliance with legal covenants: status of implementation

Mission Dates: 25/03/2019 - 05/04/2019
Document Date: 07/05/2019
Project No. 1100001487
Report No. 5035-BR

Latin America and the Caribbean
Programme Management Department

APPENDIX 3: COMPLIANCE WITH LEGAL COVENANTS: STATUS OF IMPLEMENTATION

Cumprimento das Cláusulas Contratuais. Estado de Implementação em 01/4/2019.

Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE)

Acordo de Empréstimo FIDA Nº. I-798-BR

Cláusulas do Contrato de Empréstimo

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção B, 7	Conta Operativa. O mutuário deverá abrir a Conta Operativa e a partir daí manter em um banco comercial aceito pelo Fundo, para recebimentos dos fundos do empréstimo e contrapartida	anualmente	cumprido	
Seção B, 8	Contrapartida. Durante o período de execução do projeto, o mutuário deverá prover fundos de contrapartida oriundas de seus próprios recursos em um montante de US\$ (12.101.000,00).	anualmente	Cumprido	GOVPB atingiu 100%
Seção E, 1	Manual de Implementação/Operações do Projeto. O MIP/MOP não foi desconsiderado, suspenso, cancelado, alterado ou modificado sem a devida anuência do Fundo.	anualmente	cumprido	
Seção E, 2	Condições de Desembolso. As condições específicas para desembolsos foram cumpridas	No início do projeto	cumprido	
Anexo 2, 1	Gastos Admissíveis. Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas nos montantes, porcentagens e definições conforme indicadas no Anexo 2 do contrato de empréstimo	anualmente	cumprido	

Cláusulas das Condições Gerais

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 4.02, b) das CG	Pre-requisitos de Saque. Nenhum saque será efetuado sem a aprovação do primeiro POA e de todas as condições especificadas no Contrato de Empréstimo	anualmente	cumprido	Se mantém
Seção 4.04, b) das CG	Carta de Assinaturas. Envio da Carta de Assinaturas para solicitação de Pedidos de Saque	anualmente	cumprido	atualizada

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 4.04, c) das CG	Documentos de justificação. Apresentação dos documentos e meios de comprovação exigida junto aos Pedidos de Saque	anualmente	cumprido	
Seção 4.04, d) das CG	Conta Designada. O mutuário deverá abrir e a partir daí manter em um banco comercial proposto pelo Mutuário e aceito pelo Fundo.	Início do projeto	cumprido	
Seção 4.08, a) das CG	Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas: i) sobre custos razoáveis e contratados conforme Diretrizes do FIDA; ii) Durante o período de execução do projeto, salvo os gastos de encerramento que poderão ser efetuados após a data de conclusão e antes da data de encerramento; iii) Por partícipe do Projeto; iv) Realizada até o montante e a porcentagem indicada no Contrato de Empréstimo;	anualmente	cumprido	Gastos estão conforme o POA e Plano de Aquisições.
Seção 4.08, c) e d) das CG	Os Gastos Admissíveis não tem sido financiadas para pagamentos a pessoas ou empresas oriundos de países com restrições definidas em uma decisão do Conselho de Segurança da ONU. ou à empresas ou pessoas cujos bens e serviços foram constituintes de corrupção, fraude ou prática coeclitativa ou colusória por parte de representantes do Mutuário ou fornecedoras de países com restrições de uma decisão do Conselho de Segurança da ONU	anualmente	cumprido	
Seção 7.11 das CG	Pessoal-chave do Projeto. O mutuário designará o Diretor e pessoal-chave do Projeto na forma especificada no Contrato de Empréstimo, com qualificações e experiência adequadas aprovadas pelo Fundo, mantê-los durante todo o período de execução do Projeto, e assegurados contra riscos de saúde e acidentes nos termos das práticas da administração pública nacional.	anualmente	Cumprido	Equipe reforçada pelo Estado com força-tarefa para executar as atividades que estavam em atraso.
Seção 8.01 das CG	Registros e documentação. Os registros e documentação são adequados, refletem as operações relativas à execução do Projeto, e são mantidos arquivados em instalações adequadas.	anualmente	Cumprido	
Seção 8.02 a) das CG	Sistema de Gestão de Informações adequado satisfatório e operacional em conformidade com as Diretrizes de Avaliação de Projetos do FIDA	Início do projeto	parcialmente	O sistema foi fornecido pelo Projeto da Bahia. Não completamente alimentado.

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
				Permite extração dos SOES, mas não há controle de contas. O Sistema Governamental atende aos requisitos de controles internos.
Seção 9.01 das CG	Registros Financeiros. Os executores utilizarão contas e registros específicas e adequados para refletir de forma segregada, as operações, recursos e gastos relativos ao Projeto	anualmente	parcialmente	O sistema financeiro não está fiável, contudo os registros estão contabilizados no Sistema do Governo de forma segregada
Seção 9.01 das CG	Demonstrações Financeiras. O mutuário deverá elaborar as demonstrações financeiras das operações, recursos e despesas relativas ao projeto a cada exercício fiscal, apresentando essas demonstrações financeiras ao Fundo no prazo de quatro meses contados do final desse período.	Anualmente Até 30/04/A+1	Cumprido	2018: Apresentadas não fiáveis 2019: dentro do prazo.
Seção 9.03 a) das CG	Auditoria das Contas. O mutuário fará com que as demonstrações financeiras relacionadas ao Projeto sejam auditadas a cada exercício fiscal por Auditores Independentes aceitáveis ao Fundo de acordo com as Diretrizes do FIDA para auditoria de projetos, de uso dos mutuários.	Anualmente	Cumprido	2018: ok 2019: licitado/não contratado
Seção 9.03 b) das CG	Relatório de Auditoria. O mutuário deverá enviar uma cópia certificada do respectivo relatório ao Fundo e dentro do prazo de seis meses do final da cada exercício fiscal. Submeterá também ao Fundo a resposta à Carta Gerencial emitida pelos auditores, dentro de um mês após recebe-la.	Anualmente Até 30/06/A+1	Cumprido	2018
Seção 9.04 a) das CG	Outros Relatórios Financeiros/Técnicos. O mutuário enviará ao Fundo prontamente os demais relatórios que o Fundo razoavelmente solicite sobre qualquer assunto financeiro relacionado ao Projeto	anualmente	parcialmente	A UGP tem enviado as informações solicitadas pelo Fundo, contudo o IFR 2018/2 está atrasado
Seção 10.03 das CG	Avaliações. O Mutuário e cada parte do Projeto deverão facilitar todas as avaliações e análises de Projeto que o Fundo possa eventualmente realizar durante a execução do projeto, e durante dez anos após essa data.	anualmente	cumprida	A UGP tem colaborado com as supervisões e visitas do FIDA

Brazil

Cariri and Seridó Sustainable Development Project (PROCASE-Paraiba)

Supervision Report

Appendix 4: Technical background analysis

Mission Dates: 25/03/2019 - 05/04/2019

Document Date: 07/05/2019

Project No. 1100001487

Report No. 5035-BR

Latin America and the Caribbean
Programme Management Department

APPENDIX 4: TECHNICAL BACKGROUND ANALYSIS

Apêndice 4.1 – Impactos Ambientais e Mudança Climática¹

1. O PROCASE atua em uma das regiões consideradas mais vulneráveis em relação às mudanças climáticas no Brasil que é o semiárido, sendo que a área já carente em recursos hídricos tende para uma diminuição do regime de chuvas, acarretando um aumento no número de dias consecutivos secos e na possibilidade de ocorrência de secas mais intensas e prolongadas. A degradação dos solos da Caatinga, decorrente tanto da variabilidade natural como das atividades antrópicas, tem como vetor principal a perda da cobertura vegetal nativa.
2. Tendo como base da sua atuação a ampliação do acesso à água pelas famílias beneficiárias do Projeto, tanto para o abastecimento humano como para a produção animal ou vegetal, estão sendo implementadas infraestruturas para acumulação de água (a construção de barragens subterrâneas e de barragens convencionais), infraestruturas para a utilização de água subterrânea (perfuração e instalação de poços tubulares para suprimento de campos de produção de forragens e para dessedentação animal), a distribuição de kits de irrigação e a construção e a instalação de dessalinizadores, garantindo água de qualidade para as famílias (todas atividades inseridas nos componentes “4.2. Desenvolvimento Produtivo e Inserção de Mercado”)².
3. Inicialmente a partir dos Planos Produtivos e, num segundo momento, incrementados pelo Plano Emergencial (Plano emergencial para amenizar os efeitos da estiagem no Cariri, Seridó, Curimataú e Médio Sertão) (PE) de junho de 2015, atualizado em janeiro de 2017, com complementações no final de 2017 de novas ações do PROCASE).
4. Estas infraestruturas propiciam impactos ambientais positivos, ajudando a retardar na área do Projeto principalmente a degradação dos solos.
5. Os campos de palma forrageira consorciados com plantas nativas aumentam a cobertura dos solos, além de reduzir a pressão do pastejo sobre a vegetação a partir da oferta maior de alimento para os animais. Por sua vez, os sistemas agroflorestais (SAFs), implantados com recursos das atividades previstas para a recuperação das áreas de proteção das barragens convencionais, permitem a recuperação da vegetação nativa e servem de espaço de capacitação para os produtores, tornando-se referência para a região.
6. Os sistemas de irrigação utilizados nos campos de produção usam a água de forma eficiente (por gotejamento) e não permitem o acúmulo de água sobre o solo.

¹ Procurou-se fazer a análise baseando-se nas Orientações 7 e 8 do documento do FIDA “Gestionar los riesgos para crear oportunidades (Procedimientos del FIDA para la evaluación social, ambiental y climática)”, de 16 de dezembro 2014.

² Inicialmente a partir dos Planos Produtivos e que foram incrementados pelo Plano Emergencial (Plano emergencial para amenizar os efeitos da estiagem no Cariri, Seridó, Curimataú e Médio Sertão) (PE) de junho de 2015, atualizado em janeiro de 2017, com complementações no final de 2017 de novas ações do PROCASE).

7. As bacias hidrográficas das barragens convencionais foram avaliadas e foram apresentados planos para recuperação das margens das bacias hidráulicas³. Os recursos inicialmente previstos para esta atividade foram redirecionados para os 31 SAFs já implantados. Estas pequenas barragens poderão funcionar para mitigar a variabilidade na segurança da água e compensar as secas e inundações. Para a família beneficiária do Projeto as barragens transmitem segurança para permanecerem e investir na região.
8. As barragens subterrâneas implantadas permitem a captura de água de escoamento e viabilizam a implantação de campos de forragem.
9. Os poços tubulares para captação de água subterrânea seguem toda a legislação estadual sendo a perfuração precedida por requerimento de implantação à empresa estadual responsável e ao final, o licenciamento (outorga), ressaltando que para o bombeamento da água são utilizadas fontes renováveis de energia: solar (painéis) e eólica (cata-vento).
10. Pode-se constatar uma preocupação em promover a gestão comunitária dos investimentos, com o empoderamento dos usuários de água, fortalecendo suas instituições locais, abordando a igualdade de gênero na gestão e definindo claramente as responsabilidades pela gestão da água.
11. Para 35 empreendimentos categorizados como potencialmente poluidores estão sendo providenciados ou atualizados os respectivos licenciamentos ambientais (7 para aproveitamento de frutas; 2 para abate de aves; 1 curtume; 15 oficinas de artesanato; 3 cozinhas comunitárias; 3 casas de mel; 3 laticínios; e 1 artesanato de pedras).
12. Para o caso dos dessalinizadores, há a preocupação com os rejeitos do processo (também denominado concentrado) que deverá ser depositado em reservatório específico e utilizado para a dessedentação animal.
13. Reforçando o enfrentamento à degradação do solo e ao desflorestamento foi prevista a implantação de 13 viveiros para produção de mudas, dos quais 5 estão em produção (9 dos 13 viveiros foram implantados, sendo que 2 estão produzindo mudas, 5 estão sendo rebaixados, - 3 já rebaixados e 2 em processo, 1 está em implantação e 1 foi implantado porém está com problemas relacionados ao fornecimento de água); 5 unidades de aprendizagem foram implantadas e todas estão funcionando (está sendo implantada mais uma, além das programadas).
14. O prazo para cadastramento ambiental rural sem necessidade de pagar multas foi encerrado em 31/12/2018 e foram cadastradas 201 propriedades.

³ Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório dos Reservatórios Artificiais - PACUERA

Apêndice 4.2 – Acesso à água e Plano Emergencial⁴

Apoio as comunidades

1. A construção de barragens subterrâneas, a perfuração e instalação de poços tubulares, a distribuição de kits de irrigação, a construção de barragens convencionais e a instalação de dessalinizadores são atividades planejadas e implementadas pelo PROCASE para aumentar o acesso à água pelas famílias beneficiárias diretamente e indiretamente pelo Projeto. Estas atividades estão inseridas nos componentes “4.2. Desenvolvimento Produtivo e Inserção de Mercado” e “4.3. Gestão Ambiental e Convivência com o Semiárido”, inicialmente a partir dos Planos Produtivos e que foram incrementadas pelo Plano Emergencial (Plano emergencial para amenizar os efeitos da estiagem no Cariri, Seridó, Curimataú e Médio Sertão) (PE) de junho de 2015, atualizado em janeiro de 2017, com complementações no final de 2017 de novas ações do PROCASE).

2. Reportando-se ao SECAP⁵:

“2. Muitas pessoas pobres nas áreas rurais são extremamente limitadas no acesso a quantidades adequadas de água de boa qualidade para uso doméstico e agrícola. Os sistemas de água potável e saneamento continuam sendo um dos principais problemas em muitas partes do mundo; 11% da população mundial não tem acesso a água potável. No mundo, cerca de 780 milhões de pessoas não conseguem ter acesso a um melhor abastecimento de água (UNICEF, WHO, 2012). Essa escassez é ampliada com a crescente contaminação. A mudança climática está exacerbando a escassez de água em algumas regiões, enquanto em outras, haverá um aumento e até mesmo um excesso de fluxo de água. Espera-se também que em alguns lugares haja mais fenômenos como secas e inundações, tanto em termos de frequência quanto de intensidade. À medida que mais e mais países enfrentam significativas reduções de água, o uso eficiente da água na agricultura para reduzir a pobreza e a fome torna-se uma questão crucial, que pode ser resolvida com a implantação de sistemas e investimentos que permitam que os recursos hídricos sejam gerenciados de maneira eqüitativa. Essas atividades devem ser baseadas em: i) melhor governança alcançada através do empoderamento da comunidade, e ii) abordagens coordenadas baseadas em bacias hidrográficas ou territórios.”

3. Conforme enunciado no Manual de Implementação do PROCASE (de junho de 2017), no item 4.2 (Desenvolvimento Produtivo e Inserção de Mercado) “... os investimentos produtivos deverão primar pelo uso e disseminação de tecnologias adaptadas à convivência com o semiárido (o que inclui, necessariamente, acesso à água para consumo humano, animal e para produção, garantia de forragem, resguardo e repasse de sementes crioulas, recuperação de mananciais, reflorestamento e outras ações pertinentes).”

4. O PE, de junho de 2015, se propõe a “... implantar de forma emergencial um conjunto de ações de convivência com o semiárido no intuito de amenizar os efeitos da estiagem junto aos agricultores/as que vivem nos 56 municípios de atuação do PROCASE”. Visa atender diretamente 5.600 famílias, beneficiando cerca de 30.000 pessoas com ações que buscam

⁴ Procurou-se fazer a análise baseando-se nas Orientações 7 e 8 do documento do FIDA “*Gestionar los riesgos para crear oportunidades (Procedimientos del FIDA para la evaluación social, ambiental y climática)*”, de 16 de dezembro 2014.

⁵ SECAP - Social, Environmental, and Climate Assessment Procedures (*Procedimientos do FIDA para a avaliação social, ambiental e climática*)”, de 16 de dezembro 2014.

fortalecer e implantar, em caráter de urgência e emergência, alternativas de convivência com o semiárido, utilizando tecnologias existentes e já vivenciadas pelos/as agricultores/as com foco em construção de reservatórios para captação e armazenamento de água, garantindo a segurança hídrica, a exemplo de cisternas-calçadão, barragens subterrâneas, tanques de pedra, perfuração de poços tubulares profundos e amazonas, além de produção de palma resistente a cochonilha do carmim e utilização de energias sustentáveis.

5. Seus objetivos específicos são: i) implantar em conjunto com as comunidades rurais, tecnologias para captação e distribuição racional e sustentável de água para consumo humano, animal e vegetal; ii) realizar atividades formativas de conscientização dos agricultores/as sobre gestão e uso consciente e racional da água; iii) ofertar meios de produção de forragem que utilizem baixo consumo de água; e iv) aumentar a renda familiar dos/as beneficiários/as, diminuindo a necessidade de compra de água.

6. Previu-se a implantação de 560 campos em áreas coletivas de produção de forragem, onde 280 são para poços artesianos e 280 de barragens subterrâneas, e um total de 5.600.000 raquetes de palma forrageira (10.000 raquetes/campo, irrigado por gotejamento). A água dos poços, seja dos “amazonas”, artesianos ou tubulares, servirão para consumo humano, animal e vegetal. O poço “amazonas” estará atrelado à barragem subterrânea, para que, por meio de bombeamento realizado por energia solar, a água captada seja direcionada ao plantio desejado na área de intervenção da barragem.

7. Nas comunidades onde houve a perfuração dos poços que resultaram em vazões suficientes bem como as barragens subterrâneas com capacidade de reservação de água, a área irrigada foi planejada para ser suprida a partir de sistema de bombeamento com energia solar.

8. Ainda o PE previu a construção de cinco barragens de terra ou convencionais nos municípios de atuação do PROCASE (Livramento, São Vicente do Seridó, Serra Branca, Pedra Lavrada e Tenório). A de Serra Branca não foi considerada pelo Projeto por estar fora da sua área de atuação.

9. As metas estabelecidas para o Plano foram: i) implantar 560 campos de produção vegetal de palma, mandacaru e outras espécies forrageiras; ii) instalar 560 kits de irrigação fotovoltaicos nos campos de produção; iii) construir 280 barragens subterrâneas e poços amazonas; iv) perfurar e instalar 280 poços tubulares profundos; v) beneficiar 5.600 famílias de agricultores familiares; e vi) construir 5 barragens de terra em cinco municípios de atuação do PROCASE.

10. Em janeiro de 2017, o PE foi ajustado, tendo como Investimentos e Foco de Atuação: i) barragens: construção, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia – SEIRHMACT, de 04 (quatro) barragens de terra ou convencionais; e ii) investimentos produtivos e recursos naturais:- implantação de 13 viveiros para produção de mudas nos projetos produtivos; formação de 20 jovens em

viveiricultura; formação de 27 jovens em Cadastro Ambiental Rural; e eminência de formação em agroecologia de nível técnico para jovens inseridos nas áreas de intervenção do PROCASE.

11. No final de 2017, o Governo do Estado propôs e o FIDA concordou com a ampliação do PE com ações voltadas para a aquisição de kits de Irrigação e à estratégia de apoio às atividades da agricultura agroecológica de base familiar a nove municípios alvo do PROCASE.

12. As ações previstas são: i) instalação de 338 poços com cata-ventos e kits completos de irrigação por gotejamento; ii) instalação de 123 cata-ventos com kits completos de irrigação por gotejamento; iii) instalação de 60 sistemas de dessalinização; iv) aquisição de fita gotejadora e filtro de polipropileno para 1.500 unidades produtivas; e v) aquisição de patrulha mecanizada.

13. O Quadro e a Figura que seguem apresentam as ações voltadas para o acesso à água do PROCASE.

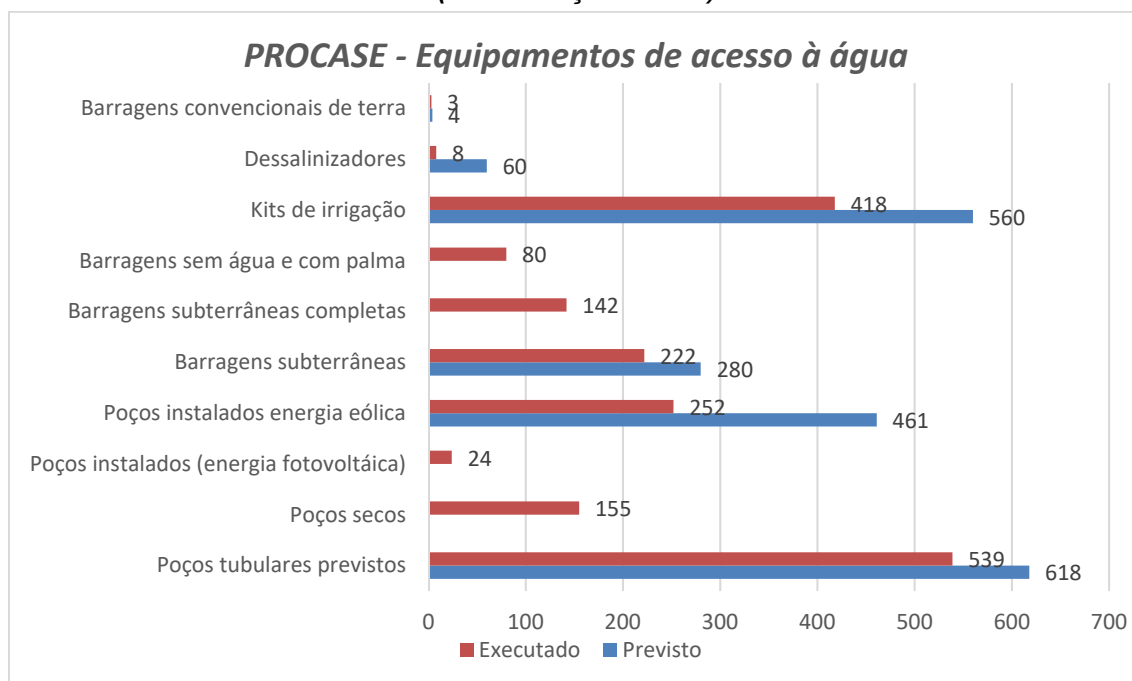
Quadro Resumo das atividades de acesso à água

Especificação prevista versus executada	Planejado	Situação executada em 31/3/19
Barragens convencionais (2)	4	3
Barragens subterrâneas (3)	289	222
Poços (instalação/recuperação)	1	1
Poços (perfuração e instalação) (PE 2015) (4)	313	156
Poços (instalação cata-ventos) (PE 2015) (5)	123	95
Poços (perfuração e instalação de cata-ventos) (6)	338	301
Kits de irrigação completos (7)	560	418
Kits de irrigação (filtros e fitas gotejadoras)	1500	0
Dessalinizadores (8)	60	8

- (1) Todos os equipamentos previstos inicialmente no PROCASE, através dos Projetos Produtivos, num total de 78, foram implantados e estão operando.
- (2) Inicialmente foram previstas 5 barragens convencionais de médio porte, porém uma estava locada fora da área do PROCASE. Três (Cacimbinha, Riacho Fundo e Coronel Jueca) estão praticamente prontas, faltando alguns acabamentos e já com água; a de Porcos foi descontinuada e estão sendo elaborados novos estudos e um novo projeto executivo que resultará em nova licitação com um novo cronograma a ser definido pela SEIRHMA. As Licenças de Operação foram devidamente renovadas.
- (3) Das 280 barragens subterrâneas previstas no PE, 142 foram implantadas com reservatório, kit de irrigação com energia fotovoltaica; 80 não receberam reservatórios e kits de irrigação pela ausência de chuvas no período de contrato, no entanto estão programadas para receber palma de sequeiro; e 138 não foram implantadas.
- (4) Dos 280 poços tubulares previstos, 238 foram perfurados. Destes, 91 deram seco; e 24, com vazão suficiente, foram contemplados com kit de irrigação com energia fotovoltaica; o restante (123) houve a perfuração, mas naquele momento não houve a instalação do kit de irrigação;
- (5) Em 123 poços previsto no PE de 2015 que apresentaram vazão suficiente, 95 já receberam cata-ventos, reservatórios e kits de irrigação (77 %);
- (6) Dos 338 poços licitados, (100 para comunidades que não foram contempladas inicialmente, 110 do Edital de 2016 - 55 associações, e 128 em assentamentos), 301 já foram perfurados (89%), resultando em 64 poços secos e 237 com vazão suficientes. Dos 237 com vazão suficientes, 162 já receberam os cata-ventos e 157 receberam os cata-ventos e os kits de irrigação; assim, 46% da meta inicial (338 poços) já foram concluídos;
- (7) Dos 560 kits de irrigação previstos no Plano Emergencial, 418 já foram concluídos (75% da meta); 142 em barragens subterrâneas utilizando energia fotovoltaica; do edital de 2016, 24 com energia fotovoltaica e 95 com o uso de cata-ventos; do edital de 2018, 157 kits já foram instalados utilizando cata-ventos. Até o final de março de 2019, com aproximadamente 90% dos poços do edital de 2018 perfurados, pode-se prever o atingimento das metas pois dos 301 poços, 64 não apresentaram vazão suficiente para instalação dos kits;
- (8) Dos 60 previstos, 50 foram locados e os dados preliminares levantados (vazão do poço e qualidade da água, número de beneficiários, doação do terrenos, etc.). Todos os equipamentos necessários foram adquiridos através de licitação. Em 31 de março a situação é a seguinte: 16 ordens de serviço foram emitidas, 8 sistemas estão com as obras civis concluídas, das quais 7 possuem a energia instalada e 2 estão operando.

Existem hoje 2 dessalinizadores completos, incluso instalação de energia elétrica e equipamentos, e outros 6 em processo de finalização, em sua maioria finalizados de obras civis aguardando reforço da rede elétrica para instalação de equipamentos, e haverá ainda este mês a liberação de construção (ordem de serviço) de mais 16 unidades

Figura - Gráfico resumo da execução dos equipamentos de acesso à água no PROCASE (31 de março de 2019)



14. Das 4 barragens convencionais programadas, 3 estão concluídas, já “pegaram água” e estão servindo à população (Riacho Fundo, Cacimbinha e Coronel Jueca). Nestas, vale observar a necessidade de manutenção, em especial a limpeza dos maciços de vegetação e as comportas das descargas de fundo que deverão ser abertas no início das chuvas e serem devidamente lubrificadas e ajustadas. A barragem de Porcos foi descontinuada: novos estudos (sondagens e topografia) e um projeto executivo estão sendo elaborados. A SEIRHMA apresentará um documento relatando o que ocorreu e as providências que estão sendo tomadas para a construção. Foram feitas alterações nos projetos originais das barragens, principalmente para aumentar a segurança dos maciços (tratamento com concreto dental no substrato rochoso para a fundação do maciço) e sangradouros. O volume de acumulação da barragem de Cacimbinha passou de 1.002.650 m³ para 2.156.560 m³.

15. A instalação dos dessalinizadores apresenta um ritmo acelerado: os equipamentos necessários foram adquiridos, a empresa que irá implantar os sistemas já está contratada, e o planejamento e acompanhamento dos trabalhos estão muito bem conduzido, numa excelente parceria com o Programa Água Doce. Oito equipamentos estão com as obras civis prontas, 7 com energia elétrica instalada e dois operando; 16 ordens de serviço foram assinadas e outras 10 deverão ser assinadas até meados de abril. A recepção pela comunidade tem sido muito boa, fazendo-se necessário um trabalho de apoio para a organização para a gestão dos sistemas que deverá, com certeza, extrapolar o benefício para outras comunidades no entorno da localidade onde o equipamento será instalado. Julho de 2019 é o prazo apresentado para a conclusão dos trabalhos. Vale destacar que este equipamentos fornecem a água dessalinizada (dentro dos

limites recomendados para o consumo humano), a “água bruta” proveniente do poço sem dessalinização e o “concentrado” que, na maioria dos casos pode ser fornecido aos animais (a concentração de sais deste material é aferida pelos técnicos do Programa Água Doce permitindo aos produtores a sua utilização adequada).

16. Pode-se comprovar uma evolução positiva no ritmo da implantação das obras e equipamentos, próximo do atingimento das metas e, até mesmo superando em alguns casos.

17. Os conjuntos compostos por fitas gotejadoras e filtros de polietileno para 1500 ribeirinhos ao longo do Rio Paraíba foram licitados e a licitação foi homologada. O Governo do Estado através da Secretaria Estadual de Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS) deverá conduzir o processo, não tendo, porém, qualquer definição dentro do prazo de vigência do PROCASE.

18. As patrulhas mecanizadas foram adquiridas e entregues sob a responsabilidade das prefeituras municipais e os 1500 conjuntos de fitas gotejadoras e filtros de polietileno foram licitados e serão distribuídos pelo Governo do Estado. Até 31 de março de 2019, 666 famílias foram atendidas, beneficiando 3.827 pessoas.

Apêndice 4.3 – Boas Práticas identificadas no Procasse

Pescadoras da Paraíba desenvolveram técnica que impulsionou valor do pescado em mais de 150%

1. A Cooperativa de Pescadores e Agricultores Familiares de Camalaú e Região (Coopescaf) reúne 20 produtores rurais que trabalham com a produção de alimentos como milho, feijão, e hortaliças, e vendem em feiras livres da região. Estes produtos também são fornecidos a prefeituras, através de programas de incentivo a agricultura familiar, e demais canais de comercialização.



2. Todos os cooperados, além de agricultores familiares, são pescadores, muitos deles desde a adolescência, e aprenderam o ofício com os pais fazendo a piscicultura estar presente entre diferentes gerações e o beneficiamento do pescado, com peixes de várias espécies, ser destaque em todo o estado.

3. Mas uma atividade vem se destacando entre as demais por seu espírito empreendedor e inusitado. Além de trabalharem diretamente na produção dos produtos que as famílias vendem, as mulheres da cooperativa se juntaram e criaram um grupo para lidar com artesanato e desenvolver uma atividade que hoje é referência na região: a comercialização da traíra.

4. Historicamente a traíra é um peixe de baixa comercialização devido à quantidade de espinhas que tem, fazendo com que o preço seja baixo e a procura menor ainda. Percebendo este problema, as mulheres desenvolveram uma técnica de lidar com a carne deste tipo de peixe

conseguindo inseri-lo no mercado e ainda lucrando um valor bem maior do que o que era vendido na forma in natura.



5. Elas começaram a desfiar a carne da traíra com o intuito de eliminar a quantidade da espinha e fazer com que o produto agregasse um valor bem maior ao resultado. O filé da traíra desfiado foi o resultado desta técnica, e começou a fazer sucesso de forma local e logo em várias cidades da região. Assim, estava desenvolvida uma nova técnica e uma fonte de renda daquelas famílias.

6. Para se ter uma ideia, o kg da traíra in natura é comercializado por aproximadamente R\$ 6, mesmo assim a procura é bem pequena. Com o beneficiamento da carne do peixe através da técnica desenvolvida por elas, o kg do filé da traíra sobe para R\$ 40, uma valorização do produto em 167% considerando que cerca de 4 kg são necessários para se chegar a 1 kg do filé. E o lucro chama ainda mais atenção: por kg do produto pronto de R\$ 40, o lucro não sai por menos de R\$ 8.

7. Com esta técnica desenvolvida, vários outros tipos de alimentos começaram a surgir, como patê de traíra, hambúrguer, tapioca recheada e até pizza. Cada uma dessas receitas gerando renda para as mulheres de forma individual e para todo o grupo. A técnica deu tão certo que algumas delas já viajam para outras cidades para ensinarem a outras mulheres, criando uma cadeia regional que transcende aquele mercado local na cidade. O filé de traíra também teve destaque fora do país. Uma prova disso é que o grupo já ganhou dois prêmios internacionais e reconhecimento também dentro do Brasil.

8. Além da culinária, o grupo de mulheres também aliou a pouca venda da traíra a outro talento delas: o artesanato. Com os processos de beneficiamento do filé da traíra, um dos rejeitos naturais de todo tratamento de peixe é utilizado em peças manuais: a escama. Elas estão utilizando as escamas das traíras na produção de peças como arranjos de flores e até buquê de noivas. A técnica para a produção requer higienização e pintura das escamas em um trabalho minucioso para produzir cada peça, que são vendidas por elas mesmas.

9. A Cooperativa comemora o trabalho ampliado após o desenvolvimento desta atividade, e viu com a chegada de um caminhão frigorífico entregue pelo projeto Procace, apoiado pelo FIDA no estado mais uma forma de impulsionar as vendas dos peixes. Agora, além da venda do pescado in natura, do beneficiamento da traíra e artesanato a base de escamas, eles partirão para se inserir em mercados privados, entregar os produtos a supermercados da região e que, sabe, um dia, para grandes redes varejistas.

10. Linha do tempo com ilustrações e valores da traíra

PREÇO DA TRAÍRA IN NATURA	QUANTIDADE NECESSÁRIA PARA O FILÉ	PREÇO DO FILÉ	VALORIZAÇÃO	LUCRO
R\$ 6 / kg	04 kg	R\$ 40 / kg	167%	R\$ 8, por kg vendido



Cooperativa na Paraíba reduz gastos com energia em quase 100% e adquire novos equipamentos com economia gerada



11. A Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (Capribom) foi criada em 2006, com apenas 130 cooperados e um grande objetivo: impulsionar a caprinocultura leiteira na região. A ideia inicial foi absorver a produção de leite de cabra e de vaca dos produtores locais, prepará-los para consumo e venda e ainda produzir derivados de leite como iogurtes, queijos e outros produtos.

12. Mas até que este objetivo se tornasse realidade como já é em 2019, muito trabalho e muito aprendizado foram necessários. Hoje a Capribom tem uma produção que chama a atenção: 10 mil litros de leite por dia sendo processados e prontos para a venda, e para servir como matéria prima para alimentos derivados, destes, 7mil litros de leite de vaca e 3mil litros de cabra. A cooperativa cresceu, já são 550 cooperados de toda a região e para dar conta do trabalho diário na produção, 400 empregos diretos foram criados, além de outros 1200 indiretos.



13. Os números que só crescem a cada ano fazem da Capribom uma referência na região, mas foi na redução de um destes números que a cooperativa vem se mostrando um grande exemplo a ser seguido: a redução na conta de energia.

14. Há pouco mais de um ano, a Capribom começou a fazer parte das iniciativas atendidas pelo projeto Procace, que é apoiado pelo FIDA no estado. Na programação, a instalação de uma infraestrutura completa para geração de energia solar que pudesse atender a demanda e transformar a sede da fábrica auto suficiente na produção de energia. E o que parecia ser impossível se tornou realidade. O investimento do Procace foi de R\$ 348,500, e foram instaladas placas em boa parte do telhado da fábrica.

15. Em poucos menos de três meses, o que antes se pagava até R\$ 10mil em conta de energia, diminuiu consideravelmente; a conta agora gira em torno dos mil reais, e com perspectiva de que chegue a zero, pois todo o sistema instalado garante energia necessária para toda a produção sem que seja utilizada a energia da concessionária presente do estado.



16. E não parou por aí. O presidente da cooperativa, Fabrício Ferreira, conta que, devido a esta economia, o patrimônio já começou a aumentar. Com a economia gerada após a redução na conta de energia, eles adquiriram um caminhão para transporte de produtos, eliminando gastos, também, com pagamentos de frete e locação de veículos. “Desses quase nove mil reais que conseguimos economizar, cinco mil estão servindo para pagar o financiamento de um caminhão para este transporte”, disse.

17. Dessa forma, a cooperativa fez com que a ação do Procace focada em uma atividade trouxesse outros benefícios aos produtores e sem custo adicional, pelo contrário, através de uma economia gerada pela energia solar, o poder aquisitivo da Capribom focado em outros setores já é uma realidade.

18. A chegada desse caminhão, graças a instalação do sistema de energia solar, vai impulsionar várias atividades de logística, já que os clientes da cooperativa vão desde supermercados da região, pequenas redes varejistas de outras cidades e eles ainda mantêm uma pequena loja de laticínios oriundos da própria cooperativa, o que diminuirá gastos com logística até para este estabelecimento próprio.

19. A produção destes laticínios também é outro destaque. Com o intuito de eliminar a barreira cultural que o queijo de cabra naturalmente enfrenta devido a questões como odores e sabor, o beneficiamento do alimento é feito com alto grau de qualidade, sendo que, para que o cooperado possa fornecer o leite para este fim, tem que passar por vários treinamentos e testes de qualidade do produto.

20. Hoje, de todos os cooperados, apenas 20 fornecem o leite da cabra para a fabricação dos laticínios, que dentre eles, existem 17 tipos diferentes do queijo de cabra produzidos, alguns deles usando técnicas de defumação e até recheado com doces e outros produtos, a exemplo da linguiça.



Paraibanas aumentam produção e poder aquisitivo com a venda de peças em artesanato após aquisição de máquinas para impulsionar atividade



21. Elas receberam equipamentos diversos, máquinas para otimizar a produção, um prédio novinho que abriga a sede da associação e até uma lojinha para expor e vender seus produtos. Quem vê as 22 mulheres integrantes da Associação dos Artesãos em Tapeçaria de Gurjão não imagina como foi início do trabalho delas para que tudo chegasse ao dia em que todas realizassem esse sonho.

22. As artesãs contam que no início tudo era muito difícil. As reuniões ocorriam nas casas delas, ou em salas emprestadas pela prefeitura. Para vender os produtos, só quando conseguiam se inserir em feiras do ramo perto da cidade, ou com conhecidos. Mesmo assim, por ser uma produção bem artesanal, a demanda de novas peças era bem pequena, pois algumas delas duravam até quinze dias para ficar prontas. O que dificulta, e muito, uma comercialização dos produtos em larga escala.



23. Mas com todas essas dificuldades elas não desistiram. Paralelo ao trabalho de cada uma na confecção das peças, elas viram que, unidas teriam ainda mais força. E foi o que fizeram! Com a associação já existente e a força de vontade das associadas elas começaram a buscar apoio de projetos e iniciativas que pudessem melhorar a qualidade dos produtos comercializados e do trabalho delas na manufatura das peças.

24. Foi quando elas viram no projeto Procace, apoiados pelo FIDA no estado, uma maneira de realizarem o sonho de todas e ainda profissionalizarem a produção. Com o apoio do projeto, elas desenvolveram um plano que contemplava uma sede para a associação, e os equipamentos necessários para a produção. O caminho não foi tão simples, mas mesmo aguardando os processos normais para aquisição e construção da sede, o trabalho continuava, e o número de novas associadas aumentando.

25. “Com tanta dificuldade no início, as sócias já estavam muito desestimuladas, principalmente após um episódio muito ruim que nos deu um prejuízo grande. Mas tivemos apoio do Procace, prefeitura, câmara municipal, e tudo foi se restabelecendo, sempre de olho no nosso principal objetivo: nossa sede ” - afirmou a tesoureira da Associação, Aline Farias.



26. O episódio que Aline destacou foi o assalto sofrido por uma das integrantes da Associação quando ela estava a caminho do sul do país, com várias peças produzidas pelas artesãs e que seriam vendidas por lá. Após este prejuízo, a autoestima das mulheres caiu. E a vontade de investir também.

27. Mesmo assim a Associação continuou com os trabalhos focados na produção, e cinco anos após a chegada do apoio do Procace, a sede estava pronta, com os equipamentos e máquinas necessárias para o início dos trabalhos. O investimento total do PROCASE na comunidade foi de R\$ 150mil.

28. Após a chegada dessas máquinas a produção vai ser impulsionada. Uma peça que antes levava até 15 dias pra ficar pronta de forma manual, com a utilização das máquinas que foram entregues, a mesma peça não passará de cinco dias para ser finalizada. O que antes eram só duas peças mensais, sendo comercializada por aproximadamente R\$130, hoje poderão ser feitas até seis delas, ou seja, um crescimento no poder aquisitivo de R\$ 260, para R\$ 390. Um crescimento de 200%. Isso se contarmos com a certeza de que todas as peças produzidas serão vendidas dentro do mês. Daí vem o próximo desafio: a comercialização.

29. “O principal gargalo agora é comercializar. Já sabemos que avançamos muito e queremos avançar bem mais. Mas vender os produtos ainda é um grande desafio pra gente”, explicou a tesoureira. E elas já estão bem além de ficarem paradas em frente ao problema. Se querem comercializar, já tem novas ideias e muito trabalho pela frente. “Nós queremos colocar um site no ar, tentar redes sociais, mas o que não queremos é deixar de produzir e de vender”, disse.



Sistemas Agroflorestais na Paraíba aumentam qualidade nutricional da alimentação de agricultores e biodiversidade na região semiárida



30. O Projeto se destaca entre os demais apoiados pelo FIDA no Brasil por contar, em seu organograma, um componente criado para trabalhar exclusivamente com questões ambientais. Através dele, várias ações foram sendo implementadas, ao longo de sua execução, com uma série de trabalhos focados no desenvolvimento sustentável, segurança hídrica e alimentar.

31. Uma destas atividades são os Sistemas Agroflorestais (SAF's), um modelo de produção agropecuária que combina espécies frutíferas e/ou madeiras, com cultivos agrícolas e/ou criação de animais, de forma simultânea ou em sequência temporal e que promovem benefícios econômicos e ecológicos.

32. Os benefícios deste modelo de produção estão diretamente ligados a conservação dos recursos naturais e a convivência com o semiárido. Uma dos pilares deste trabalho é a proteção do solo com matéria orgânica, o que garante a fertilidade e disponibilidade dos nutrientes; e a umidade do solo, o que reduz o gasto de água.

33. Devido a um rigoroso período de seca que parte do estado vinha enfrentando, uma política pública voltada a segurança hídrica dos moradores da comunidade buscando garantir, ainda água e alimentação de suas criações, foi instaurado o Plano Emergencial, que, com o apoio do Exército Brasileiro, foram perfurados centenas de poços em todos os territórios de atuação do

projeto. Paralelo a estas perfurações, os moradores receberam raquetes de palma e sistemas de irrigação necessários para determinadas áreas de suas propriedades.



34. Com a intenção de associar aos campos de palma coletivos instalados pelo Plano Emergencial, utilizando do mesmo sistema de irrigação instalado, e otimizando seu desenvolvimento e garantindo a produção agrícola, o Procasse começou a identificar áreas e comunidades que pudessem receber as primeiras experiências em SAFs que surgissem, chamando este trabalho inicial de Unidades de Aprendizagem.

35. As Unidades foram instaladas com o auxílio dos consultores do projeto em áreas demarcadas dentro das comunidades beneficiárias. Os agricultores e agricultoras começaram a passar por capacitações sobre o assunto e iniciaram o trabalho em campo.

36. Já foram implantados 31 SAFs com uma dimensão média de 0,5 hectare, totalizando o plantio de 20.000 mudas em todo o estado, beneficiando diretamente 345 pessoas, entre elas 112 mulheres (32%). As mudanças foram percebidas logo na implantação. A diversidade de culturas que se aplicam em um mesmo espaço é maior, auxiliando na segurança alimentar e na diversificação de produtos comercializados.

37. As famílias que receberam os Sistemas e impulsionaram os cultivos começaram a ter diversos tipos de culturas que resultaram numa maior diversidade de alimentos agroecológicos dentro de casa, e excedente sendo vendido em feiras livres da região, impactando diretamente na renda de todas elas.

38. Com estas implantações, o Procase proporcionou uma mudança de paradigma quanto ao modo de cultivar e de conviver com o meio ambiente, deixando de lado o modelo simplista de produção – direcionado ao monocultivo e o uso de defensivo – para um modelo complexo – onde se fomenta a produção em consórcio e os organismos considerados pragas são na verdade agentes contínuos de transformação.

39. A implantação de sistemas agroflorestais permitiu o aumento de produtividade animal por bem-estar, e qualidade nutricional das pastagens, favorecendo a biodiversidade de forma geral.



40. Dentro da perspectiva socioeconômica, o Sistema permitiu uma redução drástica de insumos e defensivos agrícolas – principais custos de produção – pois as relações ecológicas harmônicas que se geram, reduzem o surgimento de pragas e carências nutricionais. Ganha o produtor, que além de ter menores despesas, consegue agregar maior valor aos seus produtos.

Apêndice 4.4 – Plano de Ação: Gênero e focalização

APRESENTAÇÃO

1. Este plano de trabalho tem a pretensão de auxiliar o PROCASE no processo da estratégia de saída, com o propósito de fortalecer os resultados já obtidos e ao mesmo tempo buscar alternativas para as demandas de mulheres, jovens e quilombolas na fase de conclusão do PROCASE.
2. Os números apresentados entre 2018/2019, demonstram um crescimento de mulheres e jovens atendidos pelo PROCASE; (i) no componente de expansão das capacidades, de 5.689 de pessoas capacitadas, 2.505 são mulheres, sendo 386 mulheres jovens e 239 mulheres quilombolas. (ii) no componente produtivo, foram concluídos 22 projetos específicos para as mulheres, com um montante de R\$ 3,2 milhões e com os recursos 100% executados.
3. A partir dos dados apresentados pela equipe do M&A, foi possível analisar que os números de atendimento demonstrados acima tiveram um resultado mais relevante nos processos organizativos e tomadas de decisão na comunidade. Em todos os territórios as mulheres avaliaram que o PROCASE contribuiu para alterar as relações de poder nas associações comunitárias e construir uma gestão democrática. O percentual de 78% das pessoas beneficiadas afirmou que a vida das mulheres mudou considerando a tomada de decisão na comunidade. Essa mudança também é perceptível nas visitas de campo, as mulheres ocupando postos como presidentes e tesoureira nas suas associações.
4. Os processos de formações demonstraram que as mulheres e jovens aproveitaram as oportunidades ofertadas. Os pontos de destaques foram o intercâmbio e a articulação com processos organizativos já existentes como a Marcha das Mulheres contra a violência e pela agroecologia.
5. No entanto, quando analisamos os dados do componente produtivo, as mudanças ainda estão em processo mais lentos. Os PP compostos por homens e mulheres tem sempre um protagonismo masculino e uma necessidade de construção de uma gestão mais democrática dos recursos e das tomadas de decisão no interior da produção e comercialização. Os números do M&A demonstram que, na opinião das mulheres, sua vida pouco mudou no aspecto da produção e comercialização.
6. O fato é que nas esferas produtivas e organizativas houve mudanças com a ação do PROCASE. A única esfera que permaneceu inalterada é a esfera reprodutiva. O percentual de 84% dos beneficiários afirmou que não houve mudança no tempo dedicado ao trabalho doméstico e do cuidado.
7. É importante citar a iniciativa do projeto aderindo a campanha da divisão justa do trabalho doméstico, uma campanha construída pela sociedade civil e que visa o debate sobre o trabalho doméstico e do cuidado na esfera familiar.

8. Como proposição da Missão se faz necessário elaborar um documento contendo um plano de trabalho capaz de fortalecer os resultados obtidos no projeto e ao mesmo tempo incidir sobre as demandas ainda existente por parte das mulheres, jovens e quilombolas

PÚBLICO DAS AÇÕES:

9. Mulheres, jovens e comunidades tradicionais atendidos pelo PROCASE e envolvidos nas ações do componente produtivo.

OBJETIVO DO PLANO DE AÇÃO:

10. Fortalecer três ações estratégica visando a continuidade de ações importantes para os grupos atendidos pelo projeto.

11. Atender a demanda de fortalecimento de autonomia de mulheres, jovens e comunidades tradicionais atendidos pelo PROCASE.

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS DE SAÍDA DO PROCASE DAS COMUNIDADES

A. FASE DE PREPARAÇÃO

12. Atividade i: Fortalecimento e ampliação do grupo de trabalho sobre gênero, juventude e comunidades tradicionais. As ações do GT de focalização do PROCASE focalizarão na execução deste plano de trabalho com atividades focada a contribuir na formação e fortalecimento de grupo de mulheres nas comunidades, articulação política nas instituições governamentais e sociedade civil e nas ações de comercialização da produção do público prioritário. os encontros mensais deverão ser constituídos com convidados que continuam com o fortalecimento dessas estratégias, tais como: Secretarias da mulher, da juventude, da economia solidária, ATs, sociedade civil, universidades e movimentos de mulheres rurais com atuação nas áreas do PROCASE

13. Atividade ii: Elaboração e construção de acordos entre ATs para fortalecimento e construção de grupos de mulheres nas comunidades; Construção de documento de parceria entre coordenação do PROCASE e secretarias da mulher, juventude e economia solidária para incorporação do público prioritário do PROCASE como público prioritários dessas secretarias;

14. Atividade iii: Elaboração de uma metodologia para a fortalecimento e construção dos grupos de mulheres nas comunidades. Com o objetivo que as ATs valorizem o conhecimento e as identidades das mulheres, jovens e das comunidades tradicionais, a metodologia para a execução dessa atividade deverá buscar um diálogo entre conhecimento local e técnico. Neste contexto, será recomendado o uso de metodologias participativas e instrumentos de sistematização de conhecimentos tradicionais, como é o caso dos diagnósticos participativos,

bem como ferramentas para a construção coletiva do conhecimento (diálogo entre conhecimento local e técnico), respeitando os conhecimentos práticos do público da ação.

15. Atividade iii: Atualizar a catalogação da sociedade civil e movimento de mulheres rurais que atuam nas comunidades beneficiárias do PROCASE.

B. FASE DE EXECUÇÃO

Atividade 1.1: Visita técnica de fortalecimento e fortalecimento de grupo de mulheres nas comunidades

16. Reunião em todas as comunidades envolvidas na ação, definidos as prioridades no GT focalização utilizando os seguintes instrumentos metodológicos: oficinas e construção do grupo. O objetivo é fazer um momento para construção ou rearticulação ou fortalecimento dos grupos de mulheres na comunidade, para tanto faz- se necessário, construir algumas etapas: preparação da atividade: 1) preparação ao encontro: mobilização preparar metodologia, organizar a ciranda, elaborar convites, construir parcerias com algumas mulheres para ser responsáveis pela mobilização, construir alianças com as associações, onde for possível organizar lanches coletivos; 2) o encontro deve ter o objetivo de deixar um grupo em funcionamento, para tanto a metodologia deve perpassar sobre os objetos de um grupo de mulheres na comunidade, quais os parceiros e as próximas atividades do grupo. É importante, ainda escolher algumas mulheres responsáveis de realizarem as tarefas quando ainda não tiver. Quando o grupo já é constituído a função dessa atividade seria assessorar mais uma reunião cotidiana do grupo com a pauta que o grupo já tenha já estabelecido. Em todas as atividades de mulheres é importante a troca de experiência, usar instrumentos lúdicos para construção de companheirismo. O período para realização dessa etapa deve ser estabelecida pelo GT de focalização do PROCASE

17. As necessidades de gênero serão levantadas tanto nos grupos de mulheres, como nos grupos de jovens e nas comunidades tradicionais, sendo este tema transversal a todos grupos.

Atividade 1.2: 2ª Visitas técnicas assessoria ao grupo de mulheres

18. Os grupos terão visitas técnicas programadas no GT e acordada com as coordenações das ATs q para debater temas relacionados a situação das mulheres considerando as relações desiguais de gênero. Os temas e as ordens dos conteúdos trabalhados devem considerar a necessidade da comunidade e das mulheres, sempre acordado com antecedência para que seja preparado

Atividade 1.3: Desenvolvimento das estratégias de articulação política nas instâncias governamentais

19. Construção de parcerias entre a coordenação do PROCASE e secretarias (mulheres, juventude, economia solidária e outros órgãos que julgue necessários) para construção de ações que visem a sustentabilidade dos resultados, para tanto retirar pessoas responsáveis de ambas as partes para montar uma estratégia de continuidade das ações com os grupos atendidos pelo PROCASE. Aqui é importante ressaltar que todas as conversas feitas, o cooperar foi uma das possibilidades de continuidade das ações. Nestes acordos priorizar os aspectos da comercialização e apoio a assessoria técnica.

Em uma outra esfera faz-se necessário ampliar as parcerias com as universidades e institutos federais.

PRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Público específico	Ações	Período/ms (1 e 2)	Período/ms (3 e 4)	Período/ms (5 a a8)	Evidências da realização das ações
FASE DE PREPARAÇÃO					
Mulheres, Jovens e Quilombolas/ comunidades tradicionais	Atividade ii=: Fortalecimento e ampliação do GT focalização	x			- Lista de presenças; - Cronograma de trabalho - Plano de Ação finalizado - Relatório de atividade; - Registro Fotográfico
	Atividade ii: Elaboração e construção de acordos entre ATs	x			
	Atividade iii: Elaboração de uma metodologia	x			
FASE DE EXECUÇÃO					
Mulheres, Jovens e Quilombolas/ comunidades tradicionais	Atividade1.1: Visita técnica de fortalecimento e fortalecimento de grupo de mulheres nas comunidades	x	x	X	- Lista de presença - Registro Fotográfico - Relatório de atividade - Lista de presença - Matérias jornalísticas
Mulheres, Jovens e Quilombolas/ comunidades tradicionais	Atividade 1.2: 2ª Visitas técnicas assessoria ao grupo de mulheres	x	x	x	
Comunidades quilombolas/ tradicionais	Atividade 1.3: Desenvolvimento das estratégias de articulação política nas instâncias governamentais	x	x	X	

Apêndice 4.5 – O componente de Desenvolvimento Humano e Social do PROCASE – 2018/2019

1. O documento do desenho do PROCASE definia que o objetivo deste Componente se reduzia ao apoio ao segmento de jovens rurais no sentido deles serem capazes de desenvolver negócios agrícolas e não agrícolas ou se inserir no mercado de trabalho. A modéstia das ambições originais deste componente era correspondida com o seu peso relativo no orçamento, que representava apenas 5,1% do valor total do Projeto.

2. Durante a vida do PROCASE, este tema não foi abandonado. No entanto, a equipe do Projeto entendeu que era imprescindível ampliar o escopo da ação deste Componente. Em particular, foi identificada a necessidade de trabalhar diversos temas de carência identificados no público beneficiário dos investimentos feitos pelo Projeto (nas diversas modalidades). Diante desta constatação, o Componente 1 passou a trabalhar com um leque mais amplo de públicos (não apenas os jovens) e passou a implementar diversos tipos de atividades de desenvolvimento de capacidades.

- *As atividades de desenvolvimento humano e social do Procasse*

3. A partir de 2014, este Componente passou a organizar eventos de capacitação de diversos tipos. Após um início vagaroso, este trabalho foi ganhando maior volume com o passar do tempo, conforme podemos ver na tabela a seguir.

Tabela 01 – Eventos de capacitação realizados pelo PROCASE (Comp. 1) para participantes dos públicos de agricultores/as e técnicos/as.

Ano	No. de eventos	Público com invest. PROCASE (participantes)	Outros beneficiários/as	Técnicos/as	Total de participantes
2014	6	104	68		172
2015	14	562	367		929
2016	36	625	395	77	1.097
2017	67	1.056		413	1.469
2018	477	6.803		126	6.929
Total	600	9.150	830	616	10.596

4. Nos primeiros anos do PROCASE, as atividades de capacitação promovidas pelo Componente consideraram tanto o público atendido com investimentos (Componente 2) como outros públicos. Mas, na medida em que foi crescendo o número de Projetos Produtivos (PPs) em implementação, e foram se agregando outros grupos atendidos com investimentos na modalidade Plano Emergencial, a ação do Componente 1 concentrou-se mais nestes públicos de ação direta do Projeto, dadas as graves carências encontradas. A capacitação do público de técnicos/as, que ganhou vulto principalmente em 2017, também está relacionada ao trabalho do PROCASE com os grupos contemplados com investimentos.

5. Cabe destacar que a efetiva presença no campo de quatro entidades/equipes de AT a partir de setembro de 2017, às quais se somaram mais duas entidades/equipes em abril 2018, foi um elemento muito importante que permitiu um crescimento significativo das atividades de capacitação. Assim, a partir de setembro de 2017 este tipo de atividade ganhou significativo impulso. Assim, a tabela acima permite ver que houve um grande crescimento deste tipo de ação implementadas pelo PROCASE: os 477 eventos realizados em 2018 representam quase 80% do total dos eventos deste tipo feitos pelo Projeto desde o seu início. Além disso, passaram a ser consideradas também as capacitações (contrapartida), realizadas pela EMATER na área de atuação do Projeto.

6. As perspectivas para 2019, último ano do Projeto, é que, com seis equipes de AT em campo, este tipo de atividade continuará sendo desenvolvido num ritmo bastante intenso.

- *As atividades realizadas em 2017/2018 e a estratégia de atuação do Componente de Desenvolvimento Humano e Social*

7. A Revisão de Meio Termo recomendou que o PROCASE elaborasse uma estratégia geral para organizar o trabalho do Componente, buscando definir alguns eixos temáticos, assim como públicos específicos, além dos arranjos operacionais necessários para a realização destas capacitações. Esta estratégia foi elaborada pela equipe do PROCASE6 e está em vigência desde abril de 2017. Nela definiram-se quatro eixos temáticos principais: i) gestão democrática, viabilidade econômica e inserção de mercado; ii) equidade de gênero, raça/etnia e juventude; iii) qualificação profissional (visando atender prioritariamente os jovens – público privilegiado do Componente 1 no Projeto original – assim como os públicos de mulheres e quilombolas); iv) desenvolvimento das 'habilidades técnicas específicas' necessárias para a implementação dos PPs.

8. De fato, a ação do Componente 1 integrou-se nesta estratégia. Assim, tornou-se possível, a partir de 2017, de classificar as atividades de capacitação do PROCASE em função destes quatro eixos temáticos. Na tabela apresentada a seguir observa-se quais foram as temáticas privilegiadas no ano 2018, além de outros detalhes das capacitações realizadas pelo Projeto.

Tabela 02 – Distribuição dos diferentes eventos de capacitação realizados em 2018 pelo PROCASE (Comp. 1), em função dos Eixos e dos temas

Eixo temático	Tipo / temática dos eventos	No. de eventos	%
1. Gestão, viabilidade e inserção no mercado	Associativismo, gestão, empreendedorismo, viabilidade econômica	111	23
	Comercialização e economia solidária	33	7
2. Equidade de gênero, etnia e juventude	Capacitações pró equidade de gênero, geração, raça e etnia	57	12
3. Qualificação profissional	--		

⁶ Cf. o documento “Estratégia de intervenção do Componente 1” (Documento interno do PROCASE, março de 2017).

Eixo temático	Tipo / temática dos eventos	No. de eventos	%
4 Habilidades técnicas específicas	Produção e armazenamento de forragem	51	11
	Manejo de animais (reprodutivo, sanitário, alimentar, estratégia de aquisição)	84	18
	Manejo de caatinga e recuperação de solo	18	4
	Técnicas de viveirismo, produção de mudas, SAFs	58	12
	Quintais produtivos / canteiros econômicos /tratamento de resíduos	20	4
	Segurança hídrica (reuso d'água, irrigação sustentável)	16	3
	Meliponicultura / apicultura	4	1
	Produção e beneficiamento de alimentos	13	3
	Atividades artesanais (incluso beneficiamento de resíduos minerais)	11	2
	Energias renováveis	1	-
	TOTAL de eventos	477	

9. A partir desta tabela, observa-se que houve um investimento importante junto aos beneficiários e as suas organizações, tanto nos temas de 'habilidades específicas' como no tema da gestão associativa. Dentro do contexto da implementação dos PPs, uma parte importante desta capacitação tem sido dedicada à gestão do próprio PP (incluindo as licitações para adquirir os bens financiados, o registro destas operações, etc.). E, para além dos eventos registrados na tabela acima, cabe mencionar que a EMATER também está realizando (na forma de contrapartida) um trabalho de capacitação que deverá atingir, ao todo, aproximadamente 6.000 beneficiários/as.

- *A 'transversalização' do enfoque de gênero*

10. Outra questão importante é que em 2017 e 2018 houve um investimento por parte do Procace na capacitação das equipes contratadas de AT, principalmente na temática de gênero. Esta iniciativa atende uma recomendação da missão de supervisão de agosto de 2017, no sentido de 'transversalizar' o enfoque de busca da igualdade de gênero na ação do Procace junto às comunidades por meio da ação das equipes de AT. A criação de um grupos focal de gênero, com representantes de todas as equipes contratadas de AT, muito tem ajudado neste quesito da 'transversalização' do enfoque de gênero.

- *A capacitação de jovens*

11. Por outro lado, os dados desta tabela permitem ver com bastante clareza que o eixo de 'qualificação profissional' destinado principalmente aos jovens ficou completamente parado.

12. Conforme já foi registrado na RMT e na supervisão anterior, a lacuna naquilo que se refere à criação de oportunidades de capacitação para jovens tem uma longa história no PROCASE. A primeira tentativa data de 2015. Após esta primeira tentativa infrutífera, foi aberta uma negociação com a Universidade Estadual da Paraíba. Em agosto de 2017 estava para ser assinado um Termo de Cooperação para a realização de um curso de técnico em agropecuária para jovens da área de intervenção do PROCASE. Mas isto não aconteceu, registrando-se assim

um segundo fracasso. Outra iniciativa que já estava em andamento em agosto de 2017 era a negociação para implementar um programa de concessão de bolsas para jovens em parceria com a FAPESQ (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba). Na missão passada (março de 2018), a equipe do FIDA foi informada que o instrumento foi assinado com a FAPESQ e que esta iniciativa, prevista para beneficiar 300 jovens, deveria iniciar-se logo a seguir.

13. Infelizmente, parece ter havido um certo mal-entendido no que se refere ao acordo com a FAPESQ. Na realidade, no momento da missão de 2018 ele não estava prestes a ser implementado. A presente missão foi informada que houve muitas dificuldades para encontrar o formato administrativo-burocrático para concretizar esta iniciativa. Varias tentativas foram feitas, sem sucesso. Finalmente, fechou-se um acordo entre o PROCASE e a FAPESQ e houve a assinatura do contrato somente no final de 2018. Desta vez, parece que a iniciativa vai funcionar. A FAPESQ já acertou com a ESPEP (Escola de Serviço Público da Paraíba) a contratação de professores /facilitadores, o que permitirá a realização, nos diversos territórios, de um conjunto de oito pequenos cursos (12 horas/aula) sobre temas relacionados com a produção sustentável, preservação dos recursos ambientais e gestão de empreendimentos. A própria equipe do PROCASE deverá providenciar os meios materiais (obtenção de salas, materiais, etc.) para a realização destes eventos.

14. No total, deverão ser capacitados, no total, aproximadamente 1.000 jovens. Haverá a concessão de uma bolsa, durante 6 meses, para 225 jovens das comunidades atendidas pelo PROCASE⁷. Neste caso dos jovens bolsistas, o compromisso do jovem será o de participar em todos os 8 cursos oferecidos e de trabalhar na sua comunidade. A missão foi informada que o processo de seleção destes bolsistas está para ser iniciado.

15. Dado o histórico desta iniciativa de capacitação de jovens, e dado o curto tempo que o PROCASE ainda tem pela frente, e considerando que as condições operacionais foram criadas para a sua implantação, fica pactuado que a implementação desta iniciativa iniciar-se-á até o dia 30 de abril, para poder ser finalizada até o final de novembro.

- *O trabalho de capacitação com as rendeiras*

16. Dizia o Memorando da Supervisão 2018 do PROCASE que o Componente ainda tinha o desafio de fornecer um aporte específico de capacitação para as cinco associações de rendeiras como as quais ele trabalha. Foi visto nas visitas de campo de aquela ocasião que havia a urgente necessidade de montar um trabalho de formação em torno de temas de criação e confecção de novas peças e comercialização para este grupo, para que elas possam de fato ampliar as possibilidades de auferir renda a partir deste trabalho de tanta beleza e tradição. A ideia discutida em 2018 foi a de montar um pequeno programa de formação, contando com consultoria especializada, e mobilizando também o apoio da AT da Emater (entidade de AT que trabalha com os grupos e rendeiras atendidas pelo Procasse).

⁷ Estes 225 jovens fazem parte do total de 1.000 jovens a serem capacitados.

17. No segundo semestre de 2018 o PROCASE organizou um conjunto de atividades junto às rendeiras que cabem perfeitamente na definição das necessidades deste grupo citadas acima. Assim, houve participação de rendeiras dos grupos PROCASE em diversos eventos (Salão do Artesanato da Paraíba, Salão do Artesanato Raízes Brasileiras e homenagem no Museu do Folclore no RJ) que tiveram como resultado a divulgação dos produtos. Também foram organizadas diversas atividades de capacitação para a concepção e produção de novas peças, mais adaptadas à demanda atual. Inicialmente foram realizadas oficinas sobre moldes e confecção, por iniciativa da EMPAER (que é a entidade de AT contratada para fornecer AT para estes grupos). Estas iniciativas tiveram um complemento, no qual o PROCASE teve o cuidado de montar uma parceria com CONARENDIA (que reúne sete associações e uma cooperativa de rendeiras). Junto com CONARENDIA, o PROCASE procurou o SEBRAE, o que permitiu realizar um curso de design e modelagem (realizado em Monteiro, em dezembro de 2018), para produção de peças incorporando renda.

18. A equipe do PROCASE informou que em 2019 haveria outras iniciativas dirigidas especificamente a estes grupos de rendeiras, sempre em parceria com CONARENDIA. Dentre estas novas iniciativas, estão as oficinas de comercialização, que contarão com o apoio do Semear Internacional.

19. A missão vê com muita satisfação estas iniciativas, sabendo que ainda poderão ser insuficientes para que as rendeiras possam dar o famoso 'pulo do gato' comercial. Foi particularmente acertada a ideia de trabalhar com CONARENDIA, na medida em que é uma entidade que continuará no Território após a saída do PROCASE. Seria muito importante que a equipe do Projeto dedique um tempo ao desenho e articulação de novas iniciativas deste tipo de CONARENDIA com outros parceiros (por exemplo, o SEBRAE e, quem sabe outros parceiros). Também seria muito interessante fazer um pequeno trabalho de sistematização do que foi feito com as rendeiras, buscando descobrir principalmente se as capacitações já realizadas foram bem sucedidas na criação de novas capacidades nas rendeiras e se estas novas competências vão ajudar na inserção delas no mercado.

- *Para terminar*

20. Entre as tarefas que o Componente 1 do PROCASE ainda precisa realizar até o final em dezembro do presente ano, algumas já estão bem encaminhadas. Em particular, uma boa parte das capacitações que tratam do que foi chamado de 'habilidades específicas' serão bem cobertas tanto pelas quatro entidades de AT que estão sob contrato atualmente, atendendo assim as comunidades que têm PPs. Espera-se que estes contratos sejam estendidos até novembro, principalmente para garantir a prestação de contas (fato que exige um apoio regular em termos de desenvolvimento de capacidades).

21. Ao mesmo tempo, foram contratadas duas entidades para atender mais de 600 comunidades nas quais está sendo instalada uma fonte hídrica e uma área de produção forrageira e alimentar (palma e outras espécies) irrigada. Estas duas entidades já estão cuidando

das capacitações necessárias para garantir o bom funcionamento destes investimentos. Entendemos que a presença em campo destas entidades, junto a estes grupos/ comunidades, até a segunda quinzena de outubro 2019 permitirá que muita capacitação possa ser feita até lá. Será importante ter um registro, não somente das atividades realizadas, mas também de, pelo menos, alguns dos impactos gerados.

22. As atividades do Componente relacionadas com os temas da focalização nos grupos prioritários (gênero, raça e etnia, etc.) serão tratados em outra seção deste relatório/anexo.

23. O principal desafio específico do Componente, no período que resta até o final de dezembro de 2019, é a implementação da iniciativa de capacitação de jovens. A missão espera que não surjam novos contratempos e que esta iniciativa, mesmo que bem modesta diante do representa o tema, possa ser realizada com sucesso. Também vai ser importante o trabalho realizado junto a CONARENDA, visando que esta entidade possa se consolidar e oferecer, ao longo do tempo, um suporte eficaz e duradouro a este grupo de artesãs artistas do Cariri paraibano.

Apêndice 4.6 – Sobre a Assessoria Técnica (AT) no PROCASE

A. A estratégia de intervenção do PROCASE e o papel Assessoria Técnica nesta estratégia

1. A Assessoria Técnica (AT) é um ponto de destaque dos projetos de desenvolvimento sustentável apoiados pelo FIDA no Nordeste brasileiro, sendo um elemento que deveria caracterizar a estratégia de intervenção destes. Desta forma, o FIDA entende que a função da assessoria técnica (AT) também é crucial para o trabalho do Projeto PROCASE.
2. Mas, para situar o que deveria ser o papel da AT, é necessário entender como é que o PROCASE está trabalhando para chegar junto aos beneficiários e às beneficiárias. Por isso, na seção a seguir explicitaremos a estratégia de ação do PROCASE.

B. A estratégia de intervenção do PROCASE

3. A ação do PROCASE junto às famílias beneficiárias/comunidades está centrada basicamente na realização de investimentos nas comunidades / assentamentos, visando criar ou reforçar oportunidades de produção e geração de renda. Esta ação é conduzida principalmente pelo Componente 2 de Desenvolvimento Produtivo e Inserção de Mercados (que conta com 80% do orçamento do Projeto).
4. Inicialmente, o único instrumento que definia quais eram estes investimentos a serem realizados junto às famílias / comunidades era o Plano de Negócios ou Plano Produtivo (PPs). Era este Plano que gerava o convênio entre o PROCASE e a associação comunitária, permitindo que sejam realizados os investimentos.
5. Em 2015, ao aderir o PROCASE ao Plano Emergencial de enfrentamento dos efeitos da estiagem lançado pelo Governo do Estado, o Projeto passou a trabalhar também de outra forma. Nesta segunda vertente, o PROCASE passou a implantar um pequeno conjunto padrão de investimentos (definido sem qualquer envolvimento dos beneficiários) que incluiu uma fonte hídrica de pequeno porte (barragem subterrânea com cacimbão ou poço tubular com o respectivo equipamento de bombeamento) e uma área irrigada de palma. Para além de oferecer uma resposta aos efeitos da estiagem, esperava-se também que este segundo formato, bastante ‘top-down’ na sua metodologia, permitisse acelerar a implementação do PROCASE.
6. No período 2015-16, o PROCASE conseguiu, mesmo com muita dificuldade, implantar diversos poços, barragens subterrâneas e alguns campos de palma. Ao mesmo tempo, a implantação dos PPs continuou emperrada. Dada esta dificuldade que o Projeto teve para fazer com que o sistema dos Planos Produtivos funcionasse com um mínimo de fluidez, em 2017 ficou decidido que o PROCASE implementaria um conjunto de Novas Ações, nas quais os investimentos comunitários teriam o mesmo formato daquelas do Plano Emergencial. Também foram incluídas nas Novas Ações, investimentos com um formato bem ‘convencional’, tais como as ‘patrulhas mecanizadas’ que foram entregues a algumas prefeituras.

7. Como resultado desta trajetória, temos então que, a partir de 2015 e até a presente data (03.2019), a estratégia de intervenção junto às comunidades rurais do Projeto segue dois eixos metodológicos principais – o dos Projetos Produtivos (PPs) e aquele os Planos Emergenciais.

C. A ação da AT junto aos grupos/comunidades atendidos pela vertente dos PPs

8. No caso em que os investimentos chegam na comunidade por meio de um Projeto Produtivo, está previsto que a AT tenha um papel central no processo de elaboração do PP de cada grupo/entidade atendido e, depois, realizar a implementação destes PPs. Registre-se que é o conjunto deste processo (elaboração e implementação) que deveria ser o eixo de trabalho principal (embora não o único) do serviço de Assessoria Técnica provido pelo Projeto.

9. Neste caso, torna-se necessária a realização de três etapas sequenciais e interligadas: i) seleção dos grupos/famílias com os quais irá trabalhar o Projeto; ii) elaboração e aprovação do Projeto Produtivo (PP), cujo conteúdo varia segundo as condições e desejos do grupo; iii) implementação do PP e acompanhamento do início do funcionamento do negócio. Idealmente, o trabalho das etapas ii e iii deveriam ser conduzidos pela mesma entidade / equipe técnica, na medida em que, com isso, esta deveria ter maior familiaridade e também um maior compromisso com o PP. Também se espera que a presença regular de agentes de AT na comunidade permita que estes possam fortalecer outras atividades e iniciativas das famílias, para além daquelas contempladas no PP.

D. A provisão de AT aos Projetos Produtivos

10. O PROCASE trabalha com PPs em 90 comunidades dos diversos Territórios (comunidades oriundas dos editais 2013/2014 e 2015). Nestas comunidades as etapas do roteiro foram aplicadas, mas com uma série de percalços. Alguns casos tiveram, inicialmente, um apoio 'espontâneo' de entidades ou pessoas físicas, que esgotou-se rapidamente. Durante um bom período o único acompanhamento feito a estas 90 comunidades partiu das equipes do próprio Projeto (URGPs e UGP).

11. Assim, por motivos que não cabem ser discutidos aqui, houve um atraso enorme na contratação das entidades que proveriam o serviço de AT para estas comunidades. Isto fez com que, em diversos casos, fosse a própria equipe do Projeto a conduzir todo o processo, desde a elaboração dos PPs até o acompanhamento da implantação dos investimentos. Dado o número de tarefas necessárias para um bom encaminhamento deste trabalho, não é de estranhar que estas comunidades encontrassem enormes problemas nas diferentes etapas do processo.

12. Já na missão de supervisão passada (2018), foi encontrada uma situação bem diferente, no que se refere à provisão de AT para estas 90 comunidades. Em agosto de 2017 foram assinados os contratos de um ano com quatro entidades prestadoras de AT. Estes contratos foram renovados em 2018, estando agora em vigência até agosto de 2019. Durante a missão, ficou decidido que estes contratos seriam aditados, para chegarem até o dia 15 de novembro de 2019.

13. A chegada destas equipes de AT contratadas permitiu que estes grupos/ comunidades/ associações, que iniciaram o processo com muita dificuldade, passassem a ser acompanhadas. Com isto, o processo pode assim voltar para o itinerário metodológico original do Projeto.

14. Assim, na atualidade (início de abril de 2019), as 90 comunidades com PP estão sendo atendidas da seguinte forma: 26 comunidades (654 famílias) no Cariri Ocidental atendidas pela EMATER-PB; 23 comunidades (456 fam.) do Médio Sertão e Seridó são atendidas pelo SENAR-PB; 18 comunidades (515 fam.) do Cariri Oriental são atendidas pelo IDS; 23 comunidades (486 famílias) são atendidas pela COOPTERA. Ao todo, temos um total de 2.111 famílias atendidas nesta modalidade.

Quadro 01 – Comunidades e famílias da modalidade PP, com o serviço de Assessoria Técnica do PROCASE

Território	Comunidades com PP (Ed. 2013/2015) (a)		
	Com./grupos	Famílias	Provedor
Cariri Oriental	18	515	IDS
Cariri Ocidental	26	654	EMPAER
Curimataú	23	486	COOPTERA
Seridó	23	456	SENAR
Médio Sertão			
TOTAL	90	2.111	

(a) – O número de PPs por território (e total - 90) é da planilha Excell dos PPs recebida antes da missão. Para o número de beneficiários dos PPs, o ponto de partida foi o TdR do Edital de contratação de AT (números que constam do Memo de 2018). Estes números foram ajustados, com base o arquivo 'MATRIZ DE BANCO DE DADOS – GMA março de 2018' (de 03.2018), para chegarmos ao total atual deste tipo de beneficiário (2.111), dado fornecido pelo setor M&A do PROCASE.

15. Havia a expectativa, em 2017, de que seria possível a contratação de uma AT que pudesse acompanhar integralmente o processo de elaboração e implementação de PP para os grupos de beneficiários (que eram principalmente de mulheres, jovens e quilombolas) oriundos do Edital de Seleção de 2016. Infelizmente, a falta de tempo hábil (estando o Projeto já perto do fim e considerando o tempo necessário para elaborar e implantar um PP) fez com que esta proposta na vingasse. Uma boa parte destes grupos do Edital 2016 terminou sendo atendido pela segunda estratégia do PROCASE – aquela das Novas Ações tipo Plano Emergencial (cf. seção a seguir).

E. Anotações sobre a provisão de AT para os grupos/comunidades com PPs

16. Como já foi assinalado anteriormente, se olharmos para toda a trajetória do PROCASE, em geral o itinerário dos grupos/comunidades com os quais o PROCASE tem trabalhado, no que se refere aos serviços de AT, é uma história de improvisações e de um atendimento entre bastante e muito insuficiente. Tendo sido as comunidades com PPs as primeiras trabalhadas pelo PROCASE, esta apreciação é particularmente válida para elas.

17. Alguns grupos/comunidades das lavas iniciais conseguiram mobilizar uma AT que já trabalhava com eles (sem ter nenhuma relação com o PROCASE). Assim, por exemplo, alguns assentamentos contaram com o apoio de entidades contratadas, na época, pelo INCRA para ajudar na elaboração dos seus PPs. Mas esta situação *sui generis* de alguns grupos não perdurou e, a partir de 2016, todos os grupos /comunidades com PPs só puderam contar com o apoio das equipes do próprio PROCASE (principalmente das URGP). Este apoio das equipes do PROCASE, principalmente durante os anos de 2016 e 2017 – até setembro, concentrou-se no encaminhamento das aquisições previstas nos PPs (quando os recursos estavam disponíveis, o que nem sempre era o caso).

18. Conforme dissemos anteriormente, a partir de setembro de 2017 a situação mudou, com a entrada em campo das equipes das quatro entidades contratadas pelo Projeto. Na primeira atividade dos contratos, o PROCASE buscou garantir uma de orientação destas novas equipes sobre o que elas deviam fazer e também fizeram um ‘repasse’ da situação na qual se encontrava cada um dos grupos, com seu respectivo PP. O histórico resumido nos parágrafos a seguir mostra que as entidades contratadas em 2107 se integraram no processo com o ‘bonde andando’.

- Observações da missão de supervisão de 2018

19. Ficou acertado com estas entidades/equipes que a primeira tarefa que cada equipe foi a de sentar com cada grupo comunitário /associação para fazer um ‘diagnóstico’ da situação de cada caso, buscando identificar o que era necessário fazer para que o PP possa ser implantado e colocado para funcionar. Assim, foi realizado um planejamento centrado naquilo que a AT deveria fazer junto a cada grupo/comunidade. Estes planejamentos foram registrados em PDEs (Planos de Desenvolvimento do Empreendimento). Estes PDEs deveriam, em princípio, balizar o próprio trabalho da equipe de AT. Mas eles servem também (ou deveriam servir?) como instrumento para o acompanhamento que a equipe do PROCASE deve fazer do trabalho destas equipes contratadas de AT.

20. A missão de supervisão de 2018 aconteceu no momento em que as entidades estavam implementando o PDE de cada um dos 90 grupos/comunidades desta modalidade. Pensando na situação que existia anteriormente (por exemplo, a situação encontrada na supervisão de agosto de 2017), não há nenhuma dúvida de que a situação encontrada na missão 2018 e também na presente missão, representou um avanço muito significativo naquilo que se refere à provisão de TA para os grupos/comunidades atendidos pelo PROCASE na vertente PP. Dito isto, cabe também fazer algumas observações críticas, feitas a seguir.

21. Para além de verificar o avanço ‘físico’ do trabalho das equipes de AT junto a estes grupos/comunidades, em 2018 a missão teve a oportunidade de consultar uma amostra de PDEs, além de buscar entender qual seria a atuação da AT nas comunidades visitadas. Conforme já foi dito, o conteúdo daquilo que a AT vai realizar junto a cada grupo/comunidade não é definido inteiramente nem pelo PROCASE nem pela equipe de AT. De fato o PROCASE

determinou algumas tarefas pré-definidas para a AT – tais como o cadastramento das famílias e o acompanhamento das aquisições e da prestação de contas relacionadas ao PP (convênio) assinado entre o Projeto e a associação local. Mas as demais tarefas/atividades da AT junto aos grupos/comunidades deviam ser definidas em comum acordo entre grupo e equipe de AT, em função da do PP e da realidade de cada caso. A missão teve a oportunidade de consultar alguns documentos PDE, além de visitar algumas comunidades. Infelizmente, os PDE produzidos e entregues ao PROCASE deixam a desejar. O principal problema detectado, nos documentos, é que estes não trazem elementos que explicam os motivos pelos quais foram escolhidas as atividades que, de fato, constam em cada plano. O problema que vemos nesta situação é que aumenta as chances de que as atividades que a equipe de AT vai realizar junto a cada grupo não sejam as mais pertinentes.

22. Nas visitas foi possível observar que em diversos casos há uma ‘aderência’ da PDE com o tema dominante do PP, embora não estivesse muito claro aonde se quer chegar com as atividades definidas nos PDEs. Para citar um exemplo, as oficinas sobre ‘manejo do rebanho’ poderão ser bem úteis nos casos nos quais o PP trata deste tema. Em outro caso (um PP de caprinocultura de leite), foi registrada a ocorrência de atividades que não aparecem no PDE, mas que têm total pertinência para a situação daquele grupo/comunidade. Por outro lado, nos chamou a atenção, por exemplo, que a primeira atividade de capacitação, em todas as comunidades que visitamos que tinham a assessoria da EMATER, fosse a mesma ‘oficina de associativismo’. Num assentamento visitado pela missão, as lideranças encontradas foram muito críticas quanto à utilidade deste tipo de capacitação. Afortunadamente, a boa relação existente entre assentadas/os e técnicos/as que atendem o assentamento deverá permitir que a proposta de oficina seja adaptada ao ponto de ser útil para o grupo.

23. Em contrapartida, também tivemos a oportunidade de visitar, em 2018, uma associação (de artesãs rendeiras) onde ficou bem claro que vai ser necessário rever substancialmente o Plano da AT (o PDE). Neste caso, nos pareceu que tanto as próprias lideranças da associação, assim como o extensionista escalado para acompanhar este grupo, tinham pouca clareza sobre quais os caminhos possíveis para enfrentar os problemas de acesso ao mercado que são o principal gargalo deste grupo, sendo recorrentes ao se tratar deste tipo de atividade produtiva. Neste caso, um curso de corte e costura mais outro de associativismo (que foram propostos no PDE) não seriam o suficiente para avançar na resolução dos problemas do grupo.

24. As observações feitas aqui também dizem respeito à supervisão que as equipes do PROCASE devem fazer das equipes contratadas de AT. Assim, a adequação do trabalho feito por estas equipes à realidade e necessidades dos grupos/comunidades deverá ser sempre uma questão a ser observada. Afinal, nunca é tarde para realizar adaptações e mudanças no trabalho feito por estas equipes contratadas.

- Observação da missão de supervisão de 2019

25. A missão de supervisão realizada pelo FIDA em março-abril de 2019 pode constatar uma série de avanços no que diz respeito ao tema da implantação dos PPs, assunto prioritário tanto para o FIDA como para o próprio PROCASE. Mas também foi constatado que ainda havia, nesta data, vários PPs com um significativo trabalho a ser feito neste domínio: somente 37% dos PPs estavam com todas as suas 'metas físicas' concluídas, havendo alguns casos nos quais ainda há obras a serem executadas e poucos casos já tinham realizado a prestação de contas (cf. Memorando da Missão de Supervisão 2019, p. 2-3).

26. As a missão de 2019 permitiu descobrir outros aspectos do trabalho de PROCASE nestas comunidades com PP. Neste relato gostaríamos de destacar alguns. Por exemplo, foi possível detectar que houve, graças à ação do PROCASE e a sua AT, um grande salto no que se refere ao beneficiamento de forragem (principalmente com silagem) nestas comunidades (cf. pesquisa de 'resultados' realizada pelo PROCASE e apresentada durante a missão). Outro processo que foi registrado foi aquele da formação de 'fundos rotativos' de animais em várias comunidades que tinham sido beneficiadas com compra de animais (particularmente matrizes caprinas e/ou ovinas). Nestes casos, os grupos de beneficiários/as têm se organizado de forma a entregar crias dos animais recebidos para outros membros da comunidade que não tinham sido atendidos no PP original. Este processo está permitindo expandir o número de beneficiários/as do Projeto e, principalmente, está fortalecendo processos ancestrais de reciprocidade e solidariedade entre pessoas e famílias da comunidade, colocando-os ao serviço do seu desenvolvimento.

27. No caso específico dos diversos grupos e reideiras que receberam PPs, na missão de 2019 foi constatado que o PROCASE chamou para si (via Componente 1) a iniciativa e passou a trabalhar junto com a AT destes grupos para tentar avançar nos problemas de acesso a mercado, criação de novos produtos, etc. Assim, houve um empenho especial na busca de parcerias. Assim, a partir do segundo semestre de 2018, o PROCASE organizou um conjunto de atividades junto às reideiras. Estas iniciativas permitiram a participação de reideiras dos grupos PROCASE em diversos eventos (Salão do Artesanato da Paraíba, Salão do Artesanato Raízes Brasileiras e homenagem no Museu do Folclore no RJ) que tiveram como resultado a divulgação dos produtos. Também foram organizadas diversas atividades de capacitação para a concepção e produção de novas peças, mais adaptadas à demanda atual. Inicialmente foram realizadas oficinas sobre moldes e confecção, por iniciativa da EMPAER (que é a entidade de AT contratada para fornecer AT para estes grupos). Estas iniciativas tiveram um complemento, no qual o PROCASE teve o cuidado de montar uma parceria com CONARENDA (que reúne 7 associações e 1 cooperativa de reideiras). Junto com CONARENDA, o PROCASE procurou o SEBRAE, o que permitiu realizar um curso de design e modelagem (realizado em Monteiro, em dezembro de 2018), para produção de peças incorporando renda.

28. Outro aspecto que gostaríamos de destacar aqui foi o trabalho das entidades de AT com a temática de equidade de gênero, por iniciativa do PROCASE e a sua assessoria de gênero. Na renovação dos contratos realizada em agosto de 2018 foi introduzida uma 'meta' nos quatro contratos de AT, para realizarem 'oficinas de equidade de gênero' em todas as comunidades

atendidas, com vistas a “reforçar a presença das mulheres à frente das iniciativas produtivas no campo, para criar oportunidade para refletir e reconhecer que as mulheres exercem várias funções na esfera da produção e continuam respondendo pelas atividades domésticas” (conforme está dito no Relatório Técnico de Progresso do PROCASE, do 2º semestre de 2018).

29. Na prática, foram realizadas diversas atividades visando o fortalecimento das mulheres. Houve atividades específicas (tais como as ‘oficinas de gênero’ acima mencionadas) em todas as 90 comunidades atendidas. Também foram realizadas oficinas nas comunidades sobre diversos temas do interesse das mulheres: economia feminista, violência e gênero, sexualidade e saúde da mulher, etc. Além disso, mencionaremos aqui um grande evento de intercâmbio, no qual mais de 80 mulheres visitaram experiências produtivas bem sucedidas de mulheres vinculadas ao Coletivo CASACO, no município de Boqueirão (Cariri Oriental).

30. Nesta dimensão do trabalho em prol duma maior equidade de gênero, cabe registrar brevemente o que aconteceu com estas atividades no contrato do Cariri Ocidental, de responsabilidade da EMPAER. Com esta entidade tem pouca experiência com a temática, ela decidiu buscar parcerias no próprio território. Conseguiu mobilizar pessoas das equipes municipais dos CRASs (Centros de Referência de Assistência Social) para conduzir estas atividades nas comunidades. Apesar de um certo incômodo inicial das equipes do PROCASE, esta experiência foi um sucesso! As profissionais dos CRAS fizeram um bom trabalho nas comunidades, e ficaram muito felizes de terem a oportunidade de ter acesso à população do meio rural. Esta iniciativa permitiu que as mulheres rurais tomassem conhecimento de diversas políticas públicas que lhes dizem respeito. Os/as técnicos/as da EMPAER que atendem as comunidades acompanharam estas atividades e afirmaram que o processo tinha sido uma ótima oportunidade de muito aprendizado também para eles/as!

31. Para finalizar neste tema do enfoque de gênero e dos demais assuntos que cabem na denominação de ‘focalização’ (ou seja, os temas da juventude, quilombolas, etc.), registraremos mais uma boa ideia trabalhada neste último ano pelo PROCASE: trata-se do ‘GT de Focalização’, que reúne pessoas (‘pontos focais’) de todas as equipes de AT, juntamente com a assessoria de gênero e mais outras/os técnicas/os do PROCASE. Neste GT os participantes têm tido a oportunidade de debater diversos temas relacionados com o trabalho de campo sobre esta temática. Todas/os as/os envolvidas/os afirmam que esta iniciativa é muito positiva e tem ajudado a superar problemas encontrados na ação de campo.

32. Outro tema novo, que foi trabalhado em somente 15 comunidades/assentamentos com PPs, foi aquele dos Sistemas Agroflorestais (SAFs). A primeira iniciativa nas comunidades sobre esta questão coube a uma empresa contratada (Florest) para a implantação destes SAFs. Mas as entidades de AT que trabalham nos locais agraciados tem assumido o acompanhamento destes SAFs com bastante afinco. Os primeiros resultados que estão aparecendo são promissores.

33. Finalmente, naquilo que se refere ao tema de AT para os grupos/comunidades da vertente ‘PP’, cabe destacar a importância do apoio a ser dado às organizações dos beneficiários no tema

da execução dos convênios. As equipes das entidades contratadas já estão ajudando nesta questão (mesmo que alguma delas demorou um pouco para incorporar plenamente esta tarefa), apoiando a labor dos membros das URGP's dedicados a esta tarefa. O tema das aquisições / licitações está próximo de ser encerrado. Atualmente, e até o final do Projeto, o grande desafio é aquele de prestar contas. Por sinal, esta questão da prestação de contas pesou bastante na decisão de aditar estes contratos de AT até o mês de novembro de 2019.

F. A proposta de intervenção tipo 'Plano Emergencial' e o papel da AT junto a estes grupos/comunidades

34. Como foi dito acima, no formato 'Plano Emergencial' o PROCASE passou a implantar, em locais (comunidades) escolhidos, um pequeno conjunto padrão pré-formatado de investimentos. Foi dito que os investimentos financiados para os grupos/ comunidades beneficiados do 'Plano Emergencial' abrangem a instalação de uma fonte hídrica (poço tubular, barragem subterrânea + cacimbão) à qual está associado um campo irrigado de produção de forragem. O 'Plano Emergencial' fornece também sementes (raquetes) de palma de variedades resistentes à cochonilha do carmim.

35. Do ponto de vista do trabalho que deve realizar a AT nestas comunidades (ditas 'do Plano Emergencial'), é importante realçar a seguinte característica: quando comparados às comunidades onde se implementam PPs, nestes casos não há necessidade da etapa (ii) de elaboração participativa da proposta de investimentos, já que o investimento está previamente formatado. Também não há necessidade de acompanhar os beneficiários na realização das aquisições nem na prestação de contas, já que as compras (dos bens e serviços que compõem os investimentos) são realizadas diretamente pelo PROCASE. Assim, a AT entra somente na etapa (iii), quando se trata de acompanhar a implantação física dos investimentos e acompanhamento do início do funcionamento destes.

G. O atendimento com AT dos grupos/comunidades da modalidade 'Plano Emergencial'

36. Em 2015, o Plano Emergencial iniciou a realização de investimentos (infraestrutura hídrica + plantio de palma) em mais de 450 comunidades (das 560 previstas). Durante o ano de 2016 houve a contratação da entidade IDS para trabalhar junto aos grupos/comunidades inclusos no Plano Emergencial. O contrato feito com esta entidade só permitiu a contratação de uma pequena demais para realizar a atividade de acompanhar 560 grupos/comunidades previstas, a pedida original. De fato ela conseguiu acompanhar somente 329 destes grupos (segundo dados do M&A do Projeto), deixando pouco mais de 100 grupos desta modalidade sem nenhum tipo de atendimento. Apesar de tantas dificuldades, esta equipe teve um papel positivo neste trabalho, na medida do possível. Mas este contrato expirou no final de 2016.

Quadro 02 – Comunidades e famílias do Plano Emergencial (1ª fase) com o serviço de Assessoria Técnica do PROCASE

Território	Plano Emergencial 1ª fase (2015/16) (*)		
	Com./grupos	Famílias	Provedor
Cariri Oriental	80	590	IDS

Território	Plano Emergencial 1ª fase (2015/16) (*)		
	Com./grupos	Famílias	Provedor
Cariri Ocidental	143	1.139	
Curimataú	57	430	
Seridó	28	185	
Médio Sertão	33	222	
TOTAL	341	2.566	

(*) – Os valores totais de grupos/comunidades e famílias são aqueles do M&A. Para a distribuição por território, tomei por base uma planilha que me foi enviada pelo IDS.

37. Durante todo o ano de 2017, estes grupos/comunidades ficaram praticamente sem acompanhamento nenhum.

38. Em agosto de 2017 ficou acordado com o FIDA que seria retomado o trabalho na modalidade Plano Emergencial (2ª fase) associadas a 'Novas Ações'. Isto se materializou somente em 2018, quando iniciou uma trabalho de implantação de investimentos e provisão, visando atender aproximadamente 720 grupos/comunidades (nos quais estavam inclusos os grupos/comunidades do P. Emergencial 1ª fase atendidos com AT). A estes, deveriam se somar 55 grupos oriundos do Edital de seleção de comunidades de 2016, que receberiam um conjunto de investimentos predefinidos incluindo infraestrutura hídrica e mais alguns outros. Assim, o PROCASE estava prevendo trabalhar em mais de 770 grupos/comunidades com este tipo de intervenção. Conforme foi acordado com o FIDA em 2017, o PROCASE providenciou a contratação de AT para estes grupos/comunidades.

39. O processo de escolha e contratação foi demorado, sendo que a assinatura destes contratos com as duas entidades selecionadas – o PATAC, para o Cariri Oriental e Ocidental e a EMPAER-PB, para o Curimataú, Seridó e Médio Sertão – aconteceu somente em abril de 2018. Assim o PATAC passou a atender 403 grupos/comunidades nos seus dois territórios, enquanto que a EMPAER ficou responsável pelo atendimento de 379 grupos/comunidades dos outros três territórios. Cabe lembrar que muitos dos grupos/comunidades (e famílias) do Plano Emergencial (1ª fase) também estão sendo contemplados com AT nesta 2ª fase. Ao todo, são 5.564 famílias atendidas nesta modalidade, sendo que somente 3.000 são 'novas' (ou seja, são famílias que ainda não tinham disso atendidas pelo PROCASE).

Quadro 03 – Grupos/comunidades e famílias da modalidade Plano Emergencial (2ª fase) + Novas Ações com o serviço de Assessoria Técnica do PROCASE

Território	Plano Em.2 + Novas Ações (2018–2019) (i)		
	Com./grupos	Famílias	Provedor
Cariri Oriental	184	1.309	PATAC
Cariri Ocidental	219	1.558	
Curimataú	199	1.416	EMPAER
Seridó	92	655	
Médio Sertão	88	626	
TOTAL	782	5.564	

(i) – Os valores da coluna 'Com./grupos' foram obtidos no TdR da Chamada de 2017 que selecionou as duas entidades contratadas em abril de 2018. Para a coluna 'famílias', considerei um total de 5565 famílias atendidas (incluindo as 2.566 famílias já atendidas pelo IDS na primeira

contratação de AT + 3.000 famílias novas), distribuídas nos 5 territórios em função do no. de grupos que cabem a cada um.

H. Anotações sobre a provisão de AT aos grupos/ comunidades cujo atendimento se enquadra na modalidade 'Plano Emergencial – Novas Ações'

- *Breve histórico*

40. Levando em consideração a experiência da 1ª fase (anos 2015 – 2016), a etapa da implantação dos investimentos previstos nas comunidades na modalidade 'Plano Emergencial' mostrou-se mais complexa do que inicialmente pensado. Esta implantação tem sido realizada por empresas contratadas pela UGP. Assim, na 1ª fase, foram contratados o Exército Brasileiro para a perfuração de poços. Também foram contratadas empresas para a construção para as barragens subterrâneas, o fornecimento de palma e de kits de irrigação e ainda houve um contrato específico de uma empresa para a instalação dos kits. Embora aparentasse ser relativamente simples, a entrada em funcionamento destes investimentos mostrou ser um enorme desafio. Na época, o PROCASE buscou ajuda para enfrentá-lo com a contratação de uma entidade de AT.

41. Mas cabe lembrar aqui que a proposta destas ações na modalidade 'Plano Emergencial' vai além da implantação dos investimentos (fonte hídrica, sistema de irrigação por gotejamento, semente de palma). Na realidade, uma parte primordial desta proposta do PROCASE está centrada na ideia da instalação de um 'campo (irrigado) de sementes de espécies forrageiras' (principalmente palma) junto a cada grupo/comunidade atendido, buscando apoiar com estes 'campos': i) a reconstituição dos campos familiares de palma que foram destruídos pela cochoilha do carmim e pela seca e ii) a implantação de tais campos nas unidades familiares que ainda não os possuem. Estes 'campos', sendo locais privilegiados em termos de condições produtivas, poderiam ser também locais de experimentação com outras espécies forrageiras e alimentares, buscando diversificar mais amplamente a produção das unidades familiares. Em síntese, ressaltaremos aqui que a previsão do PROCASE sobre estes 'campos de produção de sementes forrageiras' era que eles deveriam ser a base a partir da qual fosse acontecer um processo mais amplo de fortalecimento dos sistemas familiares de criação animal. Sendo bem sucedido este processo, os investimentos feitos pelo PROCASE junto a estes grupos/comunidades serão um importante reforço econômico para as famílias e a comunidade. Olhando em retrospecto, e considerando o que foi possível observar em algumas das comunidades visitadas principalmente em 2017 e 2018, é bem possível que esta expectativa do PROCASE com relação a esta iniciativa não tenha sido colocada para os diversos atores sociais envolvidos (grupos comunitários, equipes de AT) de forma suficientemente clara e enfática.

42. Assim, as tarefas da AT junto a estes grupos / comunidades beneficiárias deveriam orientar-se a partir da proposta mais ampla aqui colocada. Aparentemente simples, a implementação destes 'campos' e as atividades correlatas, colocaram diversos desafios para a AT. O primeiro se refere à instalação física e ao funcionamento deste campo como local de produção. Mesmo

considerando que responsabilidade direta da instalação da fonte hídrica e do sistema de irrigação era dos fornecedores contratados, ficou como tarefa da AT trabalhar diversas questões práticas que se fazem necessárias para que esta área irrigada funcione mesmo como 'campo de sementes forrageiras'. Isto inclui, por exemplo, garantir a existência de uma cerca boa, acompanhar o plantio da palma (de repente incluindo alguma(s) outra(s) espécie(s) já desde o início...), acompanhar o processo de irrigação, ajudando a resolver os 'pepinos' desta irrigação e também outros 'pepinos', etc.

43. Mas, uma vez resolvida a questão do funcionamento deste 'campo' de produção como fonte de sementes para um grupo / comunidade, colocaram-se outros desafios. Assim, uma 'engenharia social' deve acompanhar a implantação física da proposta. Isto foi ainda mais necessário pelo fato de que, em muitos casos, o trabalho prévio de mobilização, formação e consolidação do grupo a ser beneficiado por estes 'campos' foi extremamente precário. Assim, por exemplo, em muitos casos o 'campo de palma' foi (ou está sendo) instalado numa propriedade familiar na comunidade. Mesmo que tenha sido acordada inicialmente a cessão do uso desta área para o tal 'grupo', o risco deste investimento beneficiar apenas uma família era, e continua sendo, é grande. Assim, é importante que o 'grupo' ou a comunidade definido/a como o núcleo beneficiário passe a funcionar efetivamente como tal. Isto significa que a 'engenharia social' mencionada deve possibilitar, primeiramente, a produção das 'sementes', para depois distribuir e plantar as tais 'sementes' em outras unidades produtivas do grupo / comunidade. Só assim, a ambição inicial estaria se cumprindo.

- Aspectos observados sobre a realidade dos grupos da vertente 'Plano Emergencial' (1ª fase) oferecem ensinamentos importantes

44. Em termos gerais, as diversas conversas mantidas e visitas de campo realizadas durante as supervisões de 2017, 2018 e 2019 mostraram que os desafios para que esta proposta seja bem sucedida são múltiplos. Em primeiro lugar, viu-se que mesmo sendo feita por empresas supostamente experientes no tema, a própria implantação dos investimentos (perfuração de poços, equipamento destes poços, instalação de kits de irrigação, etc.) não transcorreu sem numerosos percalços. Assim, coube à equipe do PROCASE, e também à equipe do IDS enquanto durou o seu contrato (durante o ano de 2016), fazerem a supervisão do processo de implantação destes investimentos, inclusive para acionar outras instâncias quando isto foi necessário.

45. Por outro lado, o funcionamento destes 'campos' irrigados como fontes de semente de palma (e mais outras sementes) para a comunidade, em muitos casos, é um aspecto que nem sempre está sendo bem entendido e praticado. As visitas de campo evidenciaram que, em geral, ainda é tênue a compreensão dos grupos beneficiários sobre os detalhes da proposta dos campos de produção de forragem que estão sendo implantados. Por exemplo, não parece estar muito claro para todos(as) os participantes qual vai ser a função deste campo de palma implantado por meio do Plano Emergencial. Vai ser apenas uma 'fonte' de forragem para as famílias beneficiárias? Ou vai ter a função de ser um campo de semente de palma, pensando no

fortalecimento dos sistemas familiares da comunidade? Mais amplamente, em muitos casos ainda falta tornar mais claro como é que vão funcionar concretamente estes campos?

46. Embora existam sinais de que os grupos podem funcionar⁸, neste quesito da transformação de uma área pequena, individualizada, numa ferramenta social e econômica mais importante ainda tem muito por fazer em praticamente todos os casos. Em muitos casos, ainda é necessário um acompanhamento ativo e competente para que a 'engenharia social' que deve acompanhar a implantação física da proposta possa implantar-se a contento.

47. Desta feita, fica aqui registrada uma tarefa central 'urgente' para as equipes de AT que iniciaram o trabalho de acompanhamento dos mais de 770 grupos/comunidades pelos contratos de AT modalidade Plano Emergencial 2ª fase + Novas Ações o seu trabalho em abril de 2018. Fazer tudo o que for necessário para que a fonte hídrica (poço, unidade de bombeamento, reservatório, kit de irrigação, etc.) funcione a contento. Para além disso caberá às equipes de AT conduzir um processo que garanta a irradiação dos produtos ('semente' de palma, mudas, outras sementes) destes 'campos', sendo este um passo fundamental para o sucesso desta iniciativa na comunidade. É importante lembrar que, neste ponto, não basta apenas distribuir as 'sementes': o mais importante é a multiplicação das áreas de produção forrageira, de forma a que o maior número possível de famílias da comunidade seja contemplada. Fazer com que isto aconteça deverá ser uma importante tarefa para as equipes de AT que começam agora a trabalhar nestas comunidades.

- Observações da missão de supervisão de 2019

48. Assim como aconteceu em algumas comunidades beneficiadas com PPs, em 16 locais atendidas na modalidade 'Plano Em. 2ª fase + Novas Ações' houve a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs). Como nos casos citados anteriormente, as primeiras capacitações e a própria implantação foram tarefas realizadas pela empresa contratada (Florest) para tal. Mas as entidades de AT que trabalham nos locais agraciados têm assumido o acompanhamento destes SAFs e também nestes casos os primeiros resultados que estão aparecendo são promissores.

49. Assim, por exemplo, tivemos a oportunidade de visitar o Assentamento Beira Rio do município de Camalaú, onde foi implantado um campo de palma irrigado que foi convertido em SAF. Neste local, o PATAC está fazendo um acompanhamento regular desta iniciativa. Nos chamou a atenção, neste caso, o empenho do grupo de famílias participantes, demonstrado pela rapidez com que elas providenciaram o reparo do cata-vento que fornece a água para a experiência do campo de palma / SAF, que foi derrubado por uma forte ventania ocorrida no mês de fevereiro passado. Este mesmo grupo já construiu um bebedouro para os rebanhos da comunidade, que é alimentado pela água deste mesmo poço. Outro aspecto interessante observado foi o tanto que esta ideia de SAF é nova para este grupo. Diversos/as agricultores/as

⁸ Por exemplo, cabe registrar que o cercamento das áreas – considerado como 'contrapartida' dos grupos – que poderia constituir um obstáculo, não parece ser um problema, pelo menos a partir do que foi observado na pequena amostra dos grupos visitados durante as missões de supervisão.

mencionaram que nunca tinham plantado tantas culturas numa área única e que inicialmente tinham achado estranha a ideia do SAF. No entanto, todos concordaram em afirmar que, pelo que estavam observando na área, a proposta do SAF tinha tudo para ser bem sucedida. O grupo estava, inclusive, planejando ampliar a área irrigada e a ideia era fazer um plantio 'misturado' (consorciado) nesta parte nova.



Foto No. 01 – Vista parcial do SAF do Assentamento Beira Rio, no mun. de Camalaú. Nele se observa a diversidade de espécies plantadas (incluindo algumas arbóreas), assim como o sistema de irrigação de gotejamento e o cata-vento.

50. Neste mesmo assentamento de Beira Rio visitamos um campo de palma instalada pelo Plano Emergencial do PROCASE, da 1ª. fase. Este campo foi implantado numa área próxima a uma barragem subterrânea, que tem o seu cacimbão correspondente. Só que esta instalação não recebeu o kit de irrigação, por motivos que não muito óbvios, mas ligados ao fato de que a barragem não pegou água e também porque houve problemas com a empresa encarregada desta instalação. Interessante foi constatar que o campo de palma foi instalado em condições de sequeiro. Embora este campo esteja bem 'atrasado', é verdadeiramente um milagre que tenha sobrevivido. Atualmente ele está se recuperando com as chuvas que têm caído em 2019. O hiato ou 'sumiço' do PROCASE neste assentamento teve um custo, mas a perda não foi total. Logicamente, a dinâmica coletiva esperada em torno deste investimento está praticamente parada. O próprio agricultor em cuja parcela foi feita a barragem e plantada a palma está participando do grupo que está trabalhando no campo do SAF com irrigação. Esta palma do primeiro campo PROCASE plantado no assentamento poderá servir de fornecedor de sementes para outros assentados, mas o investimento realizado, que não correspondeu às expectativas que se tinham dele, deve ser aproveitado pelo dono da parcela e por algum vizinho talvez. Já é melhor que nada. Assim, por exemplo, o agricultor em questão estava aproveitando a água do cacimbão, para diversos tipos de uso. Foi bom poder ver que o investimento feito, de maneira meio 'atrapalhada', pelo PROCASE Plano Emergencial da 1ª fase, estava sim rendendo frutos.

51. Outro caso visitado – a Vila Lafayette, do município de Monteiro – foi de um grupo de famílias reassentadas após terem tido terras desapropriadas para a passagem do canal da transposição do rio São Francisco, onde ainda existe um grande ‘passivo’ naquilo que se refere à devolução para estas famílias das condições de plantar e criar.

52. Mas mesmo nesta situação bastante problemática, foi possível observar o entusiasmo do grupo para o trabalho neste ‘campo de palma irrigado’. O mais interessante neste caso é que na Vila Lafayette não foi instalada uma SAF ‘oficial’, mas que a partir da iniciativa da equipe do PATAC e da realização de algumas visitas de intercâmbio, o grupo desta comunidade estava arborizando o campo de palma, tornando-o uma SAF. Também neste caso houve problemas com o cata-vento (localizado num local pouco adequado) e o grupo organizou-se para adquirir, por conta própria, uma bomba elétrica, que já foi instalada e estava funcionando no momento da nossa visita.



Foto No. 02 – Beneficiários mostram campo de palma irrigada recém implantado na Vila Lafayette, mun. de Monteiro. Nesta campo também foram plantadas diversas mudas de espécies arbóreas, principalmente forrageiras e frutíferas

- As propostas para os municípios ‘ribeirinhos’ do Rio Paraíba

53. Por fim, diremos que, no marco das iniciativas denominadas de ‘Novas Ações’, o PROCASE ainda assumiu diversos compromisso com diversos municípios ribeirinhos de Rio Paraíba. A primeira proposta, que foi apresentada à equipe de supervisão do FIDA como uma iniciativa que visava propiciar uma adaptação / modernização dos sistemas de irrigação já existentes nas margens do Rio Paraíba (que vem de ser perenizado), buscará instalar sistemas de irrigação mais eficientes no uso da água. A equipe do PROCASE disse diversos materiais que compõem ‘kits de irrigação por gotejamento’ tinham sido comprados, mas que não tinham sido colocados em campo, por não estar regularizado ainda o fluxo do Rio Paraíba (o que deverá ser feito graças às águas da transposição do R. São Francisco). Mas a missão de supervisão do FIDA não

conseguiu obter mais detalhes práticos sobre esta proposta. Por exemplo, como serão identificados e selecionados os beneficiários desta iniciativa? Como será feita a instalação destes 'kits'? E, talvez o item mais importante: quem vai fazer o acompanhamento técnico da instalação e do uso feito destes sistemas de irrigação? Foi dito na missão de 2018 que seria a EMPAER quem deve fazer este acompanhamento: será que isto vai se concretizar?

54. Outra das Novas Ações do PROCASE que dizem respeito a estes municípios 'ribeirinhos' é a iniciativa das 'patrulhas mecanizadas'. Neste caso, as nove prefeituras dos municípios 'ribeirinhos' receberam um trator potente, e mais um conjunto de implementos (incluindo grade aradora, debulhadeira de grãos, colheitadeira/ensiladeira e outros).

55. Não precisamos insistir aqui no caráter bem 'convencional' desta iniciativa em termos de investimentos em prol de um desenvolvimento sustentável. Com efeito, estes equipamentos poderão beneficiar agricultores/as que compõem o público beneficiário do Projeto, assim como beneficiará outras pessoas também. Mas esta talvez não seja a questão principal. Se olharmos estes investimentos do ponto de vista do fortalecimento do capital social e do empoderamento dos/as agricultores/as, é difícil não enxergar que os atores sociais que saem mais 'empoderados' neste caso são as prefeituras. Mas deixemos esta questão de lado, na medida em que a iniciativa já está em funcionamento e não tem como voltar atrás...

56. A missão de 2019 ficou preocupada com outra dimensão desta iniciativa. É que, em tese, o uso destas máquinas nos roçados dos/as agricultores/as deveria ter um acompanhamento técnico, na medida em que diversas práticas mecanizadas podem ser conduzidas de forma a preservar os recursos naturais ou, ao contrário, sem nenhum cuidado neste sentido. A missão foi informada que a equipe da URGP de do Cariri Oriental fez uma capacitação para tratoristas buscando sensibilizar os tratoristas sobre a necessidade de preservar e ensinando como fazê-lo. Mas será que esta capacitação está sendo estendida aos tratoristas de todos os municípios envolvidos? De qualquer modo, o uso deste maquinário deveria ter um acompanhamento técnico no campo, por mínimo que seja. Pelo que a missão entendeu, das diversas conversas mantidas que tocaram o assunto, não há previsão de acompanhamento técnico prático para esta iniciativa. Infelizmente.

Apêndice 4.7 – A criação de caprinos e ovinos no Semiárido nordestino e a questão da disponibilidade forrageira e do manejo alimentar

1. A criação de caprinos e ovinos no Semiárido brasileiro apoia-se principalmente em dois pilares centrais: o rebanho e os recursos forrageiros que servirão para sustentá-lo. Em geral, nas visitas de campo, este último tema aparece constantemente, quase sempre como um grande problema, nas conversas mantidas com todos os atores. A questão da ‘grande seca’ que tanto castigou a região nestes últimos anos tem correlação direta com esta questão.

2. Segundo foi visto num estudo recente, a escassez de alimentos – principalmente no período que se estende do segundo ou terceiro mês do tempo seco e até a rebrota plena da vegetação com a chegada das chuvas – é o principal problema dos sistemas familiares de criação de caprinos e ovinos em toda a região semiárida nordestina (SIDERSKY, 2017). Isto se confirma plenamente em diversos estudos regionais⁹: entre os diversos problemas identificados, tem especial destaque o problema da alimentação do rebanho.

3. Cabe colocar, como ponto de partida, que na agricultura familiar a atividade da caprinovinocultura somente se viabiliza se a totalidade ou, pelo menos, uma parte substancial da alimentação do rebanho é produzida na própria unidade produtiva. Esta afirmação decorre de outra premissa, que diz que a criação de animais (principalmente ruminantes) é a única maneira de transformar a biomassa produzida na propriedade em produto útil (ou seja, em energia e proteína, comida e renda) (SEBRAE/PI, 2002). Neste contexto, podemos afirmar que praticamente todas as unidades produtivas têm a urgente necessidade de aumentar a produção de forragem e melhorar o uso deste recurso.

4. Lembramos que as unidades produtivas utilizam diferentes fontes de forragem, que incluem as áreas de caatinga / pastagem nativa, os capins cultivados de pisoteio e diversos tipos de culturas forrageiras (que podem ser anuais ou plurianuais). Entendemos que através do trabalho de diversos atores sociais envolvidos no assunto – entre os quais destacaremos os aportes da pesquisa e também de técnicos e de criadores – estão surgindo ideias/propostas que devem permitir aumentar a produção de forragem de diversas maneiras. A seguir discutiremos algumas delas.

– Sobre as diversas fontes de forragem

5. Tradicionalmente, a vegetação natural do Semiárido nordestino constitui a base alimentar dos rebanhos caprinos e ovinos. Em primeiro lugar, deve ser mencionada a caatinga ‘bruta’, ou seja, a flora nativa dessas regiões, arbóreo-arbustiva, predominantemente xerófila e, portanto, bem adaptada ao déficit hídrico característico da região (ARAÚJO FILHO, 2013). Mas também é muito utilizada a capoeira – que é a vegetação da caatinga em processo de regeneração natural

⁹ Citaremos, por exemplo, para além do estudo já mencionado sobre o Piauí (SIDERSKY, 2017), o estudo do Território do Sertão do São Francisco na Bahia (ANA-FBB-BNDES, 2018).

– que pode encontrar-se em diversos estágios, desde o inicial até o avançado, no qual a vegetação natural volta a se aproximar do clímax¹⁰.

6. Vale lembrar que a caatinga tem uma oferta forrageira desigual durante o ano, sendo maior na estação das águas e diminuindo um tempo após o fim das chuvas até chegar a ser muito escassa no final da estação seca. Desde o tempo em que alastrou-se pelo Sertão afora o cultivo agrícola (processo que em grande parte foi estimulado pela expansão da cultura do algodão), o criador sertanejo passou a utilizar o roçado (principalmente os restos culturais) para fornecer uma suplementação alimentar ao rebanho na época seca.

7. Mais recentemente, apareceram os cultivos forrageiros, visando aumentar a produção global de alimento para o rebanho na unidade produtiva. Dentre os primeiros destes cabe mencionar a palma forrageira¹¹, uma cactácea vinda do México há mais de um século e que pode ser encontrada em muitos rincões do Sertão. Com o tempo, e com uma crescente demanda por forragem, apareceram outras culturas forrageiras. Roçados passaram a ser plantados com o fim exclusivo de produzir forragem: assim o milho passou a ter esta finalidade em certos casos, e foram introduzidas culturas novas como o sorgo. Áreas mais úmidas passaram a ser plantadas com capins de corte, tais como o capim elefante¹² ou napier e a cana forrageira. A ideia mais recente, nesta busca de maximizar a disponibilidade de forragem, é a instalação de capins de pisoteio cultivados. Neste último caso, a prática que tem prevalecido é aquela de substituir completamente a caatinga com o monocultivo de espécies que produzem (ou deveriam produzir) forragem de boa qualidade, em quantidade. Uma das espécies mais comuns para este tipo de uso é o capim buffel¹³.

– A busca de uma intensificação¹⁴ da produção forrageira

8. Esta evolução está estreitamente relacionada com o processo mais amplo de intensificação das unidades produtivas sertanejas, ligado ao aumento da densidade de ocupação, do tamanho dos rebanhos e do alastramento das áreas cercadas e apropriadas em regime individualizado com o concomitante desaparecimento do antigo sistema de criação em regime de espaço aberto. Esta intensificação já tem um impacto sobre o manejo da criação animal, inclusive alterando a composição dos rebanhos, com um crescimento significativo da ovinocultura em detrimento da criação de caprinos (GUIMARÃES FILHO; GAMA DA SILVA; AZEVEDO, 2011).

¹⁰ Criadores e técnicos frequentemente se referem a áreas de ‘pasto nativo’ como fonte de forragem. Na realidade, este ‘pasto nativo’ não é outra coisa senão uma capoeira mais ou menos aberta, geralmente num estágio inicial de regeneração.

¹¹ Palma forrageira: *Opuntia sp.*

¹² Capim elefante: *Pennisetum purpureum* Schum

¹³ Capim buffel: *Cenchrus ciliaris* (L)

¹⁴ Neste contexto, entendemos este termo como uma maior produção de forragem por unidade de área, ou ainda, maior produção de forragem na unidade produtiva.

9. Assim, em muitos municípios do Semiárido nordestino, as áreas de caatinga 'bruta' já quase não existem, havendo no seu lugar áreas de capoeira (frequentemente bem pobres). Em alguns municípios, encontram-se grandes áreas plantadas com capim buffel, no modelo de monocultura. Também foi introduzida na região a algaroba¹⁵, árvore oriunda do Peru, que produz uma vagem muito apreciada pelos animais. Talvez isto não fosse o plano inicial, mas esta espécie alastrou-se pela região graças ao seu hábito invasivo. Embora alguns a considerem uma 'praga', muitos criadores têm o maior apreço pela algaroba, justamente por causa da sua produção forrageira. Por outro lado, em muitas regiões os criadores conseguiram implantar áreas de palma forrageira. Mas, em vastas áreas do Nordeste, esta palma foi dizimada pela cochonilha do carmim. Além disso, é cada vez mais frequente encontrar nas unidades produtivas, uma área irrigada utilizada para produzir 'comida para os bichos', geralmente com plantio de capim elefante.

– A crise da última seca

10. Nestes últimos anos, as chuvas muito escassas têm colocado mais em evidência diversos problemas do sistema forrageiro dos criadores de caprinos e ovinos. Por exemplo, a seca tem mostrado que a palma faz uma falta enorme. Por isso, nas regiões onde a palma foi dizimada, muitos criadores estão procurando 'raquetes' de variedades resistentes à cochonilha do carmim e estão trabalhando para reconstituir as suas áreas plantadas com esta cultura. Alguns iniciaram o cultivo desta espécie com irrigação. Logicamente, este processo de revitalização das áreas de palma é lento.

11. Também ficou ainda mais evidente a importância que tem uma área irrigada ou 'molhada', e observa-se que estas áreas estão se multiplicando, com base em diversos tipos de fonte d'água. Estão se multiplicando os poços tubulares nas propriedades, mas não são todas que têm esta possibilidade. Por outro lado, muitas das áreas 'molhadas' (como aquelas criadas a partir de barreiros ou barragens subterrâneas) também são sensíveis a anos muito secos, nos quais elas produzem pouco ou nada.

12. Finalmente, tem a situação das áreas plantadas (exclusivamente) com capim de pisoteio, em geral, o capim buffel. Embora esta espécie seja bastante resistente à seca, a combinação do seu uso continuado com a escassez das chuvas tem feito com que muitas destas áreas estejam intensamente degradadas. Ver estas áreas em situação crítica traz a tona algumas perguntas sobre a própria proposta. Citando o depoimento de um criador do Piauí, que afirmou que as suas áreas de caatinga produzem mais comida para os seus animais que uma área semelhante de capim buffel (SIDERSKY, 2017), cabe perguntar: será que esta opinião pode ter uma base científica sólida? Mesmo sem ir ao extremo de questionar a própria opção pelo capim buffel, de qualquer forma cabe perguntar se era necessário adotar o modelo de monocultura, quando sabe-se há bastante tempo que a manutenção de uma cobertura arbórea de, por exemplo, 20% (aproximadamente 200 árvores por hectare) não diminui em nada a produção do estrato herbáceo, mesmo quando se trata de uma espécie cultivada (ARAÚJO FILHO, 2013).

¹⁵ A algaroba que se encontra na região é a espécie *Prosopis juliflora*.

- As inovações recentes: mais produção e, espera-se, mais sustentabilidade

Manejo da caatinga

13. Conforme já foi dito, a caatinga é, e continuará sendo, um importante recurso alimentar para a criação de caprinos e ovinos nos sertões nordestinos. Ela comporta um grande número de espécies forrageiras, sendo muitas delas de bom teor nutritivo. No entanto, a disponibilidade de forragem da caatinga é relativamente baixa, por diversos motivos, tanto no inverno como na época seca. Sabe-se também, pelas pesquisas realizadas assim como pela experiência ganha por diversos criadores, que é possível mudar este quadro. Pelo uso de diversas técnicas de manipulação da caatinga – raleamento, rebaixamento, enriquecimento – é possível aumentar significativamente a disponibilidade da forragem útil da caatinga. Sublinhamos ainda que estas técnicas de manejo da caatinga não são somente ideias ou propostas de pesquisadores. Elas foram aplicadas com sucesso em diversas comunidades, dentre as quais destaca-se o assentamento de Moacir Lucena, no Rio Grande do Norte¹⁶.

14. Sendo atualmente crucial a busca de formas de incrementar a produção forrageira das propriedades criadoras de caprinos e ovinos, entendemos que seria de suma utilidade introduzir estas práticas de manipulação da caatinga onde isto não acontece ainda, visando avaliar a sua adaptabilidade na região estudada. Em se verificando úteis, caberá fazer um esforço para apoiar a sua difusão.

A caatinga como recurso forrageiro

15. Nas palavras do Professor João Ambrósio, a caatinga “caracterizada por uma biodiversidade surpreendente para floras de áreas semiáridas, se destaca por possuir um contingente elevado de espécies botânicas forrageiras em seus estratos herbáceo, arbustivo e arbóreo. No entanto, a disponibilidade de forragem em qualquer estação do ano é baixa, quer em razão da altura do dossel da camada arbórea na época das chuvas, quer em função do baixo valor nutritivo da forragem disponível na época seca”. Mas os longos trabalhos de pesquisa realizados sobre este recurso, além da ação de diversos criadores, mostram que é possível modificar este quadro. Para tal, é possível intervir com “técnicas de manejo da vegetação, com alterações da arquitetura e/ou mudanças de sua composição florística, enriquecimento dos estratos herbáceo, arbustivo e arbóreo e mudanças para o incremento e a estabilização da composição florística da camada herbácea, visando o aumento da disponibilidade e melhoria da qualidade da forragem produzida” (ARAÚJO FILHO, 2013) (p. 130) O uso destas técnicas de manipulação da vegetação da caatinga permite modificar a disponibilidade da forragem útil de forma substancial, conforme podemos ver na tabela apresentada a seguir.

¹⁶ Para mais informação sobre o assentamento Moacir Lucena, consultar (SIDERSKY; JALFIM; RUFINO, 2008).

Tabela A. Produção de matéria seca nos diferentes níveis de manipulação da Caatinga

Nível de manipulação	Produção (Kg. MS/há/ano)	Distribuição da fitomassa		Fitomassa pastável (%)	Cobertura lenhosa (%)
		Lenhosa %	Herbácea (%)		
C. Nativa	4.000	90	10	10 (400 kg)	30 - 100
C. rebaixada	4.000	60	40	40 (1.600 kg)	50 - 60
C. raleada	4.000	20	80	60 (2.400 kg)	30 - 40
C. enriquecida	4.000	10	90	90 (3.600 kg)	10 - 15

Fonte: Adaptado de (ARAÚJO FILHO, 1992; ARAÚJO FILHO; CRISPIM, 2002). In: (PEREIRA FILHO; SILVA; CÉZAR, 2013)

Capins de pisoteio: buscando alternativas à monocultura

16. Conforme foi dito, em muitas regiões do Semiárido há uma forte presença de áreas de capim pisoteio¹⁷. Embora este tipo de pastagem possa propiciar uma boa produção de forragem (em condições favoráveis de solo e clima), com muita frequência ela apresenta uma forte tendência à degradação, em grande parte devido à sua instalação como monocultura. Existe uma alternativa, que consiste na instalação de um desenho diferente de capins de pisoteio, que vem sendo trabalhada por pesquisadores/as da Embrapa Caprinos e Ovinos: o método do “enriquecimento da caatinga”. A espinha dorsal desta proposta é a diversificação. Ela comporta um estrato arbóreo (incluindo espécies nativas de caatinga, mas também leguminosas exóticas tais como a leucena¹⁸ e a gliricídia¹⁹) e um estrato herbáceo ‘multi espécie’ (com espécies nativas, capim buffel, capim gramão²⁰ e outras). Afirma-se que é possível obter com este método produções de forragem parecidas com aquelas da monocultura do buffel em condições privilegiadas, sendo que a presença de diversas espécies reforça a sua sustentabilidade.

17. De forma semelhante ao caso do manejo da caatinga da seção anterior, seria muito importante iniciar um trabalho de implantação de áreas de teste deste tipo de área de capim de pisoteio. Sendo bem sucedidas, estas áreas de ensaio servirão de referência para um trabalho mais amplo de reforma de áreas antigas de buffel e de instalação de novas áreas de capim de pisoteio que sejam mais diversificadas e sustentáveis.

Buscando alternativas à monocultura de capim buffel

18. Em muitas regiões do Semiárido nordestino existe uma forte presença na região estudada de áreas de capim buffel. Esta gramínea apresenta uma produção de matéria seca (MS) importante – de 3,7 a 6,7 toneladas por hectare (OLIVEIRA, M. C., 1993; OLIVEIRA, R. G. D., 2012) – mas tem apresentado uma tendência à degradação, em grande parte devido à sua instalação como monocultura.

¹⁷ O capim buffel é uma espécie frequente. Mas existem outras. Por exemplo, na região de Senhor do Bonfim na Bahia, o capim de pisoteio preferido parece ser o capim urocloa ou capim corrente (*Urochloa mosambicensis* (Hack.) Dandy).

¹⁸ Leucena (*Leucaena leucocephala*)

¹⁹ Gliricídia (*Gliricídia sepium*)

²⁰ Capim gramão (*Cynodon dactylon* cv Callie)

19. Os pesquisadores da Embrapa Caprinos e Ovinos propõem uma alternativa interessante de instalação de capins de pisoteio que chama de “enriquecimento da caatinga”. Neste caso, a “aplicação do método inicia-se na estação seca com o raleamento da vegetação lenhosa, preservando-se 150 a 200 árvores por hectare, o que corresponderá a uma cobertura de 15% a 20%. Esse percentual de sombreamento não interferirá no crescimento e desenvolvimento das espécies exóticas ou nativas de elevada produtividade a serem introduzidas” (ARAÚJO FILHO, 2013) (p. 141).

20. O enriquecimento pode ser feito com gramíneas, tais como o capim buffel ou o capim gramão. Também podem ser introduzidas árvores leguminosas tais como a leucena e a gliricídia. O enriquecimento pode modificar a produção total de MS, elevando-a de 4.000 para 8.000 kg/ha/ano (em uma caatinga enriquecida com capim gramão). Desta fitomassa, 6.400 kg se tornam forragem disponível. Isto permite uma capacidade de suporte de 10 cabeças de caprino-ovino /hectare/ano, o que significa uma mudança dramática em relação ao ponto de partida da capacidade de suporte da caatinga sem manipulação (Idem, p. 142).

As culturas forrageiras

21. Já foi dito que está se tornando cada vez mais comum o cultivo de espécies forrageiras, muitas vezes com o intuito de fazer feno ou silagem, ou ainda para cortar e fornecer aos animais no cocho. Por vezes, estes ‘roçados forrageiros’ são irrigados. Nestes casos, conforme já foi mencionado, é frequente a produção de capins de corte como o capim elefante ou a cana forrageira. Recentemente tem se tornado mais frequente o uso da irrigação (ou ‘sub-irrigação’) com a palma²¹.

22. Em outros casos, estes ‘roçados forrageiros’ são de sequeiro, muitas vezes cultivados com milho e/ou sorgo. No entanto, cabe perguntar se estas são as melhores opções para os diversos Sertões. É neste contexto que a escolha destas espécies forrageiras para cultivo torna-se uma estratégia importante, visando maior produção de forragem por unidade d’água disponível (ARAÚJO, G. G. L. et al., 2011). Alguns pesquisadores introduziram o conceito de “eficiência de utilização de água de diferentes culturas forrageiras”. Medida em kg de MS (matéria seca) por mm. por ano, estudos mostram que esta eficiência é bem maior para certas espécies, tais como o agave (ou sisal) e a palma, quando comparadas com aquela de outras espécies, tais como o milheto ou o sorgo, por exemplo (DE KOCK, 2001) apud (ARAÚJO, G. G. L. et al., 2011).

23. As características da região – limitação hídrica, sazonalidade marcada – fazem com que a busca de fontes alimentares eficientes seja um grande desafio. Encontrar espécies nativas ou adaptadas possam se constituir em fontes de forragem cultivada economicamente viáveis constitui um objetivo importante para poder fortalecer os sistemas produtivos de caprinos e ovinos. Citaremos aqui um conjunto de espécies – várias das quais são espécies nativas da

²¹ Por sinal, na medida em que a palma não precisa de muita água, poderia ser bem interessante experimentar o plantio desta cultura acoplada a uma cisterna de produção (por exemplo, a cisterna de 52 m³, de calçadão ou enxurrada).

caatinga – que poderão ter um papel neste processo²²: maniçoba, mandioca, pornunça, lã-de-seda, feijão bravo, jureminha, faveleira, palma forrageira, melancia forrageira, leucena, gliricídia, sisal²³. Também poderiam ser utilizadas espécies como a pustumeira, catingueira, camaratuba²⁴ e mais outras, como plantas nativas de bom potencial forrageiro para cultivo em condições de sequeiro²⁵. O cultivo de espécies nativas de alto valor forrageiro está sendo testado há pouco tempo, mas aparece como ideia promissora, considerando, ao mesmo tempo, a necessidade de produzir mais forragem e a lógica da maior eficiência possível no uso da água, antes mencionada. Inclusive, já existem criadores que estão implementando a prática de colher material de espécies nativas arbóreas e arbustivas para armazenamento na forma de feno ou silagem (BAKKE et al., 2010).

24. Entendemos que estes ‘roçados forrageiros’ inovadores e estes novos usos da caatinga possam ser de suma utilidade para o conjunto dos criadores. Estas inovações deverão ter especial importância para as unidades produtivas com pouca área disponível. Assim, ao pensar em formas de melhorar os sistemas familiares de criação de caprinos e ovinos, seria importante iniciar, onde isto não existe, um trabalho de instalação de ‘roçados forrageiros’ alternativos, que possam se somar àqueles já existentes (por exemplo, de milho ou de sorgo). Ao mesmo tempo, é extremamente importante que os criadores ampliem significativamente a área dedicada às culturas forrageiras.

A conservação de forragem

25. No Sertão, é na época das chuvas que se produz massa verde. O aumento desta produção, discutida nos parágrafos acima, é importante. Mas também é crucial conservar uma parte da forragem produzida, para poder fornecer comida ao rebanho, quando esta é mais escassa, na época seca. Para tal, as práticas da fenação e da silagem são muito importantes.

26. Na verdade, estas práticas já são bastante conhecidas na região. Mas cabe incentivar a ampliação do uso delas, sendo que existência de mais matéria prima (forragem verde) sendo produzida na unidade familiar deverá ser um incentivo para tal. Uma maior difusão destas práticas permitirá que uma parte importante do acréscimo de forragem produzida no tempo chuvoso com as propostas acima mencionadas, possa ser fornecida ao rebanho no tempo seco.

– Para terminar...

²² Para maiores informações, consultar (MORAES; COSTA; ARAÚJO, 2011).

²³ Maniçoba (*Manihot pseudoglaziovii*), mandioca (*Manihot esculenta*), pornunça [híbrido natural de maniçoba com mandioca: *Manihot esculenta* Cranz x *Manihot glaziovii*], lã-de-seda (*Calotropis procera*), feijão bravo (*Capparis cynophallophora*), jureminha (*Desmanthus virgatus* m), faveleira (*Cnidoscolus phyllacanthus* (Mart.) Pax et K. Hoffm.), palma forrageira (*Opuntia* sp. ou *Nopalea* sp.), melancia forrageira (*Citrillus lunatus* cv. *citroides*), sisal (*Agave sisalana*).

²⁴ Pustumeira (*Gomphrena elegans* Mart. Var. *elegans*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis* Tul.), camaratuba (*Cratylia mollis*).

²⁵ Para o leitor que tiver interesse neste assunto, sugerimos consultar: (ARAÚJO, F. P. D.; MOREIRA; BRANDÃO, 2009; ARAÚJO, G. G. L.; ALBUQUERQUE; GUIMARÃES FO., 2006) e (MOREIRA et al., 2011).

27. Retomando o parágrafo introdutório e o tema deste pequeno documento, podemos concluir aqui que, dentre os diversos problemas vividos pelos caprinovinocultores da região, a questão da alimentação do rebanho tem um destaque muito especial. Neste sentido, Guimarães Filho sintetiza esta questão quando ele afirma que, “a escassez de alimentos para os rebanhos durante os períodos secos constitui a principal limitante de ordem técnica dos sistemas de criação de caprinos e ovinos de base familiar no semiárido” (GUIMARÃES FILHO, 2011). As páginas aqui escritas buscam alimentar a reflexão e também a prática, na busca de soluções para esta questão.

Referências citadas

- ANA-FBB-BNDES. **O manejo dos agroecossistemas familiares no Sertão do São Francisco**. Relatório não publicado: Articulação Nacional de Agroecologia 2018.
- ARAÚJO FILHO, J. A. **Manipulação da vegetação lenhosa da caatinga para fins pastoris**. Sobral, CE: EMBRAPA - CNPC, 1992. 18 p.
- _____. **Manejo pastoril sustentável da caatinga**. Recife, PE: Projeto Dom Helder Camara, 2013. 200 p.
- ARAÚJO FILHO, J. A.; CRISPIM, S. M. A. Pastoreio combinado de bovinos, caprinos e ovinos em áreas de caatinga no Nordeste do Brasil. Conferência Virtual Global sobre Produção Orgânica de Bovinos de Corte, 2002. Corumbá, MS. Embrapa Pantanal.
- ARAÚJO, F. P. D.; MOREIRA, J. N.; BRANDÃO, W. N. **Pustumeira. Uma Nova e Boa Opção Forrageira para Áreas de Sequeiro**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2009.
- ARAÚJO, G. G. L.; ALBUQUERQUE, S. G. D.; GUIMARÃES FO., C. **Opções no uso de forrageiras arbustivo-arbóreas na alimentação animal no semi-árido do Nordeste**. Petrolina: Disponível em: http://www.cpatsa.embrapa.br/public_eletronica/downloads/OPB886.pdf 2006.
- ARAÚJO, G. G. L. et al. A água nos sistemas de produção de caprinos e ovinos. In: VOLTOLINI, T. V. (Ed.). **Produção de caprinos e ovinos no Semiárido**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2011. p.69-93.
- BAKKE, O. A. et al. Produção e utilização da forragem de espécies lenhosas da Caatinga. In: GARIGLIO, M. A.; SAMPAIO, E. V. S. B., et al (Ed.). **Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da Caatinga**. Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, 2010. p.160-179.
- DE KOCK, G. C. The use of Opuntia as a fodder source in the arid areas in Southern Africa. In: MONDRAGÓN-JACOBO, C. e PÉREZ-GONZÁLEZ, S. (Ed.). **Cactus (Opuntia spp.) as forage**. Rome: FAO, v.FAO Plant Production and Protection Paper 169, 2001. p.101-105.
- GUIMARÃES FILHO, C. **Caprino-ovicultura no Semiárido Baiano - Alguns caminhos para a viabilização**. SI: Disponível em: <http://www.irpaa.org/publicacoes/artigos/clovis-dr-caprovinsemi-arido.pdf>: 10 p. 2011.
- GUIMARÃES FILHO, C.; GAMA DA SILVA, P.; AZEVEDO, S. G. D. **A cadeia produtiva da caprinovinicultura nos municípios do entorno da Barragem de Sobradinho**. Petrolina: Embrapa Semiárido e CHESF: 133 p. + Anexos p. 2011.

- MORAES, S. A. D.; COSTA, S. A. P.; ARAÚJO, G. G. L. Nutrição e exigências nutricionais. In: VOLTOLINI, T. V. (Ed.). **Produção de caprinos e ovinos no Semiárido**. Petrolina, PE: Embrapa Semiárido, 2011. p.165-200.
- MOREIRA, J. N. et al. Pastos e manejo de pastejo de áreas dependentes de chuva. In: VOLTOLINI, T. V. (Ed.). **Produção de caprinos e ovinos no Semiárido**. Petrolina, PE: Embrapa Semiárido, 2011. p.233-252.
- OLIVEIRA, M. C. **Capim buffel: Produção e manejo nas regiões secas do Nordeste**. Petrolina: EMBRAPA/CPATSA, 1993.
- OLIVEIRA, R. G. D. **Características produtivas e qualitativas dos pastos e desempenho produtivo de ovinos criados em pastagens de capim-bufel com diferentes ofertas de forragem**. 2012. 68 p. (MSc). Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, UNIVASF
- PEREIRA FILHO, J. M.; SILVA, A. M. D. A.; CÉZAR, M. F. Manejo da Caatinga para produção de caprinos e ovinos. **Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal**, v. 14, n. 1, p. 77-90, 2013.
- SEBRAE/PI. **Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura Piauiense**. Teresina: SEBRAE/PI, 2002. 116 p.
- SIDERSKY, P. **Sobre a cadeia produtiva da caprinovinocultura no Sertão do Piauí: um estudo centrado no Território da Chapada do Vale do Itaim (região de Paulistana)**. Salvador: SEMEAR-FIDA-IICA. Disponível em: <http://www.fida.org.br/assets/downloads/Estudo%20de%20caso%20sobre%20caprinoovinocultura%20-%20regi%C3%A3o%20de%20Paulistana,%20Piau%C3%AD.pdf>, 2017. 106 p.
- SIDERSKY, P.; JALFIM, F.; RUFINO, E. Combate à pobreza rural e sustentabilidade no semi-árido nordestino: a experiência do Projeto Dom Helder Câmara. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 5, n. 4, p. 23 - 28, 2008.

Apêndice 4.8 – Breve reflexão sobre a relação entre a metodologia de ação de um projeto de desenvolvimento, a presença de uma Assessoria Técnica e o desenvolvimento do capital humano e social

1. O fortalecimento do Capital Humano e Social da população rural sempre foi um objetivo importante do PROCASE. Neste sentido, um principal instrumento pedagógico importante que foi utilizado pelo Projeto foi o processo participativo de identificação, elaboração e implementação dos investimentos, materializados em Projetos Produtivos (PPs). Além deste processo, o projeto tem outras atividades de desenvolvimento de capacidades, muitas vezes diretamente relacionadas com os PPs.
2. Reconhece-se que o PROCASE encontrou dificuldades para implementar esta ferramenta metodológica. A principal destas dificuldades foi a demora muito grande na provisão de Assessoria Técnica aos grupos/comunidades escolhidos para trabalhar com o Projeto. Em que pese estes contratempos, cabe registrar que esta ferramenta dos PPs foi utilizada em 90 comunidades, contando com o desdobramento da própria equipe do PROCASE e a ‘ajuda’ de técnicos/as ‘avulsos’ que, por algum motivo, decidiram participar da elaboração dos PPs. Mais tarde, após este processo de elaboração, o Projeto contratou uma assessoria técnica para acompanhar a implementação destes. Em todos os 90 casos aqui citados, está havendo, em maior ou menor medida, um processo de desenvolvimento de capacidades e um fortalecimento do Capital Humano e Social.
3. Por diversos motivos, a partir do final do ano 2015, o PROCASE foi levado a abandonar este formato de ação (dos PPs), para adotar outro formato, que foi chamado de Plano Emergencial. Neste outro formato, os investimentos são definidos (de forma top-down) pelo Projeto (UGP) e não pela comunidade e, além disso, os beneficiários não têm responsabilidades no processo de aquisição e só participam, eventualmente, na instalação dos investimentos como mão de obra. É importante frisar aqui que este formato não levou o Projeto a escolher investimentos inúteis ou equivocados: o que destacamos aqui é que, em termos do formato do processo de intervenção, nesta modalidade não há lugar para a organização local na definição do investimento e pouca, se alguma, participação na implantação destes.
4. Por outro lado, a identificação e mobilização destas comunidades, feita pelas equipes do Projeto, foi feita de forma atropelada, tendo como consequência uma mobilização deficiente. Além disso, durante o período 2016 a 2018, o acompanhamento das ações do Plano Emergencial nestas comunidades foi muito insuficiente. Somente em abril de 2018 foram contratadas duas entidades / equipes de AT que, aos poucos, passaram a acompanhar estes grupos atendidos a partir do final de 2015, buscando recompor as condições de fazer um trabalho melhor, tanto no âmbito técnico quanto naquele do fortalecimento do capital humano e social.

5. Em diversas missões (de supervisão, na RMT) foi possível observar que, na sua maioria, os 'grupos' locais de beneficiários eram muito frágeis²⁶. Por outro lado, nestas missões também foi possível constatar que, quando ele está presente, a AT contratada pelo PROCASE está ajudando, em muitos lugares, a mitigar os problemas que aqui foram levantados.

6. Algumas das decisões mais recentes, tomadas pelo PROCASE no âmbito do formato de operação dos investimentos, também foram no sentido de 'esquecer' o papel do processo de realização destes investimentos no fortalecimento do capital humano e social. O exemplo mais marcante deste formato de investimento que não ajuda na construção destes capitais é aquele das 'patrulhas mecanizadas', nas quais as máquinas compradas pelo Projeto são entregues para serem operadas e geridas pelas prefeituras. Neste caso, os beneficiários apenas recebem um serviço eventual (como por exemplo, a aração de uma pequena parcela para eles plantarem o roçado). Neste caso, se há 'empoderamento', é provável que seja, justamente, das prefeituras mencionadas.

7. Cabe dizer aqui que as mudanças de rota efetuadas pelo PROCASE – que têm uma relação direta com a situação aqui descrita – tiveram as suas causas. Destaque-se também que elas foram realizadas com conhecimento e anuência do FIDA. A principal causa desta situação foi o atraso na implementação do Projeto, que foi se acumulando durante os quatro primeiros anos. A este atraso somou-se a grave seca que assolou toda a região semiárida nordestina. Esta situação fez com que o modelo 'Plano Emergencial', com a definição dos investimentos e realização centralizada das compras, fosse acionado para poder acelerar a implementação e, ao mesmo tempo, ser mais eficaz na mitigação dos danos causados pela seca. E é necessário reconhecer que, de fato, estas mudanças tiveram um efeito positivo na implementação (e no desembolso, etc.) do PROCASE. Mas, como lição, queremos destacar que a experiência do PROCASE mostra que existe uma correlação entre o método de trabalho e o fortalecimento do capital humano e social, sendo os enfoques participativos muito mais propensos a favorecer este fortalecimento (embora não seja o único elemento que conta neste processo).

8. Continuando esta reflexão sobre as lições aprendidas neste domínio, destacaremos o seguinte: quando se torna necessário, para um Projeto (tal como o PROCASE), optar por uma metodologia de intervenção pouco participativa, torna-se ainda mais importante, para não abandonar este objetivo de fortalecimento das capacidades e da organização dos beneficiários, de implementar medidas paliativas. Um exemplo deste tipo de medida é a de colocar em campo uma AT que tenha a capacidade de trabalhar com temas como a mobilização, a promoção da participação e do fortalecimento das organizações de base.

²⁶ Apenas como pequeno exemplo desta fragilidade, mencionaremos que um levantamento feito pela equipe de AT que acompanhou estas localidades do Plano Emergencial em 2016 encontrou, ao visitar as localidades após realizados os investimento, alguns 'grupos' de 1 pessoa...

Apêndice 4.9 – Produção bioessalina: a utilização produtiva das águas salobras e salinas no Semiárido

1. Embora o desafio da agricultura (incluindo aqui a irrigação) em terras áridas não seja novo, o aumento na salinidade do solo e, principalmente, a escassez de água são os principais estresses relacionados à mudança climática para a agricultura em todo o mundo, particularmente nos países em desenvolvimento. Nesse contexto, a produção agropecuária (incluindo a agricultura) bioessalina tem se apresentado como uma possibilidade estratégica para viabilizar a produção animal e vegetal em regiões áridas e semiáridas do mundo.
2. No Semiárido brasileiro é muito comum que as águas subterrâneas sejam salobras ou salgadas. Isto acontece com maior frequência nas regiões onde o substrato é cristalino, que, representa aproximadamente 80% da área do Semiárido (CIRILO, 2008). O resultado disto é que uma percentagem muito importante dos poços cavados no Semiárido tem água salobra ou salgada, imprópria para consumo humano. Assim, um estudo realizado pela CPRM / Serviço Geológico do Brasil, no âmbito do Projeto Cadastro da Infraestrutura Hídrica do Nordeste, pesquisou as fontes de abastecimento por poços tubulares localizados no semiárido do Nordeste, englobando oito estados do Nordeste²⁷, o norte de Minas Gerais e Espírito Santo. O levantamento, feito em 450 municípios do Semiárido, coletou amostras de 15.338 poços. Esse estudo revelou que apenas 25% dos poços cadastrados nessa área apresentam água doce (< 500 mg/L de STD²⁸)²⁹. Também revelou que 33% tinham água salobra (501 a 1500 mg/L de STD), enquanto que os 42% restantes tinham água salgada (> 1500 mg/L de STD) (MME-CPRM-SERVIÇO-GEOLÓGICO-DO-BRASIL, 2003). Em algumas localidades a proporção de poços salgados é até maior. No município de Boa Vista, no estado da Paraíba (município da área de atuação do PROCASE), numa amostra de 78 poços pesquisados, em somente 17% verificou-se a presença de águas de salinidade pequena a moderada. Nos demais 83% havia uma salinidade severa (FARIAS; FARIAS; DANTAS NETO, 2016).
3. Esta situação tem deixado muitas comunidades e famílias numa situação extremamente delicada no que se refere ao acesso a água, a começar pela água de consumo humano (água 'doce'). Esta situação tornou-se particularmente crítica durante a última 'grande seca', iniciada em 2011. Este contexto constituiu o alicerce para a ação do Programa Água Doce (PAD), que busca promover o "acesso à água de boa qualidade para o consumo humano, incorporando cuidados técnicos, ambientais e sociais na gestão dos sistemas de dessalinização, prioritariamente em comunidades rurais difusas do semiárido brasileiro" (BRASIL-MMA-

²⁷ Os estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia.

²⁸ STD – Sólidos Totais Dissolvidos.

²⁹ Uma água doce assim definida coincide com a categoria de 'água sem restrições' para irrigação (AYERS; WESTCOT, 1994). Cabe lembrar que o Programa Água Doce estipula que uma água com até 1000 mg/L de STD é considerada apta para consumo humano (BRASIL-MMA-SECRETARIA-DE-RECURSOS-HÍDRICOS-E-AMBIENTE-URBANO, 2015).

SECRETARIA-DE-RECURSOS-HÍDRICOS-E-AMBIENTE-URBANO, 2015). Até o mês de dezembro de 2018, o PAD já tinha instalado 508 dessalinizadores em outras tantas comunidades da região semiárida brasileira³⁰.

4. A instalação de um dessalinizador numa comunidade cria uma situação especial, sui generis, na qual este equipamento produz, para além de certa quantidade de água potável (boa para o consumo humano), uma quantidade relativamente importante de 'concentrado' (ou 'rejeito'), que é uma água com uma importante concentração de sais. Cabe frisar que esta salinidade do 'concentrado' depende, logicamente, do teor de sais da água original, do poço. No entanto a salinidade do rejeito será, sempre, maior que aquela da água do poço. Uma pesquisa realizada no município de Pentecostes no CE mostrou que o incremento da salinidade do 'rejeito', quando comparada com aquela da água do poço de origem, pode variar 20 a 41% (NEVES et al., 2017).

5. Esta situação faz com que se torne importante o uso deste 'concentrado', de forma a maximizar o aproveitamento de um recurso escasso (a água) e, ao mesmo tempo, minimizar os problemas que a sua acumulação (do 'concentrado' ou 'rejeito') e um destino inadequado poderiam causar³¹.

6. Nestas circunstâncias, o PAD preconiza que o rejeito seja utilizado de diversas maneiras, buscando aproveitá-lo como recurso e impedindo, desta feita, que se torne um agente de degradação ambiental. Propõe que o 'concentrado' seja utilizado, prioritariamente, na produção animal e vegetal. O Manual de Orientações Técnicas (BRASIL-MMA-SECRETARIA-DE-RECURSOS-HÍDRICOS-E-AMBIENTE-URBANO, 2015) orienta que o 'rejeito' seja utilizado para³²:

- dessedentação animal;
- irrigação, com plantas halófitas (agricultura bioessalina *strictu sensu*);
- criação de peixes.

7. Potencialmente, é possível combinar os três usos do 'concentrado' acima citados. Esta combinação deveria ser criada ou desenhada caso a caso, já que dependerá da disponibilidade de água / 'concentrado' (e das suas características) e também das necessidades e preferências das famílias / comunidades.

³⁰ A meta geral deste Programa é de instalar 1.200 dessalinizadores. (Cf. <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2017/12/09/140672-programa-agua-doce-planeja-2018.html>)

³¹ Por exemplo, os altos teores de salinidade fazem com que este rejeito seja um agente potencial de salinização do solo.

³² Para além destes usos na produção animal e vegetal, o Manual em questão afirma que o 'concentrado' pode ser aproveitado para 'uso doméstico' (como, por exemplo, em descargas sanitárias) (BRASIL-MMA-SECRETARIA-DE-RECURSOS-HÍDRICOS-E-AMBIENTE-URBANO, 2015) (p. 10).

8. A combinação ideal de atividades produtivas a partir do rejeito deveria incluir as três formas de uso acima citadas³³. Para além do seu produto próprio (o peixe), a piscicultura acrescenta uma quantidade significativa de matéria orgânica e nutrientes, o que é muito útil para a produção vegetal a ser irrigada com este ‘concentrado’ modificado. No entanto, sabe-se que a piscicultura é uma atividade bastante complexa, extremamente exigente na sua condução técnica e gerencial. Além disso, a opção de criação de peixes exige uma quantidade importante de água (do ‘concentrado’), o que requer que a vazão do poço seja alta e que o dessalinizador trabalhe durante mais horas por dia – o que nem sempre é possível. Por isso, a grande maioria das unidades de produção ‘biossalina’ que são implantadas na prática concentra as suas atenções na dessedentação animal e na agricultura ‘biossalina’.

- A dessedentação animal

9. Sendo a criação de animais uma atividade de importância em toda a região semiárida e considerando que estes animais têm uma tolerância à salinidade (cf. tabela abaixo), o fornecimento de água de ‘rejeito’ ao rebanho será certamente muito comum nas comunidades com dessalinizadores.

10. Diferentes documentos / autores situam o limite de tolerância das diferentes espécies de animais em patamares diferenciados. Assim, documento recente do Programa Água Doce (PAD) afirma que os bovinos de corte tolerariam até 10.000 mg/L de STD, enquanto que para os ovinos o limite seria 12.800 e para os caprinos 17.000 mg/L (BRASIL-MMA-SECRETARIA-DE-RECURSOS-HÍDRICOS-E-AMBIENTE-URBANO, 2015). No entanto, outras fontes (cf. tabela a seguir) situam os limites em patamares bem menores. Em geral, conclui-se que águas com níveis de STD entre 7.000 e 10.000 mg/L só devem ser fornecidas aos rebanhos (bovino, ovino e caprino) em situações muito excepcionais (ARAÚJO et al., 2011; BAGLEY; AMACHER; POE, 1997; RUNYAN; BADER, 1994).

Tabela A. Um guia para o uso de águas salinas para a pecuária e a avicultura

Teor de Sais Solúveis Totais das Águas = (mg/L ou ppm)	Observações
Menos de 1.000 mg/L (1670 umhos/cm ou 1.67 dS/m)	Estas águas têm um teor relativamente baixo de salinidade e não devem representar um problema para qualquer criação animal.
1.000 - 2.999 mg/L (1.67- 5.00 dS/m)	Estas águas devem ser satisfatórias para todas as classes de criação animal. Podem causar diarreia temporária e leve no rebanho não acostumado a elas, ou fezes aquosas em aves domésticas (especialmente nos níveis mais altos), mas não devem afetar sua saúde ou desempenho.
3.000 – 4.999 mg/L (5.00 – 8.35 dS/m)	Essas águas devem ser satisfatórias para os ruminantes e equinos, embora possam causar diarreia temporária ou, inicialmente, ser recusadas por animais que não estão acostumados a elas. Não são águas boas para aves, causando, muitas vezes, fezes aquosas e (nos níveis mais altos de

³³ O centro de pesquisa Embrapa Semiárido – localizado em Petrolina, em plena região semiárida de Pernambuco – vem pesquisando, desde o início dos anos 2000, o tema dos sistemas de produção integrados com ‘uso de efluentes da dessalinização’ (PORTO et al., 2004).

Teor de Sais Solúveis Totais das Águas = (mg/L ou ppm)	Observações
	salinidade) um incremento da mortalidade e diminuição do crescimento, especialmente em perus.
5.000 – 6.999 mg/L (8.35-11.70 dS/m)	Estas águas podem ser usadas com razoável segurança para gado leiteiro e de corte, ovelhas, suínos e equinos. Deve-se evitar o uso das águas que se aproximam dos níveis mais elevados para fêmeas grávidas ou lactantes. Não são águas aceitáveis para aves, quase sempre causando algum tipo de problema, especialmente próximo do limite superior, onde provavelmente haverá significativa redução do desempenho produtivo e até aumento da mortalidade.
7.000 – 10.000 mg/L (11.70 – 16.70 dS/m)	Estas águas são impróprias para aves e provavelmente para suínos. Com 7.000-10.000 mg / L, pode haver risco considerável de usá-las para vacas prenhes ou lactantes, cavalos, ovelhas, os animais jovens dessas espécies ou para qualquer animal submetido a forte estresse térmico ou perda de água. Em geral, seu uso deve ser evitado, embora ruminantes, cavalos e até mesmo aves e suínos possam subsistir por certos períodos de tempo sob condições de baixo estresse.
More than 10.000 mg/L - (16.70 dS/m)	Os riscos com essas águas com teores de sais muito altos são tão grandes que não podem ser recomendados para uso sob nenhuma condição.
35.000 mg/L - (58.45 dS/m)	Água do mar

(BAGLEY et al., 1997)

11. A literatura estabelece que uma cabeça caprina ou ovina consome, em média, aproximadamente 3 litros de água por dia (ARAÚJO et al., 2011). Já para um bovino adulto este consumo gira em torno de 50 litros /dia (PALHARES, 2005). Considerando a existência hipotética, numa comunidade, de um rebanho de 300 cabeças de caprinos e ovinos, somadas a 50 cabeças de bovinos, e partindo dos valores acima apontados, é possível estimar que este rebanho consumiria aproximadamente 3.400 litros d'água diariamente. Supondo que não existissem outras fontes d'água para dessedentação animal na comunidade, o rebanho poderia consumir uma parte relativamente importante do 'rejeito' produzido pelo dessalinizador (a depender da quantidade produzida diariamente).

- A agricultura 'biossalina'

12. A agricultura biossalina é um termo amplo que descreve a agricultura conduzida sob diferentes níveis salinos nas águas ou no solo, ou uma combinação de ambos (MASTERS; BENES; NORMAN, 2007). Um instrumento muito importante no manejo dos solos e das águas afetados pelo sal é o cultivo plantas capazes de viver em ambientes salinos – as plantas halófitas. Muitos estudos aplicados investigam o potencial de espécies halófitas para serem usadas com proveito em regiões áridas e semiáridas. Dentro de um universo de aproximadamente 2600 espécies deste tipo conhecidas, vários usos e impactos são possíveis. Em termos gerais, algumas espécies possuem maior potencial econômico para a alimentação humana, a produção de forragem, madeira e matérias primas (fibras, etc.); outras têm pronunciado potencial ecológico devido à sua função na dessalinização do solo, fixação de dunas, etc. (ASLAM et al., 2011).

13. Assim, conforme foi dito acima, a escolha das plantas a serem cultivadas concentra a maior atenção quando o tema é a agricultura bioassalina. Infelizmente, várias culturas alimentares comuns no Semiárido – tais como o feijão comum (*Phaseolus vulgaris*), o milho (*Zea mays*), o gergelim (*Sesamum indicum*) – são bastante sensíveis à salinidade, não podendo ser incorporadas numa ideia de agricultura bioassalina (RHOADES; KANDIAH; MASHALI, 1992). Mas existe uma variedade importante de plantas capazes de crescer sob condições de solo e água salinos. Já outras plantas, que alguns pesquisadores denominam de ‘halófitas verdadeiras’ (true halophytes), se desenvolvem melhor num ambiente salino que em outras situações. Em geral, estas espécies também permitem a retirada de sais de solos salinos.

14. Acontece que muitas das plantas de ambiente salino representam um recurso alimentar para o gado. Em níveis relativamente mais baixos de salinidade (<10 dS/m), existem tanto leguminosas quanto gramíneas com tolerância a estes níveis de salinidade capazes de fornecer 5 a 10 t de matéria seca (MS) utilizável como forragem por ano, particularmente quando a disponibilidade de água é alta. Em altas concentrações de sal (>25 dS/m), os níveis de produção diminuem e as opções de plantas também ficam significativamente mais restritas. No entanto, mesmo nessas altas salinidades, há uma variedade de gramíneas e arbustos halófitos que podem produzir uma boa quantidade MS comestível por ano (MASTERS et al., 2007).

15. No âmbito mundial, a pesquisa está despertando para esta questão da agricultura bioassalina ou agricultura halófito. Conforme já foi dito, sabe-se que existem muitas plantas já cultivadas – produtoras de alimentos, de forragem, madeira, etc. – que têm tolerância de níveis relativamente altos de salinidade (PANTA et al., 2014). No Brasil, no entanto, a investigação sobre este tema ainda é recente. A unidade de pesquisa Embrapa Semiárido tem largado na frente neste domínio. Buscando entender melhor o potencial da agricultura bioassalina para a região semiárida, pesquisadores deste Centro vêm trabalhando a agricultura bioassalina desde o início do século em curso. Estas pesquisas levaram em consideração a escassez, no Semiárido, de águas de boa qualidade para serem utilizadas na irrigação. Mas o desafio colocado pelo ‘concentrado’ dos dessalinizadores que vêm sendo instalados na região desde os anos 1990 foi o principal impulso para estes trabalhos. Os resultados destas pesquisas mostram que a principal utilização das áreas irrigadas com águas salinizadas deverá ser para a produção de forragem, levando em consideração o perfil das espécies que melhor se desenvolvem nas condições colocadas (tipos de solo, tipo de água de irrigação, etc.) e considerando também o fato de que a criação de ruminantes é uma atividade econômica importante em toda a região.

16. Uma parte importante destas pesquisas tem se concentrado na escolha da ‘erva-sal’ (*Atriplex numulária* Lindl.) (FARIAS et al., 2016; PORTO et al., 2004; SILVA, J. R. R. et al., 2009). Nos testes realizados no Semiárido brasileiro, este arbusto, originário da Austrália, tem permitido a obtenção de uma produção muito interessante de forragem de boa qualidade. Assim, pesquisas realizadas na região semiárida brasileira indicam uma produtividade para a erva-sal de 10,8 toneladas /hectare de Matéria Seca (SILVA, J. R. R. et al., 2009), o que pode ser considerado um rendimento compatível com muitas forrageiras irrigadas com água não salina

(O'LEARY, 1986; PORTO et al., 2004). Para além desta utilidade, é muito importante destacar outra característica desta planta: ela absorve uma quantidade importante sais do solo, sendo considerada uma planta fitoextratora de sais (PEQUENO; SILVA; BRASILEIRO, 2014). Já existem pesquisas no Brasil sobre o potencial da erva-sal como planta recuperadora de solos salinizados (PEQUENO et al., 2014).

17. Por outro lado, também existem pesquisas, implementadas pela Embrapa Semiárido e pelo INSA (Instituto Nacional do Semiárido), que estão testando outras plantas mais conhecidas dos/as agricultores/as, tais como o sorgo, a palma forrageira, a gliricídia (*Gliricídia sepium*), a leucena (*Leucaena leucocephala*), a moringa (*Moringa oleífera*) (CAVALCANTI; CAVALCANTI; COELHO JR., 2018; SILVA, R. H. D., 2018), sempre na linha da produção de forragem com alguma forma de irrigação. Embora nenhuma destas espécies se comporte com a mesma desenvoltura demonstrada pela erva-sal em situações de alta salinidade, várias delas apresentam níveis de tolerância interessantes, mas não sendo o que foi definido acima como 'halófitas verdadeiras'. Mas estas espécies com tolerância deverão permitir o cultivo de áreas consorciadas, por exemplo, com a erva-sal, em muitas situações. Pesquisas mais recentes apontam também para a possibilidade de produção de mudas de espécies nativas da caatinga, na medida em que foi comprovada a tolerância à salinidade das sementes de várias destas espécies (DANTAS et al., 2014).

18. Mas cultivar uma parcela irrigada nas condições acima apontada exige, para além de uma cuidadosa escolha das plantas a serem cultivadas, uma atenção especial para outras práticas no âmbito do manejo da parcela cultivada. Alguns aspectos se destacam neste domínio. O primeiro se refere à escolha do tipo de solo: é importante utilizar solos leves e evitar solos muito rasos (SILVA, J. L. D. A. et al., 2014). Também é relevante utilizar adubação orgânica de maneira generosa (CAVALCANTI et al., 2018). Finalmente, o sistema e o manejo da irrigação deverão permitir que seja fornecida às culturas apenas a água estritamente necessária, e de forma a que ela seja aproveitada o mais plenamente possível pelas plantas cultivadas (buscando diminuir a evaporação direta do solo). Assim, isto fez, por exemplo, com que o Programa Água Doce (PAD) escolhesse o sistema de irrigação localizada, denominado 'xique-xique'³⁴.

19. Levando em consideração o que foi dito anteriormente, seria importante que as áreas de cultivo a serem instaladas na proximidade de dessalinizadores se inspirem nos sistemas pensados pelo Programa Água Doce. A instalação destes sistemas deverão respeitar alguns requisitos mínimos referidos à vazão do poço e à produção de 'concentrado'³⁵. Respeitados

³⁴ O sistema xique-xique é um sistema de irrigação localizada, de aplicação de água através de tubos perfurados, com diâmetro do furo de no máximo 1,6 mm, com distância entre furos de 20 cm, usado frequentemente nas culturas de hortaliças. Para outros tipos de culturas (ex: fruteiras) o espaçamento entre os orifícios vai depender do espaçamento da cultura. (COELHO et al., 2012)

³⁵ O Documento Base do Programa Água Doce afirma que um poço com vazão de 3.000 L/hora e o funcionamento do dessalinizador durante 8 horas por dia, 7 dias por semana, devem produzir uma quantidade suficiente de 'concentrado' para dessedentar um rebanho, criar peixes e irrigar uma parcela de 0,6 hectares.

estes requisitos, na parte agrícola poderá ser instalada uma área de aproximadamente 1 hectare, numa área apropriada, próxima do dessalinizador e com tipo de solo adequado. Dado o caráter comunitário do dessalinizador, seria importante que a área cultivada também tenha esta característica comunitária, sob a gestão do ente local (associação, etc.) que tem a responsabilidade de cuidar do equipamento mencionado. Esta área cultivada deverá permitir que a organização local produza e venda a forragem produzida, ou estabeleça uma outra forma comunitária de usufruto do produto. Conforme vimos no parágrafo anterior, deverá ser instalado um sistema de irrigação 'xiquexique'. Acompanhando o que foi trabalhado pelas pesquisas feitas sobre este tema, a principal cultura a ser implantada nesta área será a erva-sal (*Atriplex nummularia*), que terá a finalidade, para além de produzir forragem, de controlar a salinidade do solo, garantindo a sustentabilidade do sistema deste ponto de vista. Seguindo os princípios que são a base dos sistemas agroflorestais sustentáveis, também neste caso se buscará diversificar o que será plantado nesta parcela, escolhendo cuidadosamente outras plantas que sejam tolerantes à salinidade, e que ocupem outro estrato complementar àquele da erva sal. Assim, deverão ser plantadas nesta área mudas de algumas árvores da caatinga, assim como de gliricídia e de leucena. O produto desta parcela irrigada será principalmente de forragem para o rebanho³⁶. Finalmente, será realizado um monitoramento regular das condições do solo da parcela cultivada, buscando evitar que a área seja prejudicada com esta atividade³⁷.

Referências citadas

- ARAÚJO, G. G. L. et al. A água nos sistemas de produção de caprinos e ovinos. In: VOLTOLINI, T. V. (Ed.). **Produção de caprinos e ovinos no Semiárido**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2011. p.69-93.
- ASLAM, R. et al. A critical review on halophytes: Salt tolerant plants. **Journal of Medicinal Plants Research**, v. 5, n. 33, p. 7108 - 7118, 2011.
- AYERS, R. S.; WESTCOT, D. W. **Water quality for agriculture** 3rd. ed. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1994. 153 p. Available at: <http://www.fao.org/3/t0234e/T0234E00.htm#TOC>
- BAGLEY, C. V.; AMACHER, J. K.; POE, K. F. **Analysis of water quality for livestock**. Logan: Utah State University Extension - Electronic publishing. Available at: https://digitalcommons.usu.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1105&context=extension_histall 1997.
- BRASIL-MMA-SECRETARIA-DE-RECURSOS-HÍDRICOS-E-AMBIENTE-URBANO. **Orientações Técnicas dos Componentes do Programa Água Doce para Implantação dos Sistemas de Dessalinização**. Brasília, DF: MMA - Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Available at: <https://www.srh.ce.gov.br/wp->

³⁶ Conforme foi dito anteriormente (nota de pé de página 25), pesquisas realizadas na região semiárida brasileira indicam uma produtividade para a erva-sal de 10,8 toneladas /hectare de Matéria Seca (SILVA, J. R. R. et al., 2009), o que pode ser considerado um rendimento compatível com muitas forrageiras irrigadas com água não salina (O'LEARY, 1986).

³⁷ As principais variáveis a serem monitoradas serão aquelas relacionadas com a possível acumulação de sais no solo.

content/uploads/sites/90/2018/07/aguadoce_orientacoes_tecnicas_22jun15rev.pdf: 70 p. 2015.

- CAVALCANTI, R. S. T.; CAVALCANTI, M. L. C.; COELHO JR., L. M. C. Manejo do solo e água com o uso da agricultura bioassalada: uma nova tecnologia para o Semiárido Pernambucano. III Simposio Nacional de Estudos para Produção Vegetal no Semiárido - SINPROVS, 2018. Campina Grande, PB. Anais SINPROVS, 7 a 9 de maio de 2018.
- CIRILO, J. A. Políticas públicas de recursos hídricos. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 63, p. 61-82, 2008.
- COELHO, E. F. et al. **Sistemas de irrigação para agricultura familiar** Cruz das Almas, BA: EMBRAPA Mandioca e Fruticultura, 2012. 7 p.
- DANTAS, B. F. et al. Germinative metabolism of Caatinga forest species in bioassalated agriculture. **Journal of Seed Science**, v. 36, n. 2, p. 194 - 203, 2014.
- FARIAS, D. S. C. R.; FARIAS, S. A. R.; DANTAS NETO, J. **Indicação de plantas para irrigação das águas com teores elevados de sais na região de Boa Vista-PB**. Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia CONTECC'2016. Foz de Iguaçu, PR 2016.
- MASTERS, D. G.; BENES, S. E.; NORMAN, H. C. Bioassalated agriculture for forage and livestock production. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, n. 119, p. 234 - 248, 2007.
- MME-CPRM-SERVIÇO-GEOLÓGICO-DO-BRASIL. **Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste**. Relatório Preliminar - 1ª Etapa - 225.000 km² - Versão Beta. Brasília: MME-CPRM-Serviço-Geológico-do-Brasil. Available at: https://www.cprm.gov.br/publique/media/hidrologia/mapas_publicacoes/cadastramento_fontes_semiarido_brasileiro.pdf 2003.
- NEVES, A. L. R. et al. Aspectos socioambientais e qualidade da água de dessalinizadores nas comunidades rurais de Pentecoste-CE. **Ambiente & Água - An Interdisciplinary Journal of Applied Science**, v. 12, n. 1, p. 124 - 135, 2017.
- O'LEARY, J. W. A critical analysis of the use of Atriplex species as crop plant for irrigation with highly saline water. In: AHMAD, R. e SAN PIETRO, A. (Ed.). **Prospects of bioassalated research**. Karachi: Karachi University, 1986. p.416 - 432.
- PALHARES, J. C. **Estimando o consumo de água de suínos, aves e bovinos em uma propriedade** Concórdia, SC: Embrapa Suínos e Aves 2005.
- PANTA, S. et al. Halophyte agriculture: Success stories. **Environmental and Experimental Botany**, n. 107, p. 71 - 83, 2014.
- PEQUENO, O. T. D. L.; SILVA, J. L. B. C. D.; BRASILEIRO, I. M. D. N. Fitoextração de sais através de estresse salino por Atriplex nummularia em solo do Semiárido paraibano. **Revista Saúde e Ciência**, v. 3, n. 3, p. 37 - 52, 2014.
- PORTO, E. R. et al. **Sistema de Produção Integrado Usando Efluentes da Dessalinização**. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido, 2004. 22 p.
- RHOADES, J. D.; KANDIAH, A.; MASHALI, A. M. **The use of saline waters for crop production**. Rome: FAO, 1992. 133 p.
- RUNYAN, C.; BADER, J. Water quality for livestock and poultry. In: AYERS, R. S. e WESTCOT, D. W. (Ed.). **Water quality for agriculture**. Rome: FAO, 1994.

SILVA, J. L. D. A. et al. Uso de águas salinas como alternativa na irrigação e produção de forragem no semiárido nordestino. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 18, n. Suplemento, p. S66 - S72, 2014.

SILVA, J. R. R. et al. **Produção de erva-sal cultivada em diferentes espaçamentos e irrigada com rejeito de dessalinizadores no semi-árido**. 46a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia. Maringá, PR: Sociedade Brasileira de Zootecnia 2009.

SILVA, R. H. D. **Crescimento de palma forrageira irrigada com água salina**. 2018. 65 p. (PhD). Programa de Pós-Graduação em Zootecnia, Universidade Federal de Viçosa

Brazil

Cariri and Seridó Sustainable Development Project (PROCASE-Paraiba)

Supervision Report

Appendix 5: Mission preparation and planning, TORs, schedules, people met

Mission Dates: 25/03/2019 - 05/04/2019

Document Date: 07/05/2019

Project No. 1100001487

Report No. 5035-BR

Latin America and the Caribbean
Programme Management Department

APPENDIX 5: MISSION PREPARATION AND PLANNING, TORS, SCHEDULES, PEOPLE MET

1. A Missão do FIDA foi composta por Claus Reiner (Diretor País), Leonardo Bichara Rocha (Oficial de Programas do FIDA no Brasil), Emmanuel Bayle (Coordenador Técnico da Missão e Especialista em Desenvolvimento Rural), Diovanne Filho (Especialista em Comunicação, Programa Semear Internacional-PSI), Danilo Pisani (Especialista em Gestão Financeira), Lucianna Matte (Especialista em Aquisições e Contratações), Donivaldo Martins (Especialista em Recursos Hídricos), Pablo Sidersky (Especialista em Assistência Técnica e Investimentos Diretos), Rodrigo Dias (Especialista em Planejamento, Monitoramento e Avaliação), Pedro Meloni (Especialista em Projetos Produtivos) e Conceição Dantas (Especialista em Focalização – Gênero, Juventude, Raça e Etnia).

2. Durante a supervisão, a missão visitou 19 municípios da área de cobertura do Procasse: Barra de Santa Rosa, Camalaú, Cubati, Desterro, Gurjão, Juazeirinho, Junco do Seridó, Monteiro, Nova Palmeira, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Remígio, Santa Luzia, Santo André, São Vicente do Seridó, Sossego, Sumé e Tenório, compreendendo 25 comunidades com projetos produtivos (PP), investimentos diretos e planos emergenciais, 4 prefeituras com barragens e 3 grupos com dessalinizadores.

Reuniões realizadas:

3. Houve reuniões com o Secretário da Agricultura e da Pesca (SEDAP), Secretário da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS), Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), Secretário do Planejamento (SEPLAG) além de várias outras reuniões técnicas, conforme agenda abaixo.

**AGENDA: Missão de Supervisão do PROCASE - Roteiro de Campo e Reuniões
 Institucionais**

Dia	Grupo	Manhã	Tarde
24/03 Domingo	EQUIPE FIDA	Chegada a João Pessoa Leonardo Bichara, Emmanuel Bayle, Danilo Pisani, Lucianna Matte, Rodrigo Dias, Pedro Meloni, Pablo Sidersky, Donivaldo Martins, Conceição Dantas e Diovanne Filho (Semear Internacional)	
25/03 Segunda	EQUIPE FIDA	HOTEL MANAÍRA 8h – 9h – Reunião interna FIDA UGP PROCASE 9:30 – 12:30 - Reunião de apresentação dos avanços do projeto pela UGP	Deslocamento: Município: João Pessoa – Campina Grande – 15h: 130 km – 1h30 Pernoite: Campina Grande
26/03 Terça	GRUPO 1 Leonardo, Pablo e Diovanne Motorista (Jailson) PROCASE Cida/ Nicholas	Deslocamento: Campina Grande – Gurjão – 86 km – 1h30 Município: Gurjão Saída: 8h Visita: 9h30 Comunidade: Área urbana Projeto Produtivo: Associação dos Artesãos em Tapeçaria de Gurjão (Artesanato)	Deslocamento: Gurjão – Monteiro – 106 km – 1h20 Município: Monteiro Saída: 11h Visita: 14h Comunidade: Área urbana Projeto Produtivo: CAPRIBOM (Energia Solar para unidade de beneficiamento de leite de cabra)
		Almoço: Monteiro	Pernoite: Monteiro
	GRUPO 2 Pedro, Conceição e Danilo Motorista (Marciano) PROCASE Wallene /Maria	Deslocamento: Campina Grande – Pedra Lavrada – 90 km – 1h30 Município: Pedra Lavrada Saída: 7h Visita: 9h30 Comunidade: Assentamento Caiçarinha Projeto Produtivo: Ovinocultura	Deslocamento: Pedra Lavrada – Santa Luzia – 100 km – 1h20 Município: Santa Luzia Saída: 11h Visita: 14h Comunidade: Saco dos Goitís Projeto Produtivo: (UA, SAF e PP – Quintais Produtivos e Viveiro)
		Almoço: Soledade	Pernoite: Soledade
	GRUPO 3 Manu, Rodrigo e Lucianna Motorista (Roberto) PROCASE Alex/Thiago	Deslocamento: Município Campina Grande – Picuí – 128 km – 2h Saída: 7h Visita: 9h Comunidade: Mari Preto Projeto Produtivo: Associação Comunitária da Caatinga (PP– Polpa de Frutas, Energia Solar e SAF)	Deslocamento: Picuí – Sossego – 54 km – 30min Município: Sossego Saída: 13h30 Visita: 14h Comunidade: Bom Sucesso Projeto Produtivo: SAF - Frutífero
		Almoço: Picuí	Pernoite: Picuí
	Grupo 4 Donivaldo Motorista: André Silva PROCASE: André Silva/Rocha	Deslocamento: Município: Campina Grande – Gurjão – 86 km – 1h30 Saída: 8h Visita: 9h30 Comunidade: Angicos Projeto Produtivo: Dessalinizador	Deslocamento: Município: Gurjão – - 18 km – 0:30h Saída: 13h30 Visita: 14h / 16h Comunidade: Lagoas II / Roçado do Mato Projeto Produtivo: Dessalinizador
		Almoço: Gurjão	Pernoite: Soledade
27/03 Quarta	GRUPO 1 Leonardo, Pablo e Diovanne Motorista (Jailson) PROCASE Cida/ Nicholas	Deslocamento: Município: Monteiro - Camalaú – 78km – 1h Saída: 8h Visita: 9:30h Comunidade: Beira Rio Projeto Produtivo: SAF Camalaú - Forrageiro	Deslocamento: Município: Camalaú / Camalaú - Sumé – 45km – 40 min Saída: 13h Visita: 14h30 Comunidade: COOPESCAF (Camalaú) Projeto Produtivo: COOPESCAF (Caminhão Frigorífico)

Dia	Grupo	Manhã	Tarde
		Almoço: Camalaú	Pernoite: Sumé
	GRUPO 2 Pedro, Conceição e Danilo Motorista (Marciano) PROCASE Wallene /Maria	Deslocamento: Município: Soledade – Junco do Seridó – 45 km – 36 min Saída: 8h20 Visita: 9h Comunidade: Bom Jesus Projeto Produtivo: Associação dos Produtores Rurais do Distrito de Bom Jesus (Caprinocultura) Aeroporto de Campina Grande 12h: Saída do Consultor Danilo Pisani	Deslocamento: Local Município: Junco do Seridó Saída: - Visita: 14h Comunidade: Sítio Carneira Projeto Produtivo: Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Carneira Veríssimo (Fruticultura)
		Almoço: Junco do Seridó	Pernoite: Soledade
	GRUPO 3 Manu, Rodrigo e Lucianna Motorista (Roberto) PROCASE Alex/Thiago	Deslocamento: Município: Cuité – Nova Palmeira – 70 km – 1h/ Nova Palmeira – Cubati – 40 km – 35 min Saída: 7h30 Visita: 8h30 Comunidade: Quilombola Serra do Abreu (Projeto Produtivo de beneficiamento de fruta) Saída: 10hs Visita: 11hs Comunidade: Assentamento São Domingos Projeto Produtivo: SAF São Domingos (Cubati) Deslocamento para João Pessoa 14h - Consultores Lucianna Matte e Rodrigo Dias e Wallene	Deslocamento: Município: Cubati – Juazeirinho – 54 km – 50 min Saída: 14h Visita: 15h Comunidade: ACCOMJ Projeto Produtivo: Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Município de Juazeirinho (Caprinocultura)
		Almoço: Cubati	Pernoite: Soledade
	Grupo 4 Donivaldo André Silva/Rocha	Deslocamento: Município: Soledade – Desterro – 95 km – 1:30h Saída: 8h Visita: 9h30 Barragem Coronel Jueca – Desterro Desterro – Tenório – 77 km – 1:10h Saída: 10h30	Visita Barragem Riacho Fundo Visita: 13h30 Deslocamento: Município: Tenório – São Vicente do Seridó – 60 km – 1h10 Saída: 14h30 Visita: 15h30 Visita: Barragem Cacimbinha
28/03 Quinta	GRUPO 1 Leonardo, Pablo e Diovanne Motorista (Jailson) PROCASE Cida/ Nicholas	Deslocamento: Município: Sumé – Monteiro – 36 km Saída: 8hs Visita: 8h30 Comunidade: Vila Lafayete - Monteiro) Projeto Produtivo: Patrulha Mecanizada	Deslocamento: Município: Monteiro - Sumé – João Pessoa - 266 km – 3:30 min Saída: 13h Visita: 14h Comunidade: Princesa do Juá Projeto Produtivo: Dessalinizador Retorno para João Pessoa
		Almoço: Monteiro	Pernoite: João Pessoa
	GRUPO 2 Pedro, Conceição e Manu	Deslocamento: Município: Soledade – Barra de Santa Rosa – 117 km – 1h30	Deslocamento: Município: Barra de Santa Rosa Saída: -

Dia	Grupo	Manhã	Tarde
	Motorista (Roberto) PROCASE Alex/Thiago/Maria	Saída: 7h30 Visita: 9h00 Comunidade: Projeto de Assentamento Riacho da Cruz Projeto Produtivo: Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Produtores do Assentamento (Caprinocultura)	Visita: 11h00 Comunidade: Projeto de Assentamento Riacho do Sangue Projeto Produtivo: Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Produtores do Assentamento (Caprinocultura) Retorno para João Pessoa
		Almoço: Areia	Pernoite: Hotel Manaíra
	GRUPO 4 Donivaldo	Deslocamento: Município: Soledade – Pedra Lavrada – 35 km – 0:30h Saída: 8h Visita: 9h Barragem de Porcos Deslocamento: Município: Pedra Lavrada – Picuí – 45 km – 1:00h	Visita: Plano Emergencial Comunidades: Lagoa do André / Boa Sorte Visita: 13h30 / 15h30 Retorno para João Pessoa
		Almoço: Picuí	Pernoite: Hotel Manaíra
	Grupo 5 Rodrigo e Lucianna	UGP PROCASE 9h - Reuniões bilaterais	UGP PROCASE 14h – Reuniões Bilaterais Pernoite: Hotel Manaíra
29/03 Sexta	Grupo FIDA	HOTEL MANAÍRA 08h – Reunião da equipe FIDA. Chegada de Danilo Pisani a João Pessoa	UGP PROCASE 14h - Reunião de restituição das visitas de campo e do trabalho da equipe que ficou em João Pessoa. Participação da UGP e de representante de cada escritório regional
30/03 Sábado	Grupo FIDA	HOTEL MANAÍRA 08h – Reunião da equipe FIDA: Alinhamento para o Memorando da Missão de Supervisão	HOTEL MANAÍRA Preparação do Memorando
31/03 Domingo	Grupo FIDA	HOTEL MANAÍRA Preparação do Memorando	HOTEL MANAÍRA Preparação do Memorando
01/04 Segunda	Grupo FIDA	UGP PROCASE 9h - Reuniões bilaterais 9h – Reunião UGP sobre Prestação de Contas 9h – Reunião na SEIRHMA e Programa Água Doce	13h- Chegada de Claus Reiner a João Pessoa UGP PROCASE 14h – Reunião com as entidades de AT. 14h – Reunião UGP sobre Prestação de Contas. 14h - Reuniões bilaterais Claus Reiner 16 h: Deslocamento para Campina Grande (130 km – 1,30 h) Pernoite em Campina Grande (Hotel Village Comfort)
02/04 Terça	Grupo FIDA	UGP PROCASE 9h - Reuniões bilaterais 9h – Reunião Secretaria da Mulher e Diversidade Humana. 11h – Reunião Secretaria Executiva da Juventude	HOTEL MANAÍRA Preparação do Memorando

Dia	Grupo	Manhã	Tarde
		11h- Reunião com a Secretária Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária	
	Claus Reiner e uma pessoa da UGP	Deslocamento: Campina Grande – Parari (110 km – 1,30 h) Saída: 7.30 h Município: Parari Comunidade: Campo Grande 09 h: Visita Projeto Produtivo: Caprinocultura de leite Almoço na Comunidade	Deslocamento: Parari – Sumé (60 km – 1h) Município: Sumé Comunidade: Princesa do Juá (com participação do Robi Coordenador do Programa Água Doce) Visita de dessalinizador Deslocamento Sumé – Campina Grande 140 km – 2h Pernoite em Campina Grande (Hotel Village Comfort)
03/04 Quarta	Grupo FIDA	HOTEL MANAÍRA Preparação do Memorando 9h- Reunião com o Secretário da Fazenda	HOTEL MANAÍRA 14h – Envio das Partes do Memorando para o FIDA
	Claus Reiner e uma pessoa da UGP	Deslocamento: Campina Grande – Picuí (130 km – 2h) Saída: 7 h Município: Picuí Comunidade: Mari Preto 09h: Visita COOASC (Cooperativa Agroindustrial do Seridó e Curimataú) – Beneficiamento de frutas Visita do SAF 11 horas. Deslocamento Picuí – Remígio (90 km – 1:30 h)	Município de Remígio Comunidade: Negra Camara 14 h: Visita do SAF na propriedade de Rivaldo 16 h: Retorno para João Pessoa (150 Km – 2:30)
04/04 Quinta	Grupo FIDA	HOTEL MANAÍRA Elaboração do ORMS	HOTEL MANAÍRA 14h – Envio das Partes do ORMS 16h- Assinatura do Memorando
05/04 Sexta	Grupo FIDA	HOTEL MANAÍRA 09h – Reunião final de nivelamento e discussão do ORMS	FIM DA MISSÃO 12h – Saída de João Pessoa

Termos de Referência dos Membros da Missão.

Os TdR dos membros da equipe para os trabalhos da missão encontram-se abaixo.

Leonardo Bichara Rocha – Country Programme Officer and Team Leader

As CPO and team leader, and under the overall supervision of the Country Director, he will:

- Lead the team towards the achievement of the mission's overall objectives;
- Liaise with project and government officials regarding the mission objectives, composition and tasks, and programming;
- Prepare the official communication with project authorities;
- Liaise with the mission technical coordinator to decide on mission agenda, field visits and technical issues;
- Represent IFAD at mission meetings with local government officials (Secretary of State of Finance, Agriculture and Planning and Governor's staff);
- Ensure the overall consistency of mission agreements and recommendations with the project's objectives, aiming at high levels of outreach and sustainability, and taking into consideration the IFAD commitments for IFAD11;
- Prepare the mission documentation based on team members' inputs, including mission memorandum, supervision report and ORMS files.

Emmanuel Bayle – mission technical leader and production specialist

The consultant will:

- Evaluate the stock of business plans under implementation and assess the extent to which they are aligned with Project goals and development objectives;
- Evaluate progress in the direct investments, such as emergency water access plans, solar/wind power structures, small dams, and irrigation plans;
- Provide recommendations to accelerate implementation, approval and disbursement of business plans and the direct investments;
- Review the overall quality of the technical assistance for the business plans and the direct investments, including the emergency water access plans;
- Analyse the types and profiles of productive activities and the extent to which they include aspects such as sustainability as well as financial and economic results;
- Analyse the integration of water-related activities - such as micro irrigation schemes - in the business plans;
- Identify ways to improve the investments' long-term sustainability, targeting strategy and the incorporation of women, young people and traditional communities;
- Assess progress in component 3 (natural resource management and adaptation to climate change), analysing the extent to which the business plans proactively deal with climate change adaptation and good practices in natural resource management;
- Review the project activities aiming at preparing the State for the project to be financed by the GCF;
- Check progress on meeting overall and annual targets and propose corrective actions;
- Ensure team members' agenda and proposals, ensuring overall consistency;
- Other tasks as may be reasonably defined by the CPO.

Pablo Sidersky –technical assistance (TA) and direct investment specialist

The consultant will be expected:

- To review the quality of the: i) technical assistance (TA) of the business plan; ii) outreach and impact of the direct investments (including the emergency water access, but also the solar/wind irrigation plans, as well as the 7 government action plans implemented in accordance with the MTR); iii) long- term income-generation

sustainability of all project activities;

- To review the capacity-building role of the additional consultants hired under the PCT IICA and its quality and consistency;
- To assess the project operational instruments, especially in the following areas: i) criteria and selection of communities, organizations and beneficiaries; ii) technical assistance and rural extensions services arrangements, particularly those offered to land settlement beneficiaries; iii) capacity building and training; and iv) social mobilization;
- To review the technical assistance and rural extension strategy, including its implementation and effectiveness. Suggest measures for enhanced project implementation;
- To assess the project's collaboration with other entities or organizations, especially civil society, farmers' organizations, and other projects/programmes;
- To assess the project's overall alignment with public policies and programs;
- To identify needs and bottlenecks in project implementation;
- To identify specific needs and demands for technical assistance and rural extension services, training and capacity building in associations/organizations and beneficiary communities;
- Other tasks which may be reasonably defined.

Lucianna Matte – procurement and contracts specialist

The consultant will:

- Review Project Procurement activities, including procurement planning, implementation and oversight, procurement capacities and processes, and documentation;
- Conduct field review of procurement activities and contracts of beneficiary associations/organizations;
- Assess the adequacy of guidance, capacity building and oversight of procurement processes managed by beneficiary associations/organizations;
- Advise on procurement issues, propose sound solutions to correct procurement deficiencies or deter future ones;
- Identify risks of procurement practices and suggest mitigation measures;
- Deliver procurement training for project staff and partners responsible for procurement;
- Review and guide the CD and CPOs on no-objections;

Conceição Dantas – targeting (youth, gender, traditional communities) specialist

The consultant will be expected:

- To analyse the conceptual framework of the project regarding gender and targeting and its integration in the criteria for selections of communities, organizations and beneficiaries;
- To assess the application of gender and targeting strategies in productive investments, and direct investments, such as emergency plans, solar/wind power irrigation, small dams, and the 7 action plans agreed with the government;
- To analyse the results obtained so far for women, traditional communities and youth, both in productive investments as well as direct investments and review the role of the existing technical assistance in ensuring its effectiveness.
- To propose improvements to ensure the provision of adequate technical assistance to the above target groups;
- To review the targeting methodology with focus on gender, young people, settlements and traditional communities;
- To review the implementation of the IFAD Gender Action Plan, kickstarted in December 2018 at the Gender Workshop;
- To assess the targeting needs and possible bottlenecks in project implementation,

and propose fast-track course of action to overcome any problem areas;

- To support the productive development specialist in the analysis of business plans and direct investments;
- To assess the communication flows between the field and PMU and propose corrective measures;
- To propose measures to ensure effective and efficient communication with external partners and agencies;
- Other pertinent tasks as reasonably indicated.

Rodrigo Dias – monitoring & evaluation and planning specialist

The consultant is expected:

- To review the project operations of the Brazil M&E system, data inputting, data retrieval to date;
- To review the functionality and design of IFAD Brazil's new M&E system – the DATA.FIDA, and check its suitability within the M&E module for the particular case of Procace, and the extent to which it incorporates all project activities, data, information and analysis for the productive investments and the direct investments, including the emergency irrigation plans, the small dams, desalinators, ditches and the 7 action plans and respective beneficiary information;
- Provide updated physical progress data on the project in the Operational Results Management System (ORMS) format;
- Review the reporting against the Logical Framework of the Project;
- To review and update the insertion of data in the current IFAD Brazil M&E System;
- To review the quality of the technical sections of the Project Progress Report and make recommendations
- Review the implementation of the AWPB with physical indicators and activities;
- To examine the proactivity of the M&E team in guiding project planning, and recommend improvements;
- To review project implementation by region and project type (direct investment, emergency plan, productive investment, irrigation, small dams, desalinators, 7 action plans etc) and liaise with the productive investment consultant for the appropriate recommendations;
- To review the PMU's system of tracking the 89 business plans (e.g., for implementation speed), and propose improvements;
- Review the PMU proposal of a revised logical framework format for the end of the project implementation period, incorporating IFAD's new Logical Framework guidelines and Core Indicators selection;
- To update information regarding indicators of projects and provide a report on their attainment;
- To support the M&E team in preparing for the final year project impact evaluation as well as all knowledge management materials;
- To assess the implementation and work carried out by project partners, contracted consultancies, take stock of their work and provide recommendations;
- Other tasks which may be reasonably defined.

Danilo Pisani – financial management specialist

The consultant will:

- In accordance with IFAD's risk-based approach for supervision activities, use IFAD's FM Assessment Questionnaire as the basis to collect relevant information concerning the strengths and weaknesses of financial management systems, internal controls and financial reporting systems relating to FM and financial administration of project funds. This will include monitoring compliance with IFAD's fiduciary requirements, assessing the adequacy of national FM systems and assessing projects' financial

progress. On the basis of the findings he will make appropriate recommendations;

- Draft FM-related sections of the supervision reports, ensuring adherence to IFAD FM and fiduciary standards. Ensure review of previous missions and auditor's recommendations and ex-post review of documentation relating to project expenditures in line with IFAD guidelines. For the supervision report, propose the relevant ratings for financial aspects and corresponding justifications, and provide financial tables as per IFAD standards;
- Analyse projects' disbursements, identify current or potential inefficiencies and bottlenecks in the disbursement process, and propose specific solutions. Generally promote adequate project liquidity and efficient flow of funds.

Pedro Meloni, business plans specialist

The consultant is expected:

- To analyse the coherence of the approved business plans with market perspectives (demand versus supply), prices and income generation outlook;
- To analyse the project's review mechanism of business plan proposals;
- To review the PMU's timetable for disbursements against business plans and improvements in order to attain the Project goals;
- To analyse the progress with the business plan approvals and technical assistance. In this regard, when necessary, to propose improvements to ensure adequacy of business plans and technical assistance to the targeted communities;
- To analyse the knowledge and tools within the beneficiary communities with regard to access to markets and gaps to be filled by technical assistance;
- To analyse the sustainability of the existing business plans with regard to long-term income generation, access to markets and community development;
- To analyse the appropriateness of storage facilities for the economic activities supported by the project and recommend potential improvements;
- To analyse and recommend strategies for a better relationship with the private sector and propose appropriate course of action;
- To analyse the existing marketing strategy of the beneficiary groups in light of existing demand/supply, selling prices and distance to consumers' markets;
- To analyse the existing projects working with public purchase programmes versus sales to the private sector, including fair trade and organic sales, among others;
- To analyse and recommend capacity building strategies on marketing, business plan formulation and implementation;
- To review the implementation of the PROCASE/ Semear International marketing strategy, started in October 2018, with a particular focus on beneficiary impact;
- To review the environmental impact of project and business plan implementation as well as the activities under component 3;
- To suggest productive projects that proactively deal with climate change adaptation and good practices in natural resource management;
- Other tasks which may be reasonably defined.

Donivaldo Martins, water security specialist

The consultant is expected:

- To review project implementation with respect to water infrastructure and irrigation activities;
- To evaluate progress in the direct investments, such as emergency water access plans, solar/wind power structures, small dams, and irrigation plans and quantify and qualify the benefits to family farmers in the project area;
- To quantify state government and beneficiary counterpart contributions so far to the

direct investments specified above;

- To evaluate the overall coordination between the Secretariat of Irrigation and Water Resources and PROCASE;
- To analyse the integration of water-related activities - such as micro irrigation schemes - in the business plans;
- To evaluate progress made by the project in relation to overall water security targets and indicators;
- To propose improvements to ensure adequacy of the PROCASE progress in water security direct investments;
- To analyse the economic, social and environmental impact of the water investments;
- To contribute to the technical evaluation of project progress across the productive component, ensuring consistency and a holistic approach to solutions.
- To supervise progress in installation of ditches, irrigation kits, desalinators and agroforestry systems;
- To critically review the water related environmental mechanisms in project implementation.
- Other tasks which may be reasonably defined.

Diovanne Filho, communication specialist (implementation support)

Representing the Programa Semear Internacional, the specialist is expected:

- To identify at least 4 good practices in both categories of investments (PIPs and direct investments), and provide communication templates for these, with infographics and text information;
- To propose a work plan, with a timeline, with clearly defined communication activities between the project communication team and the Programa Semear Internacional (PSI);
- To propose a list of reports and communication materials to be prepared by the project for the documentation and communication of project best practices.

Brazil

Cariri and Seridó Sustainable Development Project (PROCASE-Paraiba)

Supervision Report

Appendix 6: Procurement

Mission Dates: 25/03/2019 - 05/04/2019

Document Date: 07/05/2019

Project No. 1100001487

Report No. 5035-BR

Latin America and the Caribbean
Programme Management Department

APPENDIX 6: PROCUREMENT

A. Arranjos de Aquisições e Contratações do Projeto

1. O Arranjo das Aquisições e Contratações do Projeto se manteve contando com o apoio provisório da Secretaria Estadual de Infraestrutura, Recursos Hídricos e Ciência e Tecnologia – SEIRHMACT, por meio do Termo de Cooperação n.º 001/2017 com a SEAFDS, para a realização de certames acordados com o FIDA.
2. O projeto continuou também com arranjo inicial, distribuído em parte com licitações no âmbito de um Projeto de Cooperação Técnica – PCT com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, em parte no âmbito dos convênios com as organizações representativas das famílias beneficiárias e em parte na UGP/PROCASE.

B. Pessoal de Aquisições e Contratações

3. A UGP continua a contar com o apoio do grupo de força tarefa, que se integrou à equipe inicial, reforçando e otimizando as atividades do PROCASE.
4. A equipe de prestação de contas foi implementada com mais duas colaboradoras para apoiar essa fase final do projeto.
5. O apoio provisório da Comissão de Licitação da SEIRHMACT terminou quanto ao quesito de licitação, mas continua com a gestão dos contratos que foram firmados.
6. A missão registra que a atuação integrada dessas equipes proporcionou uma alavancagem na execução do projeto, fruto de uma adequada gestão por parte do corpo diretivo.

C. Arquivos dos registros de licitações e documentação de suporte

7. Os arquivos dos documentos de licitações realizadas pela UGP estão adequadamente guardados em processos administrativos com a devida instrução. Os arquivos dos documentos de licitações realizadas no âmbito do PCT/IICA estão guardados digitalmente e são acessados pelo site do IICA. Os documentos das licitações realizadas pelos beneficiários visitados durante a missão, foram encontrados em pastas com arquivamento organizado em ordem cronológica.
8. Porém, na UGP, os mesmos convênios vistos em campo foram analisados e foi identificado que parte está no setor jurídico, relativos ao documento do convênio assinado, aos aditamentos e aos apostilamentos, e parte está no setor de prestação de contas, com os documentos de licitações, os contratos e documentos de prestação de contas.
9. A missão recomenda que ao final de cada convênio um único processo, com a mesma numeração, contenha todos os documentos e informações, mesmo que em várias pastas sequenciadas, devendo-se zelar pela guarda conjunta e segura dessas pastas.

D. Gestão de contratos

10. O empenho atual do PROCASE precisa estar, além das prestações dos convênios, na gestão dos contratos firmados, seja no âmbito da UGP ou da SEIRHMACT.

11. Várias contratações foram realizadas em grandes blocos pela UGP, por meio da Central de Licitações e pela Comissão Especial de Licitações da SEIRHMA, para atendimento dos beneficiários do PROCASE, em virtude do tempo exíguo do Projeto.

12. Essas aquisições foram acordadas em missões passadas e estão em fase de execução contratual, conforme demonstra a tabela a seguir:

UNIDADE DE LICITAÇÃO e MÉTODO	OBJETO	PROPOSTANTES VENCEDORAS	VALOR TOTAL R\$	SITUAÇÃO
CENTRAL DE LICITAÇÕES PREGÃO ELETRÔNICO	Aquisição de Patrulha Mecanizada e Equipamentos Agrícolas (04 lotes)	1 - Veneza Máquinas Comércio LTDA 2 - RK Industria de Implementos Agrícola Eireli EPP 3 - Capri Indústria E Comércio De Máquinas Agrícolas LTDA. 4 - Delba Vicentini Cremasco ME	R\$1.681.122,90	Contrato finalizado. Equipamentos em atendimento aos beneficiários.
CENTRAL DE LICITAÇÕES CHAMADA PÚBLICA	Contratação de Serviços de Assistência Técnica	1- EMPAER R\$ 2.096.425,80 2- PATAC R\$ 2.431.309,93	R\$ 4.527.735,73	Em fase de aditamento Contratual SOMENTE DE PRAZO: EMPAER até de 19/10/2019 e PATAC até 24/10/2019.
CENTRAL DE LICITAÇÕES PREGÃO ELETRÔNICO	Aquisição de Fitas Gotejadoras	1 – Hidrobrás (R\$1.874.439,08) 2 – Power Brasil (R\$ 133.320,00)	R\$ 2.007.639,08	Processo em fase de homologação do certame.
CENTRAL DE LICITAÇÕES PREGÃO ELETRÔNICO	Aquisição de Raquetes de Palma	PalmasPB Produção e Comércio de Sementes Ltda. - ME	R\$ 766.327,38	Contratado até 26/06/2019 Entregas em andamento.
SEIRHMACT CONCORRÊNCIA LOTE ÚNICO	Instalação de 123 poços com cataventos e kits completos de irrigação e gotejamento (Plano Emergencial – comunidades já possuem os poços)	Hydrogeo Projetos e Serviços Ltda. Eirelle EPP R\$3.692.875,74 Aditivo de R\$ 288.760,10 (7,82%)	R\$ 3.981.635,85	Contrato 001/2018 com vigência até 19/05/2019
SEIRHMACT CONCORRÊNCIA 3 LOTES	Instalação de 338 poços com cataventos e kits completos de irrigação e gotejamento (comunidades não possuem os poços)	Lote 1 – CONSTRUHINDO LTDA. – EPP (112 conjuntos) R\$ 4.627.014,73 Aditivo de R\$ 696.927,19 (15,06%)	R\$ 5.323.942,52	Contrato 002/2018 com vigência até 07/06/2019
		Lote 2 - Hydrogeo Projetos e Serviços Ltda. Eirelle EPP (115 conjuntos) R\$ 4.690.809,75 Aditivo de R\$ 705.694,86 (15,04%)	R\$ 5.396.504,61	Contrato 003/2018 com vigência até 28/06/2019
		Lote 3 - Hydrogeo Projetos e Serviços Ltda. Eirelle EPP (111 conjuntos) R\$ 4.527.651,15	R\$ 5.229.101,02	Contrato 004/2018 com vigência até 27/06/2019

UNIDADE DE LICITAÇÃO e MÉTODO	OBJETO	PROPOSTANTES VENCEDORAS	VALOR TOTAL R\$	SITUAÇÃO
		Aditivo de R\$ 701.449,87 (15,49%)		
SEIRHMACT CONCORRÊNCIA	Instalação de 60 sistemas de dessalinização	Acquapura LTDA. EPP	R\$ 4.320.182,84	Vigência contratual até 15/08/2019. Sistema em fase de entrega aos beneficiários.
VALOR TOTAL			R\$ 34.927.486,41	

13. Os contratos no âmbito da SEIRHMA sofreram aditivos de valor e prazo. A justificativa para os aditamentos foram reativas a: “Corpo Técnico requereu uma revisão nos Projetos de “Aquisição e Implantação de Conjuntos de Equipamentos e Serviços de Campos de Forragem devido os itens constantes estarem inadequados à execução das obras, ora por sub dimensionamento ou por não atendimento as Especificações Técnicas de Materiais, como também serviços necessários ausentes nas Planilhas Orçamentárias, que precisam ser incluídos para equalização dos orçamentos previstos de forma a manter a continuação dos trabalhos”.

14. Como presumisse que as correções foram feitas, cabe ao PROCASE total atenção no acompanhamento desses contratos, de forma a não permitir novos aditamentos e garantir que todas as entregas previstas ocorram para os beneficiários, realizando a devida fiscalização em campo.

15. Situação de pagamentos dos contratos no âmbito da SEIRHMA:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA	TOTAL PAGO R\$	VALOR DO CONTRATO R\$	DIFERENÇA A PAGAR
001/2018	123 KITS	HYDROGEO	3.240.106,18	4.270.395,95	1.030.289,77
002/2018	338 POÇOS E KITS (LOTE 1)	CONSTRUHINDO (112 conjuntos)	4.333.956,65	5.323.942,52	989.985,87
003/2018	339 POÇOS E KITS (LOTE 2)	HYDROGEO (115 conjuntos)	2.136.542,52	5.396.504,61	3.259.962,09
004/2018	340 POÇOS E KITS (LOTE 3)	HYDROGEO (111 conjuntos)	2.448.602,12	5.229.101,02	2.780.498,90
005/2018	60 DESSALINIZADORES	ACQUA PURA	392.562,42	4.320.182,84	3.927.620,42
TOTAL			12.551.769,89	24.540.126,94	11.988.357,05

16. Tratores, implementos e Dessalinizadores - A missão mais uma vez recomenda que a UGP reforce o acompanhamento da gestão e uso das Patrulhas Agrícolas Mecanizadas e dos Dessalinizadores, de forma a utilizar mecanismos que garantam o uso isonômico pelos beneficiários, e também de forma que tenham a devida instrução para operacionalização segura desses equipamentos.

E. Plano de Ação para fortalecimento dos aspectos de Aquisições

17. Na fase atual do PROCASE de proximidade de conclusão, é necessário centrar esforços na gestão dos contratos vigentes de forma geral e nas prestações de contas dos convênios com os beneficiários, com criação de força tarefa entre a equipe atuante em licitações e prestações de contas na UGP e nas regionais, juntamente com os profissionais das entidades de assistência técnica que atuam com a parte de gestão dos convênios.

18. Para isso, a missão acordou que a Coordenação Financeira realizará reunião sobre o procedimento de prestação de contas com todos os envolvidos de forma a dinamizar essa importante etapa e evitar retrabalho, considerando que (i) os convênios firmados em 2014 terminam em junho/2019, (ii) os convênios firmados em 2016 terminam em maio/2019 e (iii) os que foram firmados em 2017 terminam entre agosto, setembro, outubro e dezembro/2019. Essas equipes precisam atuar com conhecimento pleno deste cronograma de encerramento dos convênios.

19. Nesse entendimento, a missão acordou que aditamentos de convênios só devem ocorrer em casos extremamente necessários para não prejudicar os beneficiários. Quanto aos convênios que vencem em outubro e dezembro, o projeto deverá verificar o estágio dessas licitações e decidir sobre sua conclusão para que as associações não fiquem inadimplentes.

20. Foi identificado durante a missão de supervisão que em grande parte não foram utilizados os rendimentos das aplicações financeiras e de sobras de recursos relativas a contratos que tiveram preços menores que os orçados no Plano de Trabalho, mesmo com as recomendações e acordos em memorandos das missões anteriores. Diante desses fatos, a missão acordou que, em virtude da proximidade da conclusão do PROCASE, esses valores serão, na maioria dos convênios, devolvidos ao Projeto e seu uso deverá ser priorizado para aditar os contratos das organizações de Assistência Técnica e/ou outras aquisições que possam ser feitas pela própria UGP em atendimento a prioridades dos beneficiários, como exemplo de um Shopping para contratar uma empresa contábil/jurídica que possa apoiar os trâmites de entrada em licenças para produção junto ao MAPA ou outro organismo correlato.

21. As licitações relativas ao uso dos recursos de rendimentos e de sobras que já estiverem em curso e não forem causar atrasos na prestação de contas, poderão ser concluídas. Casos excepcionais serão analisados pela equipe financeira afim de verificar se a proposição de aquisição no âmbito do convênio é de suma importância para o bom andamento do projeto produtivo do beneficiário e se o prazo que demandará será suficiente para realizar a respectiva prestação de contas.

22. Quanto aos contratos das entidades prestadoras de Assistência Técnica, a missão acordou que a EMPAER (antiga EMATER), COOPTERA, IDS e SENAR, objetos do Edital n.º 01/2016 deverão ser aditados até 15/11/2019, de forma a dar continuidade à assistência aos beneficiários e apoio nas prestações de contas dos convênios. Os documentos respectivos a esses aditamentos deverão ser enviados à não objeção do FIDA.

23. Os contratos objetos do Edital 01/2017, com as prestadoras EMPAER e PATAC manterão a vigência que está em análise neste momento na CGE, de 19/10/2019 e 24/10/2019 respectivamente.

F. Revisão do progresso da implementação do Plano de Aquisições

24. As aquisições do PROCASE foram em sua maioria concluídas, relativas ao atendimento de questões do plano emergencial e de demandas acordadas com o Governador quanto a aquisição de dessalinizadores, tratores para a patrulha mecânica e kits de irrigação, incluindo as licitações previstas nos Planos de Investimentos dos convênios com os beneficiários.

25. O Projeto licitou em torno de 95% de tudo o que estava previsto, tanto no âmbito da UGP, quanto dos beneficiários, faltando atualmente apenas a renovação de serviços operacionais do ano em curso, o que reflete no total de 04 certames em andamento e poucas licitações a concluir no âmbito de um ou outro convênio de beneficiário.

G. Sistema Nacional de Aquisições e Contratações

26. O estado da Paraíba possui uma adequada sistemática de execução das licitações de projetos financiados por recursos internacionais e nacionais.

27. O registro das licitações ocorre no sistema da PGE – Procuradoria Geral do Estado e no sistema da CGE – Controladoria Geral do Estado, onde os processos são previamente analisados, sendo ainda submetidas à análise do Comitê Gestor de Contingência que verifica se não há abuso de preços e se esses são praticados conforme a realidade de mercado.

28. O sistema da CGE, além dos métodos nacionais possui todos os métodos previstos nas Diretrizes FIDA, proporcionando adequado acompanhamento e garantindo o atendimento dos princípios basilares de licitações e contratos.

H. Cumprimento de cláusulas contratuais

29. As cláusulas contratuais estão sendo cumpridas. Foi disponibilizado o software contábil para a gestão financeira auxiliar, mas ainda não atende aos quesitos já acordados nas missões anteriores, necessários para simplificar a gestão das informações financeiras. Porém, durante a missão ficou acordada a implementação do relatório financeiro IFR e do DOARP, que é utilizado para prestação de contas. Há disponibilidade em quantidade e oportunidade da contrapartida e orçamento no total previsto.

30. O Plano Operativo Anual, Plano de Aquisições e o Relatório de Progresso foram entregues nas datas contratuais previstas.

31. A contratação de Auditoria Independente está na fase de registro da licitação junto à CGE, para depois haver a publicação da homologação do certame e registro do contrato. A equipe do Projeto informou que o relatório preliminar está previsto para o dia 30 de maio de 2019. A missão registra que o relatório final aprovado deverá ser entregue ao FIDA até meados de junho/2019.

I. Conformidade dos processos de licitação e qualidade da documentação

32. Em geral, os processos de licitações analisados possuem a documentação relativa a cada etapa dos certames e a missão identificou nas amostras analisadas que estão conformes as Diretrizes FIDA e recomendações registradas em memorandos anteriores. Inclusive os certames realizados pela SEIRHMA, que foram todos disponibilizados para análise da missão de supervisão.

33. O Projeto teve em missão anterior uma oficina sobre “Aquisições, Contratações e Prestações de Contas no âmbito dos Convênios com os Beneficiários” ministrada pelo FIDA, que alinhou entendimentos e direcionamentos para ações preventivas e corretivas durante os processos de licitações dos beneficiários. A missão atual identificou que as equipes, em grande parte, atuaram com melhorias nesses processos, com exceção de algumas entidades de Assistência Técnica. A missão atual reforçou junto a essas entidades a necessidade urgente de tratar os processos de prestação de contas com responsabilidade e eficiência, de forma enviar ao setor financeiro, documentos aptos para prestação de contas (conformes) e de forma qualitativa que impeçam retrabalhos com idas e vindas de documentações ineficientes.

J. Outros temas

34. PCT/IIICA – a missão verificou que está em andamento um certame para contratação de profissional da área de comunicação, que apoiará a divulgação das ações do Projeto. A missão recomenda agilidade

com este processo de seleção e que o prazo contratual não passe da data de conclusão do Projeto (dezembro/2019).

35. IICA - Durante as visitas a campo foi verificado que na placa de identificação do Projeto, da Casa de Economia Solidária Bodega Agroecológica, constava a logomarca do IICA. Em virtude do IICA atuar no PROCASE como agência executora cooperante por meio de um PCT cujos recursos são do Projeto (financiados pelo governo e pelo FIDA), e que para realizar a execução das atividades previstas no PCT há uma remuneração por taxa percentual sobre os serviços prestados, não realizando investimentos próprios junto ao Projeto, a missão registra que não deveria haver em placas de identificação, a logo desta entidade e somente as logomarcas do Projeto, do FIDA e do Governo, podendo a disposição de ordem ser conforme manual de Identidade Publicitária Unificada do Estado da Paraíba. Obviamente que a logo do IICA deve permanecer nos termos de referência, nos documentos de licitações e nos contratos no âmbito do PCT, sempre havendo reporte nos documentos ao Acordo de Empréstimo, ao Governo e ao FIDA.